ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 47 — Série VII — N.º 192
29 de Setembro de 1977

Preço: 6$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76[illegible]25 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

UMA CAMPANHA EM MARCHA UMA TAREFA DE TODOS

Pág. 5

Editorial

NEGOCIAÇÃO, SIM! DIKTAT, NÃO!

O agravamento da crise económica e financeira e a instabilidade social são consequências directas da política desastrosa do governo PS, de uma política governamental insensata, abertamente dirigida contra os interesses vitais do povo trabalhador e do próprio País. Por outro lado, esta política do autonomeado "Governo Constitucional" espezinha a cada passo a Constituição da República. Como é de toda a evidência uma tal política é um incentivo às forças da reacção.

Ninguém ignora que os fascistas conspiram, se organizam, conquistam posições dominantes no aparelho de Estado e na direcção da economia.

É por isso que o grande capital, a alta finança internacional que alimenta o imperialismo, joga em pleno no agravamento da crise económica e na desestabilização social e política para tentar jugular a Revolução portuguesa e liquidar as suas conquistas fundamentais.

Também, por isso, cada vez mais, se ergue e fortalece uma ampla e poderosa frente de massas, democrática e antifascista, que nos campos mais diversos se mobiliza contra a política antipopular e antioperária, contrária dos interesses nacionais, conduzida pelo governo do PS. O Povo português mostra de diferentes maneiras que não aceita esta política, que não deseja e se opõe firmemente a tudo o que signifique regresso ao passado.

Portugal não quer ser e não voltará a ser um país fascista.

☆

☆ ☆

Para cumprir o mandato do Povo português e para salvar o País do colapso financeiro e económico a curto prazo para onde o atira a política suicida do grupo dirigente do PS é imperioso mudar de política e de governo.

O PCP tem-se batido, e bater-se-á até às mínimas possibilidades por uma saída democrática e constitucional para a crise. A justeza das propostas políticas do PCP (novas eleições ou um governo de plataforma para vencer a crise) é dia-a-dia comprovada pela evolução da conjuntura nacional e pela prática política do PS no Governo.

A particularidade de uma proposta é que ela pode ser aceite ou pode ser rejeitada por aqueles a quem é dirigida.

Rejeitada, segundo se depreende, pelos restantes comparsas da cena política portuguesa, a proposta do PCP para novas eleições, fica de pé a outra, a que

(continua na pág. 2)

ÁLVARO CUNHAL NA TV

Na pág. 3, publicamos algumas significativas passagens das deciarações proferidas, anteontem, na RTP pelo camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP.

SOLIDARIEDADE ACTIVA COM A REFORMA AGRÁRIA

Prossegue a ritmo crescente a solidariedade activa do povo português aos heróicos trabalhadores da Reforma Agrária. No último fim-de-semana, muitas centenas de homens e mulheres de Lisboa, Setúbal e outras localidades participaram, como a foto documenta, em mais uma grandiosa jornada de trabalho voluntário. A Reforma Agrária não será destruída!

Pág. 9

Os comunistas nas autarquias

SERVIR O POVO E O PAÍS RECUSAR A «POLITIQUICE»

No último fim-de-semana, no Porto, realizou-se uma importante reunião de quadros comunistas e amigos do Partido que trabalham nas autarquias, procedentes de todo o Norte do País. Os resultados do encontro, a que presidiu o camarada Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do PCP, foram muito positivos.

Pág. 7

IMPORTANTE INICIATIVA DOS JOVENS COMUNISTAS

- **60 % do meio milhão de desempregados são jovens**
- **200 mil jovens procuram o seu primeiro emprego**
- **Situação particularmente grave entre as raparigas**

- **Sérgio Vilarigues: "Pacotes cheios para os capitalistas e vazios para os trabalhadores" — *pág. 2***
- **Blanqui Teixeira faz o balanço da visita a cinco países europeus — *pág. 12***
- **Noticiário dos trabalhadores — *págs centrais***
- **Importante discurso do camarada Presidente Samora Machel sobre a situação em Moçambique e as eleições para as Assembleias do Povo — *pág. 10***
- **Lisboa: deliberações camarárias esquecidas na gaveta — *pág. 9***
- ***Prosseguem as assembleias das organizações do Partido — pág. 4***

A CENTRAL ÚNICA FAZ SETE ANOS

Pág. 6

Editorial

NEGOCIAÇÃO, SIM! DIKTAT, NÃO!

(Continuação da pág. 1)

preconiza a formação de um governo de plataforma numa alternativa democrática para a solução da crise.

O PCP definiu claramente o que entende por governo de plataforma nas condições actuais e punha, como essencial para uma característica democrática, a participação na sua elaboração das mais amplas forças sociais e políticas interessadas no processo democrático.

A busca de uma plataforma política implica a discussão prévia e a negociação das diversas forças interessadas. Se é verdade que o PCP se pronuncia resolutamente contra a fórmula de governo PS sozinho, como lesiva dos interesses profundos do Povo português, é também verdade que no centro da sua proposta política para um governo de plataforma está o entendimento entre comunistas e socialistas nas questões essenciais.

O entendimento PS-PCP seria o fulcro de um entendimento mais amplo de outros partidos e organizações democráticas e garantiria, à partida, a qualquer fórmula de governo de plataforma um substancial e necessário apoio parlamentar. Identicamente, a participação dos trabalhadores através da sua organização mais representativa e autorizada — a CGTP-IN — garantir-lhe-ia o apoio das forças sociais mais amplas.

Nas propostas do PCP, obtido o acordo geral sobre a plataforma, estabelecido com clareza o compromisso político, seria fácil resolver depois a questão do governo.

☆

☆ ☆

Que a fórmula de governo PS sozinho é insustentável e a sua substituição por outro a curto prazo inevitável, mesmo para o grupo dirigente do PS, é já hoje uma questão geralmente admitida. Dirigentes políticos de diversos quadrantes, incluindo o Primeiro-Ministro, falam abertamente de um governo de plataforma como uma inevitabilidade política imediata.

Mas a questão do governo de plataforma tem várias leituras, como agora é hábito dizer. Que plataforma proconiza o Primeiro-Ministro?

Uma plataforma democrática, tal como o PCP concebe e propõe, com os trabalhadores e outras amplas camadas sociais e com os partidos e organizações democráticas, a única que pode galvanizar a vontade e as energias dos portugueses num autêntico projecto patriótico de recuperação económica e financeira do país?

Ou uma plataforma contra os trabalhadores com os monopolistas e os latifundiários e com os partidos e organizações da direita, o PPD e o CDS, a CIP e a CAP, para o restabelecimento dos antigos privilégios do grande capital português e estrangeiro e do domínio imperialista?

Para o CDS e o PPD esta é naturalmente, a "leitura" da questão do governo de plataforma. Há fortes indícios de que é também a segunda e não a primeira fórmula a que merece as simpatias do Primeiro-Ministro e do grupo dirigente do PS.

É preciso dizer, de forma muito clara, que numa alternativa mais à direita agravaria infalivelmente a situação económica e financeira do País, levaria ao acirramento dos conflitos sociais e à imposição na ponta das baionetas de soluções antipopulares, contrárias aos interesses do povo trabalhador e da Nação.

Um governo de plataforma à direita poderia alargar, de imediato, a base de apoio parlamentar à política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, mas reduziria ainda mais a base social de apoio a uma tal política e a um tal governo. No extremo desta política de plataforma à direita estaria o suicídio da democracia, a supressão dos direitos e liberdades alcançados pelo 25 de Abril, a liquidação das grandes conquistas da Revolução — o fascismo.

É esta a plataforma do sr. Primeiro-Ministro?

O dr. Mário Soares tem proferido, ultimamente, palavras ambíguas e praticado, como chefe do governo, actos que contrariam as palavras, como é, aliás, seu hábito.

Por um lado reafirma a sua fórmula de não alianças à esquerda com o PCP nem à direita com o PPD e o CDS, por outro lado multiplica os contactos com estes dois partidos que abertamente dizem estar próxima a formação de um governo de coligação PS/PPD/CDS.

Por um lado diz-se disposto a dialogar, a "conversar" com a CGTP-IN, por outro ordena desintervenções em série de novas empresas intervencionadas, entregando-as escandalosamente ao patronato sabotador, activa as forças militarizadas contra trabalhadores indefesos, como fez em Arraiolos, manda prender dirigentes sindicais que actuam no uso das suas prerrogativas constitucionais e legais, como na COPAM.

O dr. Mário Soares fala às vezes em "negociação" com os trabalhadores, mas como conciliar este espírito "negociador" com a sua política de facto consumado a favor de capitalistas e latifundiários contra os trabalhadores?

Não se pode deixar de concluir que as suas afirmações verbais de abertura ao diálogo não são senão uma forma de ganhar tempo, de desmobilizar os trabalhadores, de desarmar a sua vigilância de classe.

Ao mesmo tempo vai pondo em prática as medidas conhecidas do "2.º pacote" e curvando-se às exigências do FMI, com novas medidas contra os direitos e liberdades dos trabalhadores, para ganhar a confiança do grande capital internacional e do imperialismo, para garantir novas migalhas da finança internacional.

Conclui-se que a "negociação" não é realmente o objectivo do sr. Primeiro-Ministro mas sim a imposição, a política do "diktat" contra os trabalhadores. E estes dizem muito claramente ao governo do PS sozinho:

"Negociação, sim! «Diktat», não!

Os «pacotes» e a economia nacional

A POLÍTICA DO GOVERNO DO PS CADA VEZ ARRUÍNA MAIS O PAÍS

A catastrófica política económica, financeira e monetária que o Governo do PS tem vindo a desenvolver constitui, na actual situação, um factor de grande importância e peso decisivo no agravamento da situação do nosso país.

A situação económica e financeira agrava-se dia a dia. Tal agravamento vem tão só demonstrar a falência e o fracasso das medidas tomadas pelo Governo do PS que, longe de corresponderem às exigências da situação portuguesa, não são mais do que capitulações do grupo dirigente do PS perante as cada vez maiores exigências dos monopólios internacionais, do FMI e do grande capital nacional.

A já tristemente célebre "política dos pacotes" — espécie de mezinha com que o governo PS procura sacudir do *capote* da incompetência a *água* das responsabilidades — longe de contribuir para a resolução dos problemas do País, trouxe ao povo português, e particularmente às camadas laboriosas da população, um quadro de ruína, com a inflação a não ser combatida eficazmente, com a subida galopante de preços e um desenfreado aumento do custo de vida, a diminuição dos salários reais dos trabalhadores e o desemprego em massa.

A 25 de Fevereiro, o Governo do PS deitava cá para fora, perante a satisfação dos partidos da direita, o primeiro pacote de medidas que nada resolveu. Seis meses depois, e a comprovar o fracasso da sua política, o Governo do PS impôs ao Povo português um novo pacote de medidas de fome e de miséria. Desta vez, os partidos da direita já acharam pouco e, apesar de aplaudirem intimamente, vá de exigir ao Governo do PS mais e mais medidas de ruína.

OS "PACOTES" AGRAVAM A CRISE!

Conforme salientava uma Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP, de 28 de Agosto, acerca das medidas adoptadas pelo Governo, **no seu conjunto e no quadro da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, as medidas agora impostas irão agravar a crise económica, a situação financeira e a dependência de Portugal.**

Um mês depois, a posição do PCP veio a revelar-se justa e correcta. Vejamos um exemplo: no domínio da política cambial, o Governo anunciou a flutuação do escudo.

Acerca desta medida específica, o PCP comentava, na já citada Nota da Comissão Política do CC: **A nova política cambial, com a flutuação do escudo, consiste numa nova forma de desvalorização contínua do escudo tal como antes da desvalorização formal anunciada em 25 de Fevereiro. Respeitando 80 por cento das importações a bens essenciais, a desvalorização contínua do escudo significará o pagamento cada vez mais caro daquilo que se importa, o que se traduz por aumentos de preços em todos os sectores da actividade económica nacional. A nova política cambial não só estimulará a especulação contra o escudo, como levará os exportadores a procurarem vender a mais longo prazo e os importadores a tentarem comprar a curto prazo, o que se reflecte de forma negativa na evolução do saldo da Balança de Pagamentos. Aumentarão os encargos com a dívida externa. A especulação em prejuízo do País irá intensificar-se.**

Claro que os responsáveis governamentais tentaram desmentir e negar esta apreciação do PCP. Hoje, um mês depois, a realidade é clara: segundo dados recentemente divulgados, o escudo desvalorizou realmente 10,6 por cento em relação aos valores fixados em 26 de Agosto.

UMA POLÍTICA RUINOSA

Todos estes factos demonstraram à evidência o carácter antioperário e antipopular da política do governo PS, porque agrava as condições de vida de milhões de portugueses em mero benefício de alguns escassos milhares de exploradores e dos interesses dos monopólios internacionais.

A prosseguir tal política, o Governo PS será responsável, a breve trecho, perante as massas trabalhadoras e perante o país, pelo colapso financeiro.

Cada vez mais preso às exigências da direita, às exigências do imperialismo, este Governo do PS não serve a democracia portuguesa, nem serve o Povo português, não serve o nosso país.

Para se vencer a crise que ameaça o País, para se evitar o colapso financeiro, para que as conquistas da Revolução, a democracia e a independência nacionais sejam defendidas com êxito, cada vez mais se coloca na ordem do dia a formação de um novo governo, governo esse que respeite a Constituição — única forma de fazer sair o nosso país das dificuldades actuais.

Conforme salientava a Nota da Comissão Política do CC, **o PCP luta e lutará para impedir a restauração do poder económico dum clã de exploradores que dominaram o país nos 48 anos da ditadura fascista e são responsáveis pelo atraso e miséria dos portugueses.**

A política dos pacotes do Governo do PS é, pelo contrário, parte dos instrumentos que visam facilitar que esse clã de exploradores se volte a apossar das riquezas que são propriedade única e exclusiva do Povo português.

É por isso que cada vez mais largas camadas da população se opõem firmemente à política do Governo do PS, é por isso que essa política, por ser uma política de catástrofe nacional, não poderá passar!

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Telf.: 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel.:769744/769751

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel.: 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel.: 769705
Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 2, Tel.: 372238
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel.: 28938
Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel.: 310441
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal. Tel: 29493
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel.: 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
Av.ª Santos Dumont, 50 — Lisboa 1, tel.: 763701

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1, Tel.: 41787

Composto e Impresso na **Heska Portuguesa** — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Agosto: 70 831

Sérgio Vilarigues analisa a política do PS

«PACOTES VAZIOS PARA OS TRABALHADORES E CHEIOS PARA OS CAPITALISTAS»

É lamentável que o grupo dirigente de um partido que se diz dos trabalhadores e mesmo o maior partido dos trabalhadores, declare publicamente as suas preferências por um partido da direita, por um partido dos capitalistas cuja razão de ser é a defesa dos interesses destes contra os trabalhadores. É lamentável mas é a realidade nua e crua — afirmou o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, no decorrer de uma sessão de esclarecimento realizada no sábado em Castanheira do Ribatejo.

O PCP não está interessado no desmantelamento do PS

Continuou Sérgio Vilarigues:

«O PCP critica e combate uma política por contrária aos interesses dos trabalhadores e aos interesses nacionais, em flagrante desrespeito da Constituição, não estando nada interessado no desmantelamento do PS. A responsabilidade da confusão que se vem gerando nas fileiras do PS, particularmente entre os trabalhadores socialistas, deve ser atribuída à política antioperária e em vários aspectos antinacional do grupo dirigente do PS em aliança de facto com partidos da direita e não a quaisquer planos maquiavélicos do PCP visando a destruição do PS, inventados pelo grupo dirigente do PS.

É claro como água que o PCP não tem nenhuma responsabilidade no facto de o grupo dirigente do PS ter atirado o Programa do PS pela borda fora sem dizer água vai, como não a tem pelo facto do grupo dirigente ter traído os compromissos assumidos com os eleitores que votaram no PS confiados nas promessas deste.

Não responsabilizem pois outros daquilo que eles próprios são os únicos responsáveis».

Para onde vai o PS?

«Na sua cegueira anticomunista seguindo uma política que serve os capitalistas e os agrários contra os interesses dos trabalhadores e enviando contra estes as forças militarizadas e ordenando-lhes que empreguem a violência, o grupo dirigente do PS desliza cada vez com mais velocidade para o pântano putrefacto do capitalismo, dos grandes agrários e do imperialismo.

Não é verdade que o grupo dirigente do PS privilegia as suas relações com o PPD?

Não é verdade que procura ignorar a CGTP/INTER e desce ao ridículo de negociar pactos sociais com meia dúzia de divisionistas da chamada «Carta Aberta» por si próprio manipulada?

Não é verdade que para o grupo dirigente do PS os trabalhadores nunca têm razão e têm-na sempre os capitalistas a quem pelo uso da força entrega empresas intervencionadas que abandonaram e sabotaram e terras aos agrários para de novo deixarem incultas?

Não é verdade que os pacotes do Governo PS são vazios e caros para os trabalhadores e cheios para os capitalistas e agrários? E não é verdade que o grupo dirigente do PS, em especial Mário Soares, gritavam que não queriam um socialismo de miséria e que agora cada vez fala menos em socialismo e dão aos trabalhadores pacotes de miséria reduzindo o nível de vida das massas trabalhadoras a níveis de antes de 1974?

Não é verdade que as promessas de recuperação económica e financeira do País não se cumpriram e a situação se agravou mais atingindo os défices das balanças comercial e de pagamentos somas colossais?

Não é verdade que a política de recuperação capitalista agrária e imperialista tem sido altamente nociva aos trabalhadores e ao País e favorável aos capitalistas e agrários?

Da hipoteca de uma parte das reservas de ouro passou-se à entrega pura e simples de grandes quantidades desse metal ao imperialismo norte-americano.

Não vem provar tudo isto que as análises da situação feitas pelo PCP assim como as suas previsões se revelaram inteiramente justas?

Mantendo-se surdo às propostas realistas do PCP que uma vez aplicadas com os trabalhadores e não contra eles conduziriam à recuperação económica e financeira, a curto prazo, o grupo dirigente do PS mostrou mais uma vez a sua natureza de classe servindo a recuperação capitalista, agrária e imperialista contra os trabalhadores.

Será isto uma afirmação gratuita? Não, não é.

Não assistimos nós ao assalto de UCPs e mesmo ao seu saqueio para entregar terras, máquinas, gado, culturas e alfaias aos agrários?

Não assistimos nós à entrega de milhões de contos aos capitalistas como indemnizações na base de uma lei que o Governo PS fez aprovar na Assembleia da República?

Não assistimos nós a uma capitulação vergonhosa do Governo PS ante as exigências desmesuradas de três centenas de privilegiados da TAP ao mesmo tempo que se mantém surdo às justas reivindicações de centenas de milhares de trabalhadores?

Não é verdade que manda reprimir estes com violência ao mesmo tempo que envia a Custóias emissários para dialogar com terroristas e nada faz para obrigar o patronato a cumprir contratos de trabalho, portarias sobre salários, leis de trabalho, etc.?

Vê-se assim que nem o PCP, nem os trabalhadores inventam nada contra o PS e o seu Governo minoritário.

O problema não é tanto de homens, é de uma política».

Que plataforma?

Depois de ter sublinhado a disposição do PCP para a discussão e negociação, numa base de seriedade e sinceridade, de um ampla plataforma entre as forças sociais e políticas interessadas no prosseguimento do processo democrático, Sérgio Vilarigues acentuou:

«O PS e o Governo do PS falam agora em "plataforma política".

Claro que estamos sempre prontos ao diálogo e a negociar na base da defesa dos interesses dos trabalhadores e dos interesses nacionais. Mas falar em aberturas e plataformas políticas, no preciso momento em que se ataca na Metalúrgica Duarte Ferreira contra os trabalhadores e a economia nacional; em que se entrega a COPAM aos antigos donos sabotadores contra a vontade expressa dos trabalhadores e depois destes terem recuperado a empresa, é para desconfiar que se procura entreter, criar ilusões, ganhar tempo, desarmar os trabalhadores.

Creio ser legítimo perguntar ao Governo PS se ele ignora que o Carmona da COPAM recrutou, através de Associação dos ex-comandos, dezenas de elementos, dezasseis dos quais serão guarda-costas do dito e para levarem a cabo provocações contra os trabalhadores.

É já voz corrente que se está a formar um corpo especial para situações como a que tem lugar na COPAM. A COPAM é uma experiência para ver se resulta ou não; se resultar, dizem, aplica-se noutras empresas. A isto nós dizemos: é preciso que não resulte. A unidade dos trabalhadores, a sua combatividade em defesa das suas justas reivindicações e das conquistas de Abril e a solidariedade recíproca do Norte ao Sul do País é condição fundamental para que não resultem manobras e acções terroristas deste tipo contra os trabalhadores.

Falar em plataformas políticas e em negociações, no preciso momento em que o Governo PS intensifica os assaltos às UCPs, e procede a desanexações e entrega ilegal de reservas aos agrários, escudado em forças militarizadas com blindados, metrelhadoras, cães polícias, helicópteros e até aviões, é caso para perguntar se haverá alguma sinceridade nisso; ou melhor, é caso para perguntar ao Governo do PS se com essas medidas frontalmente contrárias à letra e ao espírito da Contituição, não visa impedir a realização das sementeiras e cometer mais um atentado contra a economia nacional.

O reforço do Partido

Naturalmente que a classe operária e as massas trabalhadoras, pequenos e médios comerciantes, pequenos e médios camponeses, rendeiros, assim como um número cada vez maior de elementos da intelectualidade progressista e de outras camadas da população laboriosas não cruzam os braços, pelo contrário, vêm respondendo por mil e uma acções nos seus respectivos locais de trabalho e de actividade e por grandiosas manifestações de massas à política antipopular e anticonstitucional do Governo PS.

Para enfrentar com maiores possibilidades de sucesso a curto prazo a ofensiva dos capitalistas e agrários contra as conquistas da Revolução Portuguesa, a classe operária, todos os trabalhadores precisam de um PCP ainda mais forte e coeso pelo número e a qualidade, de um Partido ainda mais ligado às massas, pela actuação prática dos seus militantes e organizações.

Com a "Promoção das Conquistas de Abril" para o recrutamento de dez mil novos membros o PCP será mais numeroso, forte e coeso no dia 31 de Dezembro do ano em curso».

FALECEU UM CAMARADA DA PRIMEIRA HORA

Faleceu, no passado dia 20, o camarada Manuel da Costa. Militante desde a fundação do PCP e companheiro de Bento Gonçalves na célula do Arsenal do Alfeite, esteve preso por duas vezes no Aljube. Durante a sua vida de luta desempenhou diversas tarefas para o Partido.

PAULO DA SILVA

Vítima de acidente de viação, faleceu o camarada Paulo José Malha da Silva, de 46 anos de idade, empregado da Lisnave.

Militante activo e residente em Sassoeiros fora eleito pela FEPU para a freguesia de Carcavelos.

•

Aos familiares e companheiros dos camaradas falecidos o colectivo do «Avante!» apresenta os sentidos pêsames.

HOJE
pelas 21.30 h.
ÁLVARO MATEUS
apresentará o seu livro
A POLÍTICA E AS PALAVRAS
no Centro de Trabalho Vitória
Colóquio debate subordinado ao tema:
«A Política e as Palavras no Portugal de Hoje»

edições Avante!
PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO
N.º 1
de uma nova colecção
redacção
«Cências Sociais Contemporâneas»
Academia das Ciências da URSS
O SOCIALISMO E A PAZ SÃO INSEPARÁVEIS
colaboram neste número
L.I. Brejnev
Nikolai Inosemtsev
Victor Afanassiev
Guerogui Chakhnazarov
Vitali Chápochnikov
Eduard Bagramov
T. Timofeiev
Guerogui Skorov
Alexandr Dzassokhov
Valeri Kuznetsov
Nikolai Chmeliev
preço 80$00
CDL a distribuição

edições Avante!
CLASSE OPERÁRIA PARTIDO E POLITICA DE ALIANÇAS
Dieter Klemm • Kurt Schneider • Gisela Pawula

edições Avante!

colecção «conferência económica»
A colecção «conferência económica», publica estudos que apontam a solução para os graves problemas da economia nacional.

VOLUMES PUBLICADOS
1 Às empresas intervencionadas – 25$00
2 Indústria extractiva, situação actual e perspectivas para o futuro – 40$00
Estudos realizados no âmbito da preparação e realização da Conferência Económica do PCP em Junho de 1977
CDL a distribuição

Álvaro Cunhal na RTP

UMA POLÍTICA CLARA E FIRME DE DEFESA DOS TRABALHADORES E DOS INTERESSES NACIONAIS

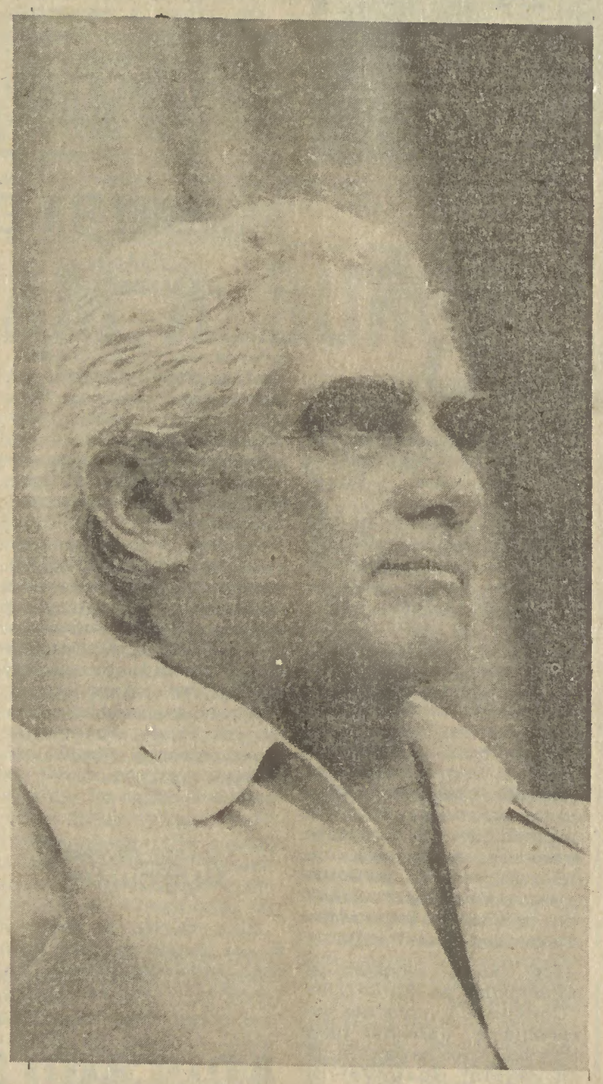
O camarada Álvaro Cunhal foi entrevistado anteontem, num programa da TV, por um grupo de três jornalistas e um moderador.

A força das palavras do camarada Álvaro Cunhal e o seu significado esclarecedor ficaram bem vincados em programa televisivo.

A realidade dos factos que referiu e a análise da situação política resistiram às atitudes altamente criticáveis de um moderador que, em vez de perguntas, fez, quase sempre, acusações sem fundamento.

O zelo anticomunista, pelo menos deslocado, do pretenso moderador estorvou constantemente a tarefa dos jornalistas e prejudicou a clareza da entrevista. Mas não conseguiu sufocar a vontade das afirmações e análises do secretário-geral do PCP.

Reproduzimos a seguir partes significativas da entrevista.



A proposta apresentada ao país pelo Comité Central do PCP em 31 de Julho e a eventualidade de uma posição agora diferente foi a introdução para o debate que se desenrolou entre os representantes da imprensa regional e o camarada Álvaro Cunhal, que começou por objectar à maneira deformada como a questão lhe era posta pelo moderador.

Não se trata, de propor primeiro eleições gerais e depois propor um governo de plataforma. Trata-se da busca de uma solução democrática, de uma alternativa democrática, para uma situação que nos parece indesejável tanto para o nosso povo como para o nosso país. E por isso o meu Partido, em 31 de Julho, adiantou uma de duas possibilidades: ou uma possibilidade constitucional, que é a dissolução da Assembleia da República, a substituição do governo por um Governo de gestão, a realização de eleições gerais para que o nosso povo se pronuncie, sobretudo porque a nosso ver muitos deputados prometeram ao eleitorado aquilo que não cumpriram, votando uma série de leis, que contrariam as promessas que fizeram ao eleitorado.

Prosseguindo na sua resposta, acentuou:

Os deputados do Partido Socialista nas eleições prometeram defender a Reforma Agrária e agora fazem aprovar uma lei contra a Reforma Agrária; prometeram defender uma perspectiva socialista de democracia portuguesa e agora já nem se fala em socialismo; agora trazem os Melos ou propõem-se trazer os Melos.

é necessário procurar uma plataforma

Referindo-se à proposta do PCP de um governo de plataforma, disse Álvaro Cunhal:

Se não se entende agora que as eleições antecipadas são a solução, pois é necessário procurar numa plataforma que permita a saída de uma crise muito profunda, de carácter económico, social e político, plataforma essa que evite o prosseguimento de uma política que nos pode conduzir a uma catástrofe económica, financeira e nacional.

E quanto à plataforma:

O essencial, quanto a nós, é definir uma política que corresponda aos interesses do nosso povo, do nosso país e da independência nacional. Na medida em que haja uma discussão, que aliás pode até começar por ser pública nas posições que avancem as diversas forças políticas do nosso país, se veja a possibilidade da elaboração de uma plataforma que abranja um largo leque de forças sociais e políticas e a questão da constituição do Governo coloca-se com muito mais simplicidade.

Avançando algumas ideias quanto a este assunto acrescentou:

Falando de plataforma, há pontos que a nosso ver são essenciais – um deles é não confundir recuperação económica com a entrega das fábricas aos antigos patrões sabotadores, a entrega das terras aos antigos latifundiários sabotadores e a entrega do nosso país ao imperialismo estrangeiro.

As recentes declarações de dirigentes do CDS qde negam ao PCP carácter democrático foram depois tema da resposta do secretário-geral do PCP:

Ouvi as declarações feitas pelo CDS e nós registamos, não sem um certo humor, essas declarações do CDS e até do PPD.

Nos tempos em que os comunistas passavam longos anos nas prisões, eram torturados e mortos por defenderem as liberdades e a democracia, havia um presidente de um partido que actualmente se diz democrático que sorria para Marcelo Caetano. Há fotografias. E havia um outro presidente de um outro partido que era candidato das listas do partido fascista à Assembleia Nacional.

Portanto, **lições de democracia e de liberdade não é dos partidos de direita que os comunistas têm de receber.**

é necessário que os democratas se unam

Salientando que a defesa das liberdades sempre fora uma constante da política do PCP, Álvaro Cunhal diria mais à frente:

Ligámos sempre a abolição do poder dos latifundiários e dos monopólios à liquidação do fascismo. Continuamos na mesma posição. Pensamos que a restauração para que a política actual conduz o nosso país, é a restauração do poder dos monopólios e dos latifundiários.

Quanto à proposta que refere do CDS pensamos que é necessário que os democratas se unam. E tem até interesse referir conceitos que por vezes nem são atribuídos àqueles que o devem ser.

Posso por exemplo dizer o seguinte: "consideramos que o PPD está a ter uma prática política cada vez mais de centro--direita, senão mesmo de direita e que depois da cisão que houve no Partido Popular Democrático estalou a nosso ver aquele verniz social-democrático que existia". Naturalmente que me vai dizer que isto é um juízo exagerado. Mas este não é nosso. Este juízo é do secretário-geral do PS, do dr. Mário Soares, no "Portugal Socialista", de 11 de Fevereiro de 76. "Posso dizer que o PS quando se apresentou às eleições recusando alianças quer com o PCP quer com os partidos da direita, o fez porque estes visam o regresso ao passado, o feudalismo económico do passado, embora sob o disfarce de uma democracia autoritária que nem sequer respeitaria a sua forma". Também pode dizer que é um juízo exagerado da nossa parte, mas são palavras do secretário--geral do PS.

a alteração não desfavoreceria os comunistas

A propósito de uma saída para a crise o secretário-geral do PCP acentuou:

Este governo não serve. Consideramos este governo o pior desde o 25 de Abril. Consideramos que este Governo é um governo virado para a direita porque faz uma política que um governo dos partidos de direita não poderia realizar. E mais à frente:

Com novas eleições o que poderia suceder era o seguinte: A alternativa 77 do CDS, como já dissemos, seria um fracasso 78 do CDS. O CDS está dividido. O MIRN leva-lhe uma fatia e portanto sairia enfraquecido. Acreditamos que tal como aconteceu anteriormente o nosso povo votaria democracia, ou seja votaria contra o PPD e contra o CDS, a maioria continuaria a ser dos partidos democráticos.

No que respeita aos partidos democráticos é natural que houvesse uma certa alteração e não era certamente em desfavor dos comunistas.

Perante a hipótese da eventualidade de uma moção de censura apresentada pelo CDS ao Governo e se nisso haveria concordância com o PCP, Álvaro Cunhal acentuou que essa curiosa tomada de posição do CDS dever--se-ia ao facto de achar **que as indemnizações não devem ser de 200 milhões, mas de 300 milhões, que as "reservas" a atribuir aos agrários não devem ser só de todas as terras alentejanas e mais aquele bocado das terras espanholas – como dizem com humor os trabalhadores alentejanos – que seriam necessárias para aplicar integralmente a "lei Barreto" na sua máxima extensão.**

As negociações e os entendimentos do actual Governo foi outro dos pontos focados pelos entrevistadores. A este respeito o secretário-geral do PCP diria:

Há um Governo minoritário que tem um apoio parlamentar condicionado e que tem negociado, neste caso só com a direita. Não tem negociado com a esquerda, ou melhor, tem dialogado tal como entende o Governo mas não como entendemos.

No que respeita à Lei da Reforma Agrária as emendas que foram introduzidas no projeco Barreto não foram as emendas propostas pelos comunistas. Nós propusemos numerosas emendas, apesar de considerarmos que esta lei não serve, que é uma péssima lei.

No entanto, as propostas do PCP, poderiam ter uma certa razão pra serem, consideradas, porque é um partido que na zona da Reforma Agrária é o mais votado.

Entretanto, o Governo negociou com o PPD e o CDS.

uma lei democrática tem o apoio popular

A seguir Álvaro Cunhal acentuou que o Governo do PS sozinho é um governo de facto aliado à direita, com compromissos com a direita e que os comunistas vêem isso com muita apreensão.

O Secretário-Geral do PCP, a respeito das dificuldades que se apresentam à aplicação da Lei Barreto diria que uma lei, se democrática, tem o apoio popular e não necessita do recurso à violência para ser aplicada, lembrando mesmo que o MAP começou a aplicar tal lei antes que tenha sido promulgada.

Eu pergunto se se pode considerar como lei que corresponde às necessidades da nossa economia, da nossa agricultura, arrancar as terras aos trabalhadores e aos pequenos e médios agricultores, às UCP e às Cooperativas, para as entregar aos agrários que não as cultivam. E não é um caso nem dois.

Toda uma série de herdades abandonadas, série bem conhecida dos trabalhadores e que já tivemos oportunidade de ver publicada, foi lembrada por Álvaro Cunhal, que referiu em seguida os resultados do esforço dos trabalhadores, desmentindo as atoardas de certa imprensa que publica números imaginários, dívidas das UCPs, e mesmo que os produtos da Reforma Agrária são vendidos mais caros ao público.

Álvaro Cunhal assinala quanto é estranho que, no momento em que os trabalhadores resolvem lançar-se às sementeiras, no meio de perigos, de ameaças desta lei contra a Reforma Agrária, apesar de tudo isso, eles lançam-se às sementeiras e vêem mesmo assim novas operações de restituições de terras que levantam a indignação e podem até comprometer o trabalho das sementeiras.

Naturalmente pensamos que um Governo responsável, sobretudo na situação económica que atravessamos, deveria proceder para que essas sementeiras fossem realizadas com êxito. Ora, ao mesmo tempo que estão abandonadas as terras restituídas aos agrários, nós vemos que, para este ano, é previsto que a área semeada será a maior de sempre: no quinquénio de 70/74, 479 mil hectares foram semeados de trigo; em 75, 426; em 76 subiu para 533 e este ano é estimada uma área que é a maior de sempre. E mesmo isso com o problema das sementes, pois parece que o Ministério estava a calcular mal as sementes necessárias. Se no quinquénio anterior eram necessárias 66 mil toneladas, este ano calcula-se que sejam necessárias 80 mil toneladas. O Ministério não está provido com as sementes necessárias: poderá ter 10 a 15 mil toneladas, não tem mais, fez encomendas tardias. Em fins de Agosto não tem ainda garantidas as sementes. Corre-se o risco, ou melhor corria-se o risco – se não houvesse a previdência e a vontade dos trabalhadores de responderem às necessidades do país garantindo as sementes – de perder as sementeiras de Outono. Mas isto é para dizer que, na zona da Reforma Agrária, tudo o indica, e podia desenvolver isto com muitos números, (a informação é muito ampla e está disponível) que há um grande esforço para levar a cabo as sementeiras.

O esforço dos trabalhadores da Reforma Agrária, muitas vezes sem apoios, com o crédito cortado, permitiu êxitos notáveis. No que respeita ao gado por exemplo. Já se pode hoje calcular que em 436 unidades colectivas no total de 487 existentes, o aumento de cabeças de gado é de 123 mil cabeças. Isto é notável. Poderia esmiuçar o gado de que se trata. Mas trata-se de um aumento do efectivo pecuário notabilíssimo dos trabalhadores para desenvolverem tudo aquilo que pensavam no seu sonho de construção de uma vida nova, de uma economia nova para bem deles próprios, do Povo português e da Nação portuguesa.

exigências do FMI

Nesse momento, interrompendo, o moderador tentou acusar o PCP de ser o promotor do desemprego (!) Álvaro Cunhal replicou prontamente:

O único desemprego tem sido criado pelas restituições das terras aos agrários que, como primeira medida imediatamente despedem trabalhadores das herdades. Sabe-se que as desintervenções são acompanhadas de despedimentos em massa. Sabe-se além do mais que isso são exigências do FMI.

Novamente alguns jornalistas se mostraram preocupados pela posição do PCP face à nova lei Barreto. Álvaro Cunhal definiu em termos gerais o que pensam os comunistas sobre o assunto:

A lei, existe e tem muitos graus de aplicação. Ao ministro da Agricultura dá-lhe praticamente poderes discricionários que levariam praticamente à restituição de todas as terras e não chegava. Pode ser aplicada no mínimo, pode ser aplicada na média, enfim pode ser aplicada por muitos critérios. Dentro da aplicação desta lei pensamos que é tempo e é possível (a lei está aprovada mas é possível), o procurarem-se critérios que não atinjam o fundamental da Reforma Agrária.

uma lei do PPD

E continuou:

Vamos à realidade: esta lei não se adapta à situação que está criada. Da mesma forma a do Arrendamento Rural, que é uma lei do PPD, um partido implantado no Norte e no Centro do país, onde tem uma base social de apoio no pequeno campesinato pobre incluindo muitos rendeiros. Mas os rendeiros que votaram no PPD confiados que esse partido ia defender os seus interesses, vêem o PPD propor e fazer aprovar uma lei que lhes vai arrancar aqueles poucos direitos, sim, direitos, importantes que lhes tinham sido concedidos pela lei do Arrendamento Rural de 75.

E prosseguiu, demonstrando que o PPD perderia assim a confiança que eleitoralmente muitos rendeiros anteriormente deram nas eleições àquele partido.

Um dos jornalistas lá conseguiu, moderar o "moderador" e pôr uma questão: Se os trabalhadores teriam força bastante para impor um recuo ao Governo.

Não se trata de recuo ou de força para impor disse Álvaro Cunhal. Neste momento eu prefiro falar no esclarecimento dos portugueses perante a realidade. Houve uma realidade que se criou no nosso país com a Revolução do 25 de Abril e com o seu processo, que foi complicado, que pode ser contestado, e sobre o qual há muitas divergências. Mas é uma realidade diferente, nova. Essa realidade foi a liquidação do capital monopolista e foi no fundamental a liquidação dos grandes latifúndios alentejanos. Isto criou uma nova mentalidade e novas situações e novas dinâmicas económicas.

Pela nossa parte, nós os comunistas dizemos que se respeitem essas dinâmicas diferentes, cada uma tem a sua especificidade, a sua maneira própria de desenvolvimento.

Álvaro Cunhal referiu adiante o défice comercial:

50 milhões de contos em 1975, 73 milhões em 76, 1.º semestre de 76, 28 milhões de contos, 1.º semestre de 1977, 48 milhões de contos – para onde é que vamos no défice comercial?...

o Governo não estava a falar verdade

Atalhando uma observação que visava assacar as responsabilidades desta situação não se sabe que obscuros períodos e forças, o secretário-geral do PCP esclareceu: o défice. **"deve-se à política desastrosa deste governo que com a desvalorização queria reduzir os défices comercial e da Balança de Pagamentos e nós afirmámos que o Governo não estava a falar verdade, ou melhor, não estava pelo menos a dizer o que se lá passar. Não temos preconceitos em relação à desvalorização. A desvalorização pode, eventualmente, ser uma medida acertada, pode, eventualmente, ser uma medida que contribua para a defesa da moeda nacional e da economia nacional. Agora o que concluímos, antes da desvalorização, quando se começava a falar na desvalorização, é que, dada a estrutura do comércio externo português, (a taxa de cobertura das importações nessa altura não chegava a 48% aproximadamente, hoje já está em 42%) dada a importação de produtos para a nossa indústria, para a nossa economia, é que a desvalorização seria desvantajosa, que não iria diminuir o défice da Balança Comercial mas que, pelo contrário, o iria agravar. Quando o Governo anunciou a desvalorização, as previsões do nosso Partido foram: isto vai conduzir ao agravamento do défice da nossa Balança Comercial e não, como diz o governo, contribuir para a diminuição do défice.**

Quanto à Balança de Pagamentos:

Em 1975 o ritmo mensal do gasto de divisas era de um milhão de contos, números redondos. Em 1976, sob o VI Governo passou a 3 milhões por mês e este ano já vamos a caminho de 4 a 5 milhões por mês. Isto representa que hoje no nosso país estamos a gastar por hora 5 a 6 mil contos de divisas. O que é que se fez para aumentar as exportações dentro de uma política séria para limitar as importações?

Sabe perfeitamente o que propomos nesse sentido. Propomos que sejam reduzidas as importações e calculamos em números o que pode ser reduzido.

necessitamos é de expansão económica

Álvaro Cunhal referiu a quantificação da redução dos défices avaliada pela Conferência Nacional do PCP.

Na Conferência Nacional do meu Partido estiveram trabalhadores que fizeram nas próprias empresas reuniões, muitas vezes até com administradores e com agentes da gerência de empresas privadas, e que estudaram em conjunto a forma de aumentar a produção – se havia possibilidade de produzir naquela empresa produtos que actualmente se importam, se era possível comprar a empresas nacionais produtos que actualmente se estão a comprar ao estrangeiro, quer dizer, um estudo no sentido da economia nacional, não no sentido partidarista.

Sobre o recurso ao empréstimo considerou-o de uma política suicida – **o que nós necessitamos é de expansão económica. A salvação da economia portuguesa está na sua expansão.**

Procura-se a confiança dos empresários através de uma acção repressiva, leva-se para as empresas, empresários que as degradaram, que tiraram delas milhares e milhares de contos ilicitamente para gastos pessoais, que as descapitalizaram. Agora quer-se restituir a empresa ao capitalista mesmo usando a repressão. Prendem-se delegados sindicais, dissolvem-se comissões de trabalhadores para restituir a empresa ao capitalista. Nós pensamos que antes de tudo a confiança que é necessária ganhar é do nosso povo, dos trabalhadores portugueses. E a política, do PS se se pensa que se pode na democracia portuguesa recuperar a economia contra os trabalhadores, traindo completamente a confiança dos trabalhadores, é também um erro grave, muito grave.

um Governo pendurado nos empréstimos

Foi abordada uma vez mais a gravidade da situação económica e financeira do país. O secretário-geral do PCP apontou a acção do Governo como uma das causas dessa situação e que nem tudo dependia da situação internacional. E o secretário-geral do PCP acrescentou:

Este Governo parece que está um pouco pendurado na questão dos empréstimos externos, em vez de um esforço nacional, um esforço patriótico, em que seja envolvida a nação portuguesa para produzir fundamentalmente na base dos nossos recursos. Nós temos riquezas que não estão aproveitadas, temos capacidade industrial que não está aproveitada, que é subutilizada, temos sectores da indústria a produzir a 60 por cento, 50 por cento e alguns sectores a 30 por cento da sua capacidade. Temos mão-de-obra que, digamos, é a mercadoria que tem a capacidade única de produzir riqueza, e em vez de se aproveitar essa mão-de-obra disponível, está-se a seguir uma política de aumento do desemprego, porque se entende que a partir do desemprego é que têm viabilidade as empresas, naturalmente ao sabor dos capitalistas, é que têm viabilidade as explorações agrícolas, ao sabor dos agrários.

Um dos entrevistadores, neste momento, colocou novamente o problema da confiança. O camarada Álvaro Cunhal retorquiu: **Confiança de quem? Para quem? E para quê? É evidente que para conquistar a confiança do José Manuel de Melo se vai perder a confiança de milhares e milhares de trabalhadores. Não há aqui confiança universal.** E mais adiante:

A dívida pública externa é, em números redondos, de 60 milhões de contos. A dívida externa do Banco de Portugal é de 60 milhões de contos; a dívida das empresas com aval do Estado, 50 milhões de contos; a dívida ao Fundo Monetário Internacional, 10 milhões de contos. Isto dá 180 milhões de contos. Corresponde a um terço do rendimento nacional e a três vezes as exportações nacionais de 1976. Isto quer dizer que é uma soma enorme para os recursos portugueses. Há um adágio popular que diz que se pequeno agricultor a hipoteca o aguenta direito como uma corda a um enforcado. E nós corremos o risco, no que respeita a esta política dos empréstimos, de acordarmos às tantas enforcados pelos próprios empréstimos.

Segundo os dados conhecidos, havia salvo erro 870 toneladas de ouro. Fala-se muito na hipoteca dessas toneladas de ouro, os jornais recentemente até falaram que teriam ido 40 e tal toneladas para os Estados Unidos. Dessas toneladas, em 1975 estavam 30 toneladas hipotecadas; em fins de 1975 já subia a 91 toneladas; nos fins de 1976, a 307. Se não se vendeu o ouro — e são 50 por cento que estão hipotecados — isto já sobe a 430 toneladas de ouro hipotecadas.

não somos contra o crédito externo

Mais adiante, Álvaro Cunhal precisou a posição do PCP acerca dos empréstimos: **Nós não somos contra o crédito externo, nunca nos pronunciámos nem contra o crédito externo nem contra o investimento externo. Mas pensamos que o crédito externo deve ser sobretudo para investimentos e não para consumos correntes, ainda que haja muitas linhas de crédito para além do crédito em divisas.**

Prosseguiu citando exemplos concretos: **É necessária a diversificação do mercado externo, a busca de acordos que permitam que a importação seja também uma fase de exportação. A orientação do nosso esforço comprador para países que nos comprem a nós é uma necessidade para se procurar equilibrar a nossa Balança Comercial.**

Não somos, portanto, de nenhuma forma partidários da redução do comércio externo com os países capitalistas, com os países do Mercado Comum.

Sobre a existência ou não de desespero no Alentejo por causa da "lei Barreto", Álvaro Cunhal começou por afirmar: **Os trabalhadores da zona da Reforma Agrária têm uma elevadíssima consciência cívica, política e patriótica. Não é por acaso que, na altura em que é aprovada essa lei e que há, enfim, as acções que conhecemos de entrega de terras aos agrários, os trabalhadores decidem levar a cabo as sementeiras e estão na verdade lançados no trabalho dos campos. Isto indica um elevado grau de consciência política e patriótica e não uma situação de desespero. Estão confiantes, e todas as notícias que temos convergem nessa ideia, que no fundamental a Reforma Agrária será defendida.**

apoio aos pequenos e médios produtores

Quase no final do programa, o camarada Álvaro Cunhal teve oportunidade de, brevemente, se referir à posição do PCP sobre os pequenos e médios produtores: **Em relação a estes pensamos que não têm tido o apoio que deveriam ter. A elevação da taxa de desconto ultimamente decidida não vai facilitar o crédito aos pequenos e médios industriais e comerciantes; pelo contrário, vai agravar ainda mais a sua situação.**

Pensamos que as pequenas e médias empresas devem ter o apoio necessário. A sua actividade é muito respeitável e necessária à economia nacional. Não somos, de nenhuma forma, pela liquidação das pequenas e médias empresas.

A finalizar, o secretário-geral do PCP fez questão de salientar o apreço por aqueles muitos jornalistas da imprensa regional que, no nosso país, sem meios, sem recursos, com papel caro, com tiragens pequenas e portanto com grandes dificuldades na manutenção dos órgãos de imprensa, conseguem levar a cabo um trabalho de informação. Sobretudo aqueles que o fazem com seriedade e com isenção.

Também, sem desprimor para ninguém, não gostaria deixar de recordar que entre os jornalistas que se encontram aqui, hoje, comigo estão jornalistas de órgãos de imprensa que, antes do 25 de Abril, tinham uma posição digna na informação portuguesa, em condições particularmente difíceis.

O GOVERNO DO PS TEM DE ASSUMIR AS SUAS RESPONSABILIDADES NA CRISE QUE CRIOU NO SECTOR DA INFORMAÇÃO

A política de desinformação levada a cabo pelo grupo dirigente do PS e pelo seu Governo é uma das causas fundamentais da actual crise no sector.

A cegueira política dos dirigentes do PS, na sua sede de monopolização dos órgãos de informação estatizados, ao mesmo tempo que fecham os olhos ao recrudescimento da propaganda reaccionária em muitas das páginas e dos tempos de antena dos órgãos que controlam e a falta de medidas efectivas contra semanários claramente anticonstitucionais, que veiculam ideologias nazis e fascistas — eis as principais características da actividade do Governo do PS neste domínio.

Paralelamente, as medidas recentemente anunciadas pelo Governo para a imprensa estatizada, longe de poderem servir para combater eficazmente a crise, representam exactamente o contrário. E mais: são um claro desrespeito pela Constituição, pelo próprio Programa do Governo.

As medidas não são mais do que um passo em frente no reforço da posição do grupo dirigente do PS nos meios de comunicação social, não recuando perante nada, nomeadamente prevendo os despedimentos em massa e a redução drástica das regalias conquistadas pelos trabalhadores da informação.

Incapaz de resolver os problemas, aqui como noutros domínios da vida nacional, o Governo do PS opta por deitar sobre as costas dos trabalhadores pesadíssimos sacrifícios e privações, opta pela restrição efectiva dos seus direitos constitucionais.

A tentativa de controlo total dos meios de comunicação social e as medidas contra a imprensa estatizada não são mais, afinal, do que as duas faces da mesma moeda, da moeda de troca que o PS precisa de ter constantemente valorizada para negociar e capitular perante as forças da direita e do grande capital.

Outra das características mais chocantes da política do Governo PS e que constitui mais uma clara violação da Constituição, é a tomada de medidas sem a prévia consulta aos trabalhadores do sector e suas organizações representativas. Por isso, contra as medidas preconizadas por Roque Lino e já postas em prática pelo Governo PS levantam-se todos os trabalhadores da Informação e os seus sindicatos mais representativos.

O caso de "O Seculo" é neste momento e sem dúvida o mais grave; mas é o resultado da concretização da política do Governo. Política que, caso não seja travada a tempo, provocará noutros órgãos de informação situações muito semelhantes àquelas que presentemente vivem os trabalhadores de "O Seculo".

Quando o Governo do PS tornou públicas as suas medidas contra a imprensa estatizada, o PCP teve ocasião de denunciar:

Centenas de trabalhadores são fria e premeditadamente lançados de imediato no desemprego; muitos mais ficarão na iminência de ser considerados como "pessoal excedentário", havendo precedentes que fazem temer que os critérios de tal classificação venham a dar cobertura a despedimentos selectivos e à perseguição aos trabalhadores mais conscientes e combativos, designadamente aos delegados sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores.

Afirmou-se, ainda: **O PCP considera que o direito à informação só será assegurado pelo respeito das diposições constitucionais que consagram a existência, ao lado do sector privado, de um sector estatizado da comunicação social cuja independência face ao Governo e administração pública será conseguida pelo reconhecimento do papel dos conselhos de redacção, respeito dos estatutos editoriais e pela entrada em funções dos Conselhos de Informação previstos no Art.º 39.º da Constituição, e nunca, como é óbvio, através da sua entrega ao grande capital, conforme o Governo agora se propõe; e pelo respeito das disposições constitucionais sobre os tempos de antena na Rádio e Televisão para os partidos e organizações sindicais e profissionais.**

A política do Governo PS é, exactamente, o contrário disto, não sendo mais do que o prolongamento ao campo da informação da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista que o Governo vem praticando, em estreita aliança com o PPD e o CDS.

3ª Assembleia da SOREL-LICAR

UMA LIÇÃO PARA A LUTA CONTRA O SECTARISMO

Na III Assembleia de Célula da Sorel-Licar, empresas da indústria automóvel que englobam cerca de 400 trabalhadores, realizada no sábado passado, o relatório de actividades revelou uma vez mais que a unidade na acção entre comunistas e outros trabalhadores constitui uma necessidade da luta e uma condição da vitória do combate económico e político das massas trabalhadoras.

"Também aqui, na Sorel-Licar, os comunistas se orgulham de terem sido os mais combativos e conscientes na luta pela unidade da classe operária e na sua aliança com os outros trabalhadores."

Apesar de "muito difíceis terem sido os caminhos da unidade", os comunistas da Sorel-Licar, nesta sua III Assembleia, reiteraram o convite aos socialistas para uma discussão, em conjunto e em igualdade de circunstâncias, em torno dos problemas que atingem os trabalhadores das duas empresas.

Devido aos esforços pela unidade e à sua actuação no restante trabalho, os comunistas da Sorel-Licar ouviram Veiga de Oliveira, membro do CC, dizer na sua célula que constitui "um exemplo brilhante do trabalho do recrutamento do Partido". Ouviram ainda deste camarada uma profunda análise da situação económica e poltíca actual, e das directrizes da luta a conduzir pela defesa do processo democrático.

"A célula da Sorel-Licar constitui um exemplo brilhante na política de recrutamento", disse o camarada Veiga de Oliveira, membro do CC, na sua intervenção política. Quer isto dizer que a actuação dos comunistas da Sorel-Licar tem sido isenta de erros? De modo nenhum. O que tem acontecido, e por isso recomendamos a reflexão de camaradas de outras células a este respeito, é que os comunistas da Sorel-Licar não têm deixado de analisar criticamente a sua actuação, detectando assim falhas e procurando de imediato corrigi-las. Esta consciência crítica e actividade construtiva dos comunistas da Sorel constitui uma garantia de que no futuro o seu trabalho será ainda mais mobilizador e combativo na defesa e avanço do processo revolucionário, os quais passam pelo reforço do Partido. A este respeito, citamos, pelo que contém de pedagógico para outras células, a análise a que a célula da Sorel-Licar procede acerca de certos erros detectados no recrutamento.

Uma experiência a ter em conta

"Interessa realçar os erros que estiveram na base de uma incorrecta política de recrutamento levada a cabo pela célula.

"O sectarismo, que não sendo uma característica dos comunistas nem por isso deixa de manifestar-se nesta ou naquela situação, é dos que mais tem prejudicado o nosso trabalho e dificultado a vinda ao PCP de muito trabalhador sério e honesto. Muitos dos camaradas de trabalho que nos têm acompanhado nas lutas que têm sido desenvolvidas e se têm revelado verdadeiros revolucionários pela sua coerência e firmeza e pelos seus princípios morais, foram esquecidos pela organização da célula. Esta situação é de tal modo injusta e incorrecta que tem fechado as possibilidades a estes trabalhadores de se formarem como revolucionários consequentes, e ao Partido de se alargar e fortalecer.

"A ideia incorrecta de que para ser novo membro do Partido se terá de ter as mesmas atitudes dos camaradas mais experientes é outros dos erros que está na base da deficiente política de recrutamento da célula... Muitos trabalhadores desiludidos com a política dos partidos que seguiam encontram-se hoje desorientados politicamente, importando fazer chegar até eles, mais vivamente ainda, a voz do Partido. É necessário, fraternalmente, ajudar esses camaradas de trabalho através do diálogo franco e aberto."

Como forma de combater as tendências sectárias, os camaradas da Sorel-Licar travaram amplas discussões nas reuniões de célula, podendo-se hoje concluir que "a situação foi quase totalmente corrigida e que está aberto o caminho para o contínuo crescimento da célula e da influência do Partido junto dos trabalhadores. Por outro lado, entre as experiências de trabalho de organização, a célula propõe-se desenvolver "as reuniões alargadas a outros trabalhadores não comunistas que têm permitido dar a conhecer os métodos democráticos de trabalho dos comunistas e a demonstrar o papel indispensável do PCP na defesa dos trabalhadores e do povo e têm trazido ao Partido muitos dos actuais membros da célula. "Mas — salienta o relatório — não basta aumentar os membros da célula, é necessário trabalhar pacientemente para que todos os camaradas estejam organizados... Uma cuidadosa distribuição de tarefas, que tenha em conta as características e capacidade dos camaradas é fundamental para melhorar o trabalho de organização (...) controlar a execução de tarefas é uma fase do trabalho partidário muito pouco desenvolvida" mas essencial na organização e fortalecimento do Partido.

Em resumo, concluem os comunistas da Sorel-Licar: "Continuar o combate ao sectarismo, trabalhar para organizar todos os camaradas de célula, desenvolver e aprofundar a ligação do Partido às massas, continuar o recrutamento de trabalhadores honestos, são tarefas de fundo que se propõe levar a cabo a célula da Sorel-Licar.

"Estruturar a organização do Partido na empresa, de maneira que cumpra cada vez melhor o papel de dirigente que lhe está destinado, significa contribuir para reforçar o Partido. E o reforço do Partido não interessa só aos comunistas, mas a todos os trabalhadores e camadas sociais antimonopolistas. Contribuir para o reforço do PCP é lutar consequentemente pelo prosseguimento do processo democrático."

Meadela (V. do Castelo)

FORTALECER A UNIDADE VENCER AS DIFICULDADES

Com a participação de 20 delegados, realizou-se no passado domingo, a 1.ª Assembleia de Freguesia da Meadela do nosso Partido para discutir o relatório de actividades, traçar a orientação para a actividade dos comunistas daquela freguesia do concelho de Viana do Castelo e eleger o novo organismo de direcção.

Os trabalhos decorreram nas instalações da Casa do Povo, foram presenciados por cerca de 40 convidados e tiveram como tónica dominante a preocupação dos nossos camaradas em desenvolver o trabalho unitário na Junta e Assembleia de Freguesia, visando a mobilização popular para a superação das actuais carências.

Depois de ter sido aprovado por unanimidade o informe da Comissão de Freguesia cessante, foi eleito o novo organismo de direcção composto por 68,5 por cento de operários, 18,75 por cento de empregados e 12,5 por cento de funcionários públicos. Entre os eleitos, contam-se 12,5 por cento de mulheres.

ASSEMBLEIA EM PREPARAÇÃO

S.JOÃO DA MADEIRA

Realiza-se nesta vila, no próximo dia 15 de Outubro, a I Assembleia Concelhia, que apreciará o relatório apresentado pela actual Comissão, definirá as principais tarefas que se colocam ao PCP nesta zona e elegerá a nova Comissão Concelhia.

A fim de preparar a Assembleia serão distribuídos a todos os militantes e organizações diversos textos de apoio sobre a actividade do Partido, os quais deverão funcionar como ponto de partida e auxiliares da discussão que se irá travar. As propostas de emenda ou novas propostas deverão ser entregues até ao dia 8 de Outubro.

NOVO CENTRO EM CUCUJÃES

Uma reunião de convívio e uma sessão de canto livre assinalarão no próximo dia 16 de Outubro, domingo, a inauguração do novo Centro de Trabalho de Cucujães do PCP.

AS ASSEMBLEIAS VÃO CONTINUAR

Dando cumprimento às resoluções do VIII Congresso do nosso Partido, as organizações do PCP têm vindo a realizar as suas Assembleias, elegendo democraticamente os respectivos Secretariados, analisando as situações concretas e perspectivando o futuro.

Mobilizando um número sempre crescente de camaradas, muitas assembleias já se realizaram e muitas outras falta realizar.

As múltiplas tarefas a que os comunistas são constantemente chamados pela rápida mutação da situação política, as dificuldades com que se debatem certas organizações, a necessidade de estudo e de análise das experiências acumuladas, impedem por vezes que esta importante tarefa de organização se processe com a desejável rapidez.

Contudo, esgotado o período normal de férias e terminada com êxito a grandiosa participação na Festa do «Avante!», novas assembleias de organização se irão realizar. Todas aparentemente semelhantes e no entanto tão profundamente diferentes, são sem dúvida um valioso contributo para o enriquecimento do Partido.

Discutir e aprofundar as experiências adquiridas, analisar em cada caso concreto qual a forma correcta de levar à prática a política do Partido, criticar os erros cometidos para melhor os corrigir, são características comuns do trabalho dos comunistas. Por isso as assembleias das organizações são importantes para o Partido. Por isso elas reforçam a sua coesão e o fortalecem para melhor prosseguir a sua luta pela democracia e o socialismo.

«Manuel Pereira Roldão»

DISPOSIÇÃO PARA O DIÁLOGO COM TODOS OS TRABALHADORES

Os camaradas vidreiros da fábrica Manuel Pereira Roldão; da Marinha Grande, realizaram no passado domingo a sua I Assembleia de Organização.

Estiveram presentes representantes da Comissão Concelhia da Marinha Grande, DOROR, UEC, UJC, Comité Vidreiro e Comité Metalúrgico, além do camarada Osvaldo Castro, em representação do Comité Central. Trabalhadores não comunistas assistiram ao desenrolar dos trabalhos, como convidados.

O Secretariado de Célula apresentou um circunstanciado relatório sobre a sua actividade e o desenvolvimento da organização na empresa, no qual são apontados não só os aspectos positivos mas também os negativos, o que revela a crescente capacidade de autocrítica dos nossos camaradas. Durante o plenário, reconheceu-se que há pontos do relatório que deviam ter sido mais aprofundados e que são insatisfatórios os resultados da mobilização entre os jovens e as mulheres na empresa.

Um dos pontos mais marcantes no decorrer dos trabalhos foi a questão do sectarismo e do triunfalismo, que os camaradas irão continuar a combater, no seu selo e fora dele, com os trabalhadores não comunistas. Foi também salientada a necessidade do combate ao esquerdismo, combate esse que segundo alguns intervenientes no debate não poderá nem deverá ser um combate cego, na medida em que há trabalhadores que alinham nas posições dos esquerdistas apenas porque ainda não foram devidamente esclarecidos. Os nossos camaradas confessaram-se abertos ao diálogo franco com toda a gente sinceramente interessada na defesa dos interesses dos trabalhadores, qualsquer que sejam as suas tendências políticas.

No âmbito da campanha Promoção das Conquistas de Abril, foi divulgado que já se recrutaram dezenas de novos militantes.

Durante o decorrer dos trabalhos os camaradas da Manuel Pereira Roldão analisaram ainda as pretensões do Governo em entregar a empresa à antiga administração que a deixou económica e financeiramente arruinada e que apesar das pressões e das chantagens dos governantes se recusa a recebê-la. Os camaradas lembraram que uma das consequências imediatas da devolução da empresa poderia ser o despedimento de mais de 200 trabalhadores e expressaram a sua firme decisão de lutar para o impedir.

Após a aprovação do relatório, procedeu-se à eleição do novo Secretariado da Célula.

A finalizar os trabalhos interveio o camarada Osvaldo de Castro, membro do Comité Central do PCP que, para além de uma breve análise da situação política actual, chamou a atenção para alguns aspectos do relatório que em sua opinião deviam ser mais aprofundados, apelando depois para o reforço da organização do Partido naquela empresa.

Durante o decorrer dos trabalhos da Assembleia de Organização foram recebidas numerosas mensagens de saudação e apoio enviadas por células de outras empresas e por diversos organismos do Partido, não só da Marinha Grande mas também de outros concelhos do distrito.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ÁGUAS SANTAS - MAIA

Dando cumprimento às decisões do VIII Congresso, realizou-se no último sábado, nas instalações da Associação Recreativa "Os Restauradores de Braz-Oleiro", a I Assembleia de Freguesia de Águas Santas do Partido Comunista Português, que contou com a participação de numerosos delegados e convidados, ao todo 250 pessoas, entre as quais se encontravam militantes do MDP e do PS. Em representação da Direcção da Organização Regional do Norte assistiram aos trabalhos os camaradas Avelino Gonçalves e António Mota.

Após ter sido aprovado o regulamento da assembleia e constituída a mesa da presidência, foi lido o relatório de actividades apresentado pela comissão de Freguesia cessante, que historiava diversos aspectos do trabalho realizado pelos comunistas depois do 25 de Abril até ao momento presente. No final da leitura do informe, vários delegados intervieram sobre alguns dos temas analisados, particularmente acerca do problema da habitação, da importância das estruturas populares, do trabalho a realizar pela nova comissão de freguesia e pelos camaradas da organização local.

O relatório, que seria aprovado por unanimidade e aclamação pelos delegados, aponta várias direcções de trabalho a desenvolver, de molde a ser conseguido um maior reforço e implantação da organização do nosso Partido. No capítulo da informação e propaganda, defende a necessidade de ser melhor planificada a difusão do "Avante!", do "Militante" e dos materiais do Partido.

No sentido de melhorar o trabalho da organização, o relatório aprovado defende a intensificação do trabalho de esclarecimento e consciencialização dos camaradas; a planificação da cobrança das quotas, a descentralização das tarefas e maior atenção ao trabalho junto das empresas, estruturas populares, camponeses, mulheres e pioneiros, no quadro do reforço de uma maior ligação do Partido à população de Águas Santas e zonas limítrofes encabeçando as lutas por diversos objectivos apontados na resolução.

Quanto ao saneamento básico, os comunistas de Águas Santas estão interessados na defesa dos interesses da população local, juntamente com as forças progressistas dispostas a tal, visando uma política planificada que garanta a todos um eficiente abastecimento de água, uma rede de saneamento capaz, de molde a ser acautelada a higiene a que a população tem direito. A melhoria da rede de transportes e da habitação, serão outros objectivos de luta dos comunistas, particularmente interessados em que os projectos de construção de casas, previstos para Pedrouços, Gieste e S. Gemil, sejam concretizados, depois de vencidos os obstáculos que estão a ser levantados pela edilidade da Maia. Igualmente, o Partido empenhar-se-á na batalha pela criação de um posto de Previdência, de infantários e escolas pré-primárias para superar as dificuldades actualmente existentes.

Foram aprovadas, também por unanimidade e aclamação, diversas moções dirigidas ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República, Primeiro-Ministro, grupos parlamentares do PCP e do PS denunciando a política de recuperação capitalista seguida pelo Governo do grupo dirigente do PS; exigindo o fim da repressão contra o povo alentejano e o respeito pelas suas justas conquistas. Também foi aprovada uma moção denunciando "a forma como o Governo vem estimulando e promovendo o desemprego em muitas empresas nacionalizadas ou com intervenção", bem como a sua "política de cedências com os partidos da direita, que vem agravar mais e mais as condições de vida dos trabalhadores".

A encerrar os trabalhos, usou da palavra o camarada Avelino Gonçalves, membro suplente do Comité Central, que fez uma análise da situação política. Seguidamente, foi eleita a Comissão de Freguesia, num ambiente de unanimidade e entusiasmo, como de resto foi dominante ao longo de toda a assembleia, finda a qual se realizou um convívio preenchido com a actuação do camarada Luís Viegas e do Grupo Popular "1.º de Maio".

«LEVO NA MÃO A CONSTITUIÇÃO...»

"Levo na mão a Constituição da República Portuguesa e a Lei da Greve" — disse o sindicalista Artur Rodrigues, ao ser preso na última segunda-feira à entrada da Copam, quando ali se encontrava como delegado da direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa. As palavras daquele trabalhador e os acontecimentos que as precederam constituem mais uma prova de como a repressão do Governo PS se abate ilegalmente sobre os trabalhadores em greve, desprezando por completo as leis que os protegem e de que os governantes deveriam ser os mais fieis defensores.

Artur Rodrigues foi preso por apoiar uma greve legal, em representação de um sindicato. E, enquanto assim procede para com os trabalhadores e os seus representantes sindicais, o grupo dirigente do PS e do Governo autoriza todas as ilegalidades patronais, bem flagrantes no caso da Copam onde o patrão despede arbitrariamente e substitui os despedidos por arruaceiros mercenários em clara violação da Lei da Greve.

Plenário da COPAM: firmeza contra a recuperação capitalista

O protesto de Artur Rodrigues, ao ser preso, demonstra a confiança que os trabalhadores depositam na Constituição e nas outras leis democráticas, ao mesmo tempo que lutam contra as arbitrariedades de um Governo que as desrespeita.

O cumprimento da Constituição é o mínimo que se pode exigir de um Governo que fala em seu nome e em nome da democracia. Mas aquilo de que o Governo **fala** já é há muito letra morta para todos os que sabem (e são muitos) que a **legitimidade** do Executivo a cargo dos dirigentes do PS se baseia no arbítrio e na repressão violenta com um desprezo inconcebível pela Lei Fundamental do país.

A prisão de trabalhadores no exercício dos seus direitos constitucionais e os outros atentados das autoridades contra as leis deparam com a forte barreira da unidade e com o sentido da justiça das massas populares que desprezam a desonestidade dos actos cobertos com o verniz das palavras ocas. Por isso, a solidariedade aumenta em torno dos trabalhadores da Copam.

A LUTA PROSSEGUE

No dia seguinte à prisão do delegado sindical, que viria a ser condenado a 15 dias de prisão com pena suspensa, os trabalhadores da Copam, em plenário, decidiam prosseguir a luta, exigindo "a reintegração imediata de todos os trabalhadores suspensos". Numa das moções aprovadas, o Plenário, que enviou e recebeu várias moções de solidariedade, repudiou "as medidas anticonstitucionais do Governo", designadamente o ataque ao direito à greve, e reclamou "um poder judicial ao serviço da legalidade democrática".

DESONESTIDADE DE PROCESSOS E «EMPRESAS EM CRISE»

O patronato reaccionário, saudoso do fascismo, tenta obter a "cumplicidade" de trabalhadores para a redução de salários, despedimentos e sonegação de direitos legalmente adquiridos.

Num aviso aos sindicatos e a todos os trabalhadores, a CGTP-Intersindical Nacional desmascara a manobra, através de um comunicado, afirmando:

Tendo vindo a ser detectadas tentativas do patronato reaccionário para proceder a pseudo-votações, pelos trabalhadores, para a declaração da empresa em crise (Decreto-Lei 353-H/77), o Secretariado Nacional da CGTP-IN:

1 – *Alerta* todos os trabalhadores e sindicatos contra a ilegalidade e desonestidade dos processos que estão a ser utilizados pelo patronato reaccionário que, pela chantagem e mentiras, tenta levar os trabalhadores a «aceitarem» a situação de crise, o que poderá conduzir à redução de salários, retirada de direitos adquiridos, despedimentos de trabalhadores, etc.

2 – *Informa* os trabalhadores que, perante tentativas idênticas deverão alertar, imediatamente, os respectivos sindicatos, recusando-se terminantemente a discutir qualquer proposta sem esta estar devidamente fundamentada e apresentada, em primeiro lugar, à comissão de trabalhadores, ou aos delegados sindicais, ou à comissão de delegados, ou sindicatos, só estes tendo poderes para convocar plenários de trabalhadores.

3 – *Responsabiliza* o governo pela cumplicidade com a aprovação antitrabalhadores, às quais abriu caminho com a aprovação do «pacote 2» e a aplicação de medidas semelhantes na Metalúrgica Duarte Ferreira, Pão de Açúcar, etc.

NOTÍCIAS

Comemorando o 2.º aniversário do Centro de Trabalho de Sarilhos Grandes, a organização local promove, na colectividade daquela povoação, no dia 2 de Outubro, pelas 21 Horas, uma Sessão de Esclarecimento orientada pela camarada Margarida Tengarrinha, membro do Comité Central do PCP. A situação política actual será o tema.

●

O sorteio realizado na Festa do "Avante!" pela organização concelhia do Montijo, do PCP, brindou o possuidor da rifa n.º 515 com a junta de bois em cortiça.

Químicos da Marinha Grande

REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO ALARGAR O PARTIDO

Realizou-se no passado dia 18, na Marinha Grande, a 1.ª Assembleia de Organização do sector químico daquela vila. Feita uma breve exposição da situação existente nas principais empresas do sector (Ina, Iberoplás, Barosa & Barroca, Vidroplás, etc.) passou-se à análise do trabalho realizado pelos secretariados de célula cessantes, das dificuldades encontradas e quais as melhores soluções para as ultrapassar.

Com uma composição operária oriunda do pequeno campesinato, o sector químico da Marinha Grande apresenta características substancialmente diferentes da generalidade do meio operário, exigindo por isso métodos de trabalho e esclarecimento político diferentes, tendo em conta o anticomunismo primário que as forças de direita e mesmo alguns socialistas utilizam para opor os trabalhadores ao PCP.

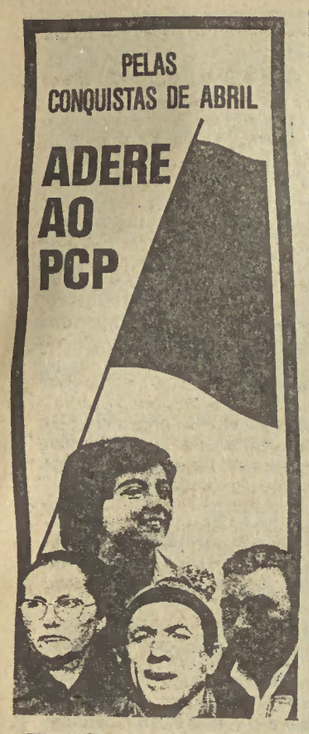
Não obstante todas as dificuldades, tem-se verificado como a participação dos comunistas nas organizações de trabalhadores e no movimento sindical é bem aceite pela maioria dos trabalhadores que sabem serem os comunistas dos únicos que se batem tenaz e consequentemente pelos seus verdadeiros interesses de classe.

A Assembleia salientou a necessidade de um constante combate ao sectarismo e apontou o trabalho unitário como a única forma correcta de desenvolver a actividade das diversas células.

Também a ligação entre as células do sector químico e a organização concelhia do Partido deverá ser melhorada, não só para o esclarecimento e mobilização constantes dos camaradas, mas também para que estes estejam sempre em condições de informar com precisão os outros trabalhadores que, não sendo do Partido, gostam de conhecer a opinião dos comunistas sobre a situação política.

A Assembleia verificou que o trabalho de agitação e propaganda se tem vindo a desenvolver satisfatoriamente, chamando contudo a atenção dos novos Secretariados eleitos para as potencialidades que os relatórios das células apontam.

Os resultados já obtidos com a campanha da Promoção das Conquistas de Abril, que trouxeram ao Partido muitos novos militantes, foram apontados como um exemplo a seguir. Que cada militante químico recrute um novo camarada, foi a palavra de ordem que encerrou os trabalhos desta 1.ª Assembleia de Organização.



UMA CAMPANHA EM MARCHA UMA TAREFA DE TODOS

A campanha está em marcha.

Decidida na reunião do Comité Central de 31 de Julho, com efeitos imediatos e termo previsto para o final do ano, a "Promoção das Conquistas de Abril" logo no mês de Agosto obteve os primeiros êxitos. Programadas as metas e concretizadas algumas iniciativas, organizações houve que, num mês, ultrapassaram a meta de adesões que inicialmente tinham previsto para cinco meses. Tratou-se, é certo, de casos isolados, mas bem significativos das excelentes condições concretas que existem para que seja alcançado o objectivo de conseguir o ingresso de mais 10 mil membros para o Partido.

Não há nisto qualquer motivo para que nos espantemos. Resulta evidente que, na actual situação portuguesa, o PCP ocupa um lugar ímpar na defesa serena e firme dos trabalhadores, da democracia e da independência nacional. Entre os grandes partidos o PCP é o único que se mantém intransigentemente fiel à Revolução de Abril e aos seus ideais libertadores. O prestígio de que o PCP goza ganhou-o e reforçou-o ao longo de um processo revolucionário complexo e difícil, em que sempre soube assumir posições claras e coerentes, sem nunca atraiçoar os que nele votaram e nele confiaram.

A campanha está em marcha.

Desde os primeiros passos, a Festa do "Avante!" constituíu um poderoso impulso ao andamento da iniciativa, impulso esse que é necessário agora não perder. Cabe a cada organismo, a cada célula, a cada militante relançar a campanha e imprimir-lhe o dinamismo que a conduzirá ao êxito. A campanha é uma tarefa de todos. E se todos nos empenharmos nela, se fizermos da campanha um ponto central da actividade partidária nos próximos meses, podemos estar certos que não só a meta dos 10 mil será alcançada como, mesmo, ultrapassada!

AS INICIATIVAS COMEÇAM A SURGIR

A Campanha Promoção das Conquistas de Abril ganha já as mais diversas organizações. Os camaradas, mobilizados para este esforço que acreditam vir a ser compensado ultrapassando as metas fixadas, avançam com iniciativas. Os resultados anunciam já o entusiasmo crescente dos amigos que de dia para dia vêm chamar-nos camaradas, vêm engrossar as nossas fileiras, reforçar o Partido.

Enquanto a organização estuda metas a atingir, revelando o conhecimento que tem das massas, leva à prática as decisões, atrai novos camaradas, as comissões específicas, criadas entretanto, fazem que a Campanha ganhe as ruas e os locais de trabalho. São faixas colocadas já, são os Centros de Trabalho decorados com motivos alusivos a mais esta Campanha, são bancas de rua, são as festas, as sessões de esclarecimento, os convívios organizados que permitem a muitos amigos, a muitos trabalhadores conhecerem melhor o Partido e ingressar nele. Algo já se fez, mas muito há ainda a fazer.

CASOS CONCRETOS

Reuniões de militantes, alargadas a simpatizantes têm permitido, aqui e ali, como de resto não é a primeira vez que acontece, a participação de homens, mulheres e jovens no debate de problemas, têm-lhes permitido verificar o funcionamento democrático do Partido que escolhem e no qual já tinham depositado a sua confiança. No Ribatejo, por exemplo, numa empresa de cerca de 150 trabalhadores, a célula, que contava com 11 membros, obteve mais 25 adesões na preparação da sua Assembleia. E a Assembleia da Célula da M.P.Roldão, na Marinha Grande, trouxe ao Partido mais 37 novas inscrições.

Entretanto, no Norte, estão previstas, até fins de Outubro, 14 reuniões de quadros em que se discutirá muito especialmente a Campanha de Promoção. Dizem-nos os camaradas que, por todo o lado, as metas propostas às organizações, divididas depois sectorialmente, encontram uma aceitação entusiástica que leva os militantes a propor a sua ultrapassagem. E enquanto se preparam sessões e reuniões abertas e de simpatizantes, a edição de documentos e outras formas de propaganda, dá-se grande atenção à organização que promove a inscrição de novos militantes junto de pessoas conhecidas, trabalhadores de empresa conhecidos pela célula, pessoas do bairro conhecidas pelas suas posições.

Também as Beiras contribuem com o seu contingente de novos membros, preparam-se reuniões de quadros, de sectores profissionais, procuram-se iniciativas que ao mesmo tempo melhorem o trabalho do Partido, aproveitando a abertura ou reabertura de um Centro de Trabalho, por exemplo, e procura-se chamar a um trabalho organizado muitos dos que, ainda não inscritos no PCP, não deixaram de colaborar com os comunistas durante as campanhas ou iniciativas políticas unitárias.

DE NORTE A SUL

E o Algarve? Depois de um breve abrandamento que foi sensível em toda a organização por causa do esforço despedindo na Festa do "Avante!", também no extremo sul de Portugal a Campanha ganha os militantes. Também aqui ela se interliga com iniciativas a promover e outras já em curso. Não desfitando o carácter organizado da "Promoção" também o esforço individual tem dado os seus frutos. E conta-se o caso de um militante de Silves que recolheu as inscrições de 45 camaradas...

Na DORL a Campanha começou com a criação de uma Comissão Executiva e de uma Comissão alargada. Já houve um plenário de quadros para discutir os diversos aspectos do trabalho, as suas características de trabalho de massas. Nesse plenário participaram cerca de 300 quadros. Programam-se reuniões regulares, elaboram-se previsões para contactos, encara-se a Campanha ligada ao reforço da organização, vencendo algumas resistências que surgem, como é o caso dos que dizem que o esforço de organizar permanentemente não poderia comportar um grande número de aderências, esquecendo-se que assim novos quadros vão surgindo. Na região de Lisboa damos já hoje notícia de duas importantes iniciativas levadas a cabo: um serão político-cultural em Lisboa e, um comício em Castanheira do Ribatejo.

O porta-a-porta volta a surgir. Nesta Campanha reveste, é claro, uma forma particular, pois incide em zonas ou bairros onde a simpatia pelo PCP é conhecida. As adesões surgem. O número de mulheres que desejam ser militantes é elevado em percentagem.

E passemos ao Alentejo onde também o optimismo caracteriza os esforços. Cada vez mais trabalhadores reafirmam a sua confiança no PCP e entram para o Partido. Preparam-se grandes assembleias, a vários níveis, ganhando a organização para as metas a atingir. Reuniões de mulheres, de jovens, de pequenos e médios agricultores são preparadas. Várias metas sectoriais são já ultrapassadas em algumas aldeias e vilas. Num porta-a-porta, em Aldeia Nova de São Bento 80 pessoas inscreveram-se no PCP e, depois disso, mais 56 novas inscrições se registaram.

E, por fim, passemos, nesta curta visita a algumas da maiores organizações regionais, à região de Setúbal, onde as propostas para ultrapassar as metas chegam de muitos lados. Reuniões alargadas, assembleias de célula cuja ordem de trabalho prevê, além do balanço da Festa do "Avante!" um ponto para discussão do andamento da Campanha e das formas de a conduzir; sessões de esclarecimento; faixas, cartazes, brigadas de distribuição de propaganda, são outras tantas maneiras de levar a Campanha ao conhecimento de mais amplas massas.

O Partido lançou-se, portanto, no cumprimento desta tarefa grandiosa. Ao longo dos poucos meses, até ao fim do ano, iremos dando conta das iniciativas desenvolvidas, iremos registando os passos confiantes que se aproximam da meta dos 10 mil, que haverão de ultrapassá-la!

VEM AO PCP O NOSSO PARTIDO É O TEU PARTIDO

O PCP aparece cada vez mais na vida política portuguesa como o único verdadeiro partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o único grande partido que defende consequentemente os interesses populares, o único grande partido que defende as conquistas da Revolução, o único grande partido de esquerda.

À campanha "Promoção Conquistas de Abril" corresponderá, estamos certos, a entrada no PCP de milhares de portugueses e portuguesas que compreendem que o reforço do PCP é indispensável para a solução dos problemas nacionais, para a defesa das conquistas da Revolução portuguesa, para a defesa das liberdades, da Democracia e da Independência Nacional, para encaminhar Portugal para a construção duma sociedade sem explorados e exploradores, a sociedade socialista.

Nós, os comunistas, seremos sempre fiéis aos nossos ideais e aos compromissos que assumimos perante os trabalhadores e todo o povo de Portugal.

Aqui dizemos àqueles que nos escutam.

Se queres fazer parte de um partido com a certeza de que esse partido, puro e simples como a Revolução, empregará sempre os seus esforços para cumprir aquilo que diz; se queres fazer parte de um partido onde todos os membros têm os mesmos direitos e os mesmos deveres, onde há métodos democráticos de debate e de decisão, onde há vida colectiva, onde há respeito recíproco, onde se busca e respeita a verdade, onde há relações solidárias e fraternais, onde a acção do partido sai dos esforços e ideias de todos e de cada um, num grandioso trabalho colectivo, de que é exemplo esta nossa Festa — *vem ao PCP, o nosso Partido é o teu Partido.*

Inscreve-te no PCP, torna-te membro do PCP, que é o mais antigo pelos seus longos anos de luta e é o mais jovem pela sua energia e combatividade, a frescura das suas concepções, o seu dinamismo e entusiasmo, a perspectiva da sua luta.

(Álvaro Cunhal no discurso pronunciado durante a Festa do "Avante!")

NOVOS CAMARADAS ESCREVEM AO «AVANTE!»

Como diz um nosso camarada, numa das cartas que apresentamos hoje, publicar uma carta talvez seja uma boa ajuda a outros amigos que, para entrarem para o PCP só lhes falta uma decisão. Das decisões já tomadas por muitos novos camaradas continuamos a publicar os testemunhos que nos são enviados que dizem das razões — as mais variadas, tantas quantos os caminhos que um homem, uma mulher ou um jovem prosseguem até se tornarem militantes de um Partido cuja função é cada vez mais clara para todos os portugueses: aprofundar e defender as conquistas revolucionárias de Abril, acabar com a exploração do homem pelo homem, realizar assim o socialismo que hoje é um rumo e amanhã será uma realidade, levar o nosso povo de conquista em conquista até aos alvores de uma sociedade nova.

Essas cartas, esses testemunhos, dos quais hoje publicamos mais alguns exemplos, são muito importantes. Conhecê-las, divulgá-las é necessário. Escrevam-nos, pois, camaradas. A carta de um militante que escolheu o seu caminho e que apresenta um exemplo a seguir é, por vezes, mais importante que um rol de motivos que possamos alinhavar.

"MAIS VALE TARDE DO QUE NUNCA"

Amigos

Sou um velho democrata, já muito perto dos sessenta anos. Desde muito novo que me honro de ser um antifascista convicto, apesar de nunca ter sido aquilo que se pode chamar um activista, isto é, nunca tive uma actividade política directa. Participei, como antifascista anónimo, nas campanhas para a presidência de Ruy Luís Gomes e Norton de Matos, nas campanhas eleitorais da CDE, etc. No tempo do fascismo conhecia o Partido Comunista pelos ecos que, por certos membros da família, até mim chegavam, e lia com frequência o "Avante!" pequenino de então, assim como, a rogo desses familiares, contribuí com dinheiro, por diversas vezes, para o Partido. (...)

A partir dessa altura (o 25 de Abril de 1974) acompanhei sempre de muito perto a actividade do Partido, ainda que nas primeiras eleições tenha votado no MDP. Depois, a partir daí, votei sempre no PCP. Tenho feito assim porque entendo que as posições do PCP são aquelas que, no meu modo de ver, dão a melhor solução aos problemas nacionais. É no PCP que eu encontro coerência, firmeza e vontade de servir o povo. Mas nunca me filiei e assim procedi por razões muito pessoais. Concordo sempre com as posições dos comunistas, defendo sempre essas posições entre aqueles com quem convivo e trabalho, e por isso todos me julgam um comunista. Não sei se o sou ou não. O que sei é que até hoje não me tenho sentido com categoria suficiente para pertencer ao Partido, ou seja, apesar do meu passado de antifascista e do meu presente de concordante com o PCP, tenho pensado que, até pela minha idade, talvez seja demasiado tarde para me tornar um militante verdadeiro. Isto pensava eu até há poucas semanas.

(...)

Acho que a vossa campanha de angariação de novos militantes é muito justa, e confesso que agora, finalmente me vou decidir. Já falei com os referidos familiares acerca da minha decisão e eles já estão a tratar da minha entrada. As minhas possibilidades não são muitas, não sou um grande teórico do marxismo-leninismo, ainda que seja leitor assíduo dos livros do "Avante!" e do vosso jornal. Certamente pouco poderei ajudar, ou pelo menos pouco mais do que tenho feito até agora, mas é justo que eu esteja dentro do Partido, até porque mais vale tarde do que nunca. Tenho a certeza de que passando a ir a reuniões aprenderei muitas coisas que ainda não sei, e até talvez que a minha experiência possa ajudar alguns dos mais novos.

Todos me julgavam comunista e eu não o era, agora eles continuam a pensar o mesmo e eu já o sou e assim, com a ajuda dos camaradas, poderei estar mais apetrechado para discutir com eles e os convencer do que é melhor para o País.

Deixo ao vosso critério a publicação desta carta. Mas se a publicarem, isso talvez seja uma boa ajuda, pois penso que há muitos "velhotes" como eu que só lhes falta uma decisão para entrar para o PCP, e penso (é esta a minha mensagem para eles) que nos momentos graves actuais da política nacional, se concordamos com o PCP, não há razão nenhuma para não estarmos no PCP.

Cumprimentos sinceros do quase camarada,

António Augusto
P.S.Loureiro
Empregado de escritório
— Lisboa

UMA DONA DE CASA QUE SE DECIDE

Camaradas

Sou dona de casa e tenho 37 anos. Inscrevi-me no PCP e venho por este meio explicar por que é que me inscrevi no Partido. Antes do 25 de Abril não conhecia os comunistas a não ser pelo mal que diziam deles e sempre pensei que não devia ser tanto assim porque se nessa altura os do Governo diziam mal de alguém era porque esses eram pela democracia.

Quando veio a Revolução parece que acordei e comecei mesmo a ler os jornais porque nessa altura valia a pena. O meu marido é empregado de armazém e começou a andar com os comunistas e, nas primeiras eleições votou no PCP. Eu votei no PS e em nossa casa não discutíamos partidos e hoje também não discutimos quase nada, mas eu inscrevi-me no PCP por mim própria, não foi o meu marido que me disse.

Acho que muitas mulheres que têm homens que não falam com elas de política têm muitas dificuldades em compreender certas coisas. A gente vai às compras e fala da subida do custo de vida, cada uma dá a sua sentença, mas a maior parte vive dentro de casa, como eu, que tenho duas filhas para criar, já crescidinhas, e muito trabalho na casa. Eu já trabalhei mas era de mulher a dias e depois de casar deixei. Mas parece que nessa altura eu era mais viva apesar das dificuldades que tinha.

Eu agora decidi inscrever-me no Partido porque já há bastante tempo que percebi que os comunistas são os únicos que defendem o povo e que não trairam o 25 de Abril. Passei a ir aos comícios do Partido e uma vez, há pouco tempo, uma camarada pediu-me uma ajuda para distribuir autocolantes e eu e as minhas filhas começámos a ajudar. No fim a camarada perguntou-me se eu estava inscrita e por que é que não entrava para o Partido. Eu desculpei-me com o trabalho que tenho e que é verdade, mas comecei a pensar nisso. Depois falei com o meu marido e ele disse que isso era comigo.

Quero dizer só mais uma coisa, é que penso que os militantes do PCP deviam ajudar mais as mulheres a tornarem-se também militantes, mas estou de acordo que isto é uma decisão que só cada um é que pode tomar. Eu não posso dar muito tempo ao Partido mas estou disposta a fazer o melhor que possa.

Viva o PCP!

Margarida Santos
— Lisboa

A concelhia de Almada reunida

ALMADA: PRIORIDADE À «PROMOÇÃO»

Efectuou-se no passado domingo, no Centro de Trabalho "Alberto de Araújo", uma reunião da Comissão Concelhia de Almada do nosso Partido.

Depois de analisada a situação em diversas empresas do concelho e as lutas que aí estão em curso contra o patronato sabotador, passou-se ao ponto das tarefas imediatas em que foi considerada como tarefa central, de acordo com a reunião de 31 de Julho do nosso Comité Central, a campanha de recrutamento "Promoção Conquistas de Abril".

Dentro desta iniciativa, que irá dinamizar o trabalho da organização concelhia e corresponder à decisão da 2.ª Assembleia de Organização de se atingir os 6000 militantes até à realização da nova Assembleia, vai ser elaborado um calendário de sessões de esclarecimento e comícios e serão editados vários documentos tanto a nível de células como ao nível de concelho. Paralelamente será formada uma comissão de recepção aos novos militantes por forma a efectuar a sua integração no Partido.

Em comemoração do 60.º aniversário da Grande Revolução de Outubro, a Comissão Concelhia de Almada propõe-se promover uma série de realizações de 30 de Outubro a 6 de Novembro, culminando com um comício de encerramento no dia 7 de Novembro.

No decorrer da reunião foi apontada a grande dificuldade em dar cumprimento à decisão da Assembleia de Organização que aprovou a abertura de novos centros de trabalho em Cacilhas, Sobreda, Vale Figueira e Porto Brandão.

A organização e estruturação, a actividade política, os órgãos de trabalhadores e o trabalho nas autarquias foram outros dos aspectos tratados durante esta reunião.

Um exemplo a ter em conta

SERÃO POLÍTICO-CULTURAL PARA SIMPATIZANTES

No seguimento da Festa do "Avante!" e no âmbito da campanha "Promoção das Conquistas de Abril", as Direcções do Sector Público e do Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa realizaram no passado sábado no CT de Alfama um serão político-cultural para simpatizantes do nosso Partido.

A mesa que presidiu à sessão era constituída pelos camaradas Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central e Presidente do Grupo Parlamentar do PCP; Marília Cabral, do CC e da DORL; Celeste Mesquita e Carlos Morais, da Direcção do Sector Público; João Camilo, Manuel Gusmão e Rui Pedro, da Direcção do Sector Intelectual.

A sessão principiou com uma intervenção do camarada Carlos Brito que saudou os presentes e fez algumas considerações sobre o mérito e activo trabalho progressista de muitos simpatizantes do PCP, ainda não militantes organizados. Aquele camarada fez ainda uma análise da actual situação política, apontando as perspectivas possíveis para a saída da crise.

Após um breve intervalo, a Orquestra Sinfónica Popular, dirigida por Álvaro Salazar, interpretou a abertura da ópera "La Spinalva", de Francisco António de Almeida. Seguiu-se a leitura, por Rui Pedro, de poemas de Eugénio de Andrade, Agostinho Neto, Nicolás Guillen, Brecht, Maiakowsky e Neruda.

A Orquestra Sinfónica Popular e o solista Jaime Guerreiro (trompa) interpretaram depois o concerto n.º 1 para trompa e orquestra, de Mozart.

Os participantes no serão político-cultural visitaram em seguida a exposição dos trabalhos de Rogério Ribeiro, exposta no átrio do Centro de Trabalho de Alfama.

O serão terminou com a apresentação de um diaporama-resumo da luta do Povo português contra o fascismo e com imagens do 25 de Abril, das conquistas da Revolução, da intervenção decisiva do Partido na vida nacional.

Participação massiva, afectuoso convívio, riqueza política e elevado nível artístico caracterizaram esta iniciativa das Direcções dos Sectores Público e Intelectual da DORL.

Um exemplo a ter em conta na "Promoção das Conquistas de Abril".

O MOVIMENTO SINDICAL COMEMORA OS SETE ANOS DA CENTRAL ÚNICA

«As duras batalhas que, a curto prazo, os trabalhadores terão de travar contra a política de direita, e os múltiplos e complexos aspectos que as várias frentes dessa luta exigem, tornam necessário levar a cabo uma acção de informação e esclarecimento aos delegados sindicais e trabalhadores por forma a reforçar a organização sindical». É este um dos sentidos em que se desenvolvem e desenvolverão as comemorações do 7.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional que, no próximo dia 1 de Outubro, culminarão em todo o País com um desenvolvido programa de luta sob as palavras de ordem: pela unidade dos trabalhadores, pelo reforço da organização sindical e pela defesa das conquistas do 25 de Abril.

As comemorçaões do 7.º aniversário — afirmou em conferência de Imprensa a respectiva Comissão Coordenadora — «serão um grito bem alto de que qualquer política de direita está condenada ao fracasso, pois só serve para agravar a crise económica, levar o País à bancarrota, pôr em perigo as liberdades democráticas e abrir as portas ao fascismo».

Inseridas na luta que os trabalhadores têm desenvolvido «contra a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista seguida pelo Governo, em aliança com a direita e o imperialismo», estas comemorações da fundação da Intersindical em Outubro de 1970, reafirmarão uma vez mais que os trabalhadores estão dispostos a participar de forma activa e patriótica na recuperação económica nacional, desde que esta se efectue «no respeito pelos seus direitos constitucionais e assente na manutenção e desenvolvimento das grandes conquistas da Revolução de Abril: Nacionalizações, Reforma Agrária e Controlo Operário».

Como assim não tem sucedido, devido à política do grupo dirigente do PS e do Governo, a Comissão Coordenadora das Comemorações do 7.º Aniversário, na conferência de Imprensa que deu em 21 do corrente, sublinhou o **carácter de luta** dessas comemorações a nível nacional, na certeza de que elas constituirão mais uma prova afirmativa de que «a CGTP – IN é um instrumento dos trabalhadores, indispensável para a defesa dos seus interesses de classe e da democracia».

O PROGRAMA

O programa das comemorações assenta fundamentalmente na «realização de uma vasta campanha de massas, de esclarecimento e agitação, a levar a cabo em todo o País, em plenários de empresa e de zona».

Essa campanha, **aberta a todos os trabalhadores**, como o programa assinala, será completada com comícios sindicais a efectuar em 1 de Outubro em todos os distritos; realização de colóquios e conferências; projecção de filmes; actividades culturais e recreativas; colocação de panos e painéis, relativos ao aniversário, na via pública; e decoração da fachada das instalações sindicais com bandeiras da Confederação e ampliação do cartaz alusivo ao aniversário.

Outras iniciativas estão ainda programadas para assinalar o 7.º aniversário. Entre elas, a edição e publicação de tarjetas explicando as consequências da aplicação do pacote 2; uma publicação sobre a história da Confederação; tarjetas alusivas aos temas sindicais tratados nas comemorações; informação especial sobre as comemorações; emissão de um cartaz e autocolante alusivo ao aniversário».

No âmbito da informação e esclarecimento serão desenvolvidas várias questões, entre as quais o relato histórico do Movimento Sindical anterior ao 25 de Abril; as origens da formação da Intersindical Nacional e as lutas do Movimento Sindical; divulgação da estrutura e órgãos que constituem a CGTP – IN; a importância da realização do Congresso de Todos os Sindicatos; a importância do Programa de Acção, aprovado no Congresso de Todos os Sindicatos, e as tarefas actuais do Movimento Sindical, nomeadamente quanto às seguintes frentes de luta: consequências da aplicação do pacote 2; aumento do custo de vida; despedimentos e desemprego; liberdade sindical; contratação colectiva; Reforma Agrária e nacionalizações; empresas intervencionadas, autogeridas e cooperativas; controlo operário; direito ao tempo de antena; segurança social e saúde; lei das indemnizações.

Os plenários distritais e de zona, para a concretização de parte do programa das comemorações, são da iniciativa dos sindicatos em todo o País. Numa primeira lista, muito incompleta, fornecida pela Comissão Coordenadora, figuravam já 83 plenários marcados pelas Uniões Sindicais, nos distritos de Aveiro (1), Beja (4), Braga (5), Coimbra (2), Évora (14), Leiria (10), Lisboa (6), Portalegre (1), Santarém (21), Setúbal (9), Viana do Castelo (5), Vila Real (2), Viseu (1), Guarda (1) e Faro (1).

O SIGNIFICADO DAS COMEMORAÇÕES

As comemorações do 7.º aniversário da CGTP – Intersindical Nacional servirão aos trabalhadores portugueses para demonstrarem mais uma vez que estão unidos em torno da sua Central Sindical e que «continuam atentos e dispostos a lutar contra o divisionismo», assegura a Comissão Coordenadora das Comemorações do 7.º Aniversário da CGTP – IN composta por membros do secretariado da Central.

As palavras de ordem aprovadas («pela unidade dos trabalhadores, pelo reforço da organização sindical, pela defesa das conquistas do 25 de Abril»), apontam a luta pela melhoria das condições de vida de todos os trabalhadores e a defesa das conquistas democráticas e revolucionárias de todo o movimento popular de massas, de todo o movimento operário e popular.

O passado de luta antifascista, que caracterizou a Intersindical, a repressão que a atingiu duramente nos 4 anos que viveu sob o fascismo e as lutas sindicais de muitos anos que prepararam o seu nascimento serão outros tantos motivos de reflexão, informação e esclarecimento a figurar nas comemorações.

O mesmo sucederá com o período posterior ao 25 de Abril — história rica de sucessos que continua e se projecta num futuro a conquistar com as armas fortes da unidade, da consciência de classe e da defesa do interesse nacional.

- **A CGTP-IN é um instrumento dos trabalhadores, indispensável para a defesa dos seus interesses, para a defesa dos interesses nacionais e para a defesa da democracia**
- **Cumpramos as palavras de ordem: pela unidade dos trabalhadores, pelo reforço da organização sindical, pela defesa das conquistas do 25 de Abril**

A INTENSIFICAÇÃO DA LUTA PELAS CONQUISTAS DE ABRIL

A ofensiva do Governo do grupo dirigente do PS contra os direitos constitucionais dos trabalhadores, integrada no assalto mais geral contra as conquistas de Abril, cresce e intensifica-se todos os dias. O aparelho executivo recorre à repressão com uma frequência inquietante.

As leis, quando exercidas pelos trabalhadores em greve, são letra morta para as autoridades. A prática da contra-revolução legislativa é aplicada pelo Governo e por quem dele depende com o objectivo evidente de desimpedir o caminho o mais rapidamente possível à consumação geral dos objectivos da direita: destruir pela raiz as conquistas democráticas e revolucionárias dos trabalhadores.

Nenhum exagero prejudica o que dizemos. Basta percorrer mesmo por alto estas páginas do *"Avante!"* para comprovar com factos o alcance da ofensiva do Governo nas empresas devolvidas ao capital sabotador e o salto que prepara para atingir muitas outras e acabar atacando as nacionalizadas, como já se prenuncia com o assalto à Lisnave.

Mas, ao percorrer estas páginas, clara ficará também a poderosa força unitária que os trabalhadores organizados no Movimento Sindical opõem à ofensiva do Governo e à onda de despedimentos por ela estimulada diariamente.

Centenas de tomadas de posição por todo o país, no âmbito da extensa movimentação sindical, que se intensifica com a aproximação do 7.º aniversário da CGTP-IN, dão bem a medida concreta do que falta ao Governo: o apoio popular para a sua política de desemprego, que é um corolário inevitável da recuperação monopolista e latifundiária. Nem mesmo os poucos dirigentes sindicais de prática divisionista se atrevem a dizer uma palavra em defesa do Governo.

A solidariedade e o apoio que diariamente envolvem todos os trabalhadores em luta, a indignação contra as medidas repressivas do Executivo, a justiça das tomadas de posição sindicais e do movimento operário em geral são provas bem precisas da opção dos trabalhadores: a intensificação da luta pelas conquistas de Abril.

Lisnave

O GOVERNO APOIA UM DOS MAIORES SUSTENTÁCULOS DO REGIME FASCISTA

A reeleição de J.M. Mello para a presidência do conselho de administração da Lisnave significaria que, no nosso País e pela mão do actual Governo, seriam reconduzidos ao poder os monopólios, através da reabilitação de um dos maiores sustentáculos do regime fascista derrubado em 25 de Abril. Tal acção, imposta ao Governo pelo imperialismo através da CIP e do FMI, acarretaria para os trabalhadores consequências imediatas e de curto prazo deles bem conhecidas. De facto, hoje os trabalhadores já sabem o que significam termos como a tão famosa «viabilização das empresas» contida nos não menos célebres «pacotes»: despedimentos, recurso crescente à repressão e à violência, congelamento ou redução de salários, aumento do custo de vida, abandono das precauções mínimas de segurança no trabalho – afirmam os trabalhadores num documento distribuido na conferência de Imprensa da última segunda-feira, na qual foi confirmada a paralisação de duas horas previstas para ontem, na Lisnave e na Setenave.

Solidariedade activa

«O monopolista Mello tentaria resolver o prejuízo das novas construções da Lisnave, que não tem trabalho e emprega 1600 trabalhadores, transferindo a sua maioria para a Setenave, empresa nacionalizada, com a cobertura do Governo. É a conhecida política da socialização dos prejuízos e da capitalização dos lucros: os trabalhadores suportariam a crise das construções navais e os Mellos arrecadariam os lucros das reparações. Nesta perspectiva, o Governo procura desde já dividir os trabalhadores dos dois estaleiros, preconizando salários mais elevados na Lisnave do que na Setenave» – acrescenta o documento apresentado pela Federação dos Sindicatos Metalúrgicos, a União dos Sindicatos de Setúbal, a Comissão Coordenadora Inter-CTs do Grupo CUF, a CCIN, a CT da Setenave e o secretariado da Cintura Industrial de Lisboa, organismos que participaram na conferência de Imprensa.

OS TRABALHADORES RECUSAM E PROPÕEM

Os trabalhadores da Lisnave e da Setenave recusam a recuperação monopolista do Governo. Opõem-se ao regresso dos Mellos, pois não querem voltar «à situação de sobreexploração de mão-de-obra barata e à conhecida anarquia da «saudável» concorrência capitalista».

Defensores do verdadeiro interesse nacional, os trabalhadores fazem propostas concretas, realistas e que se podem aplicar. Segundo essas propostas, deve-se «pôr a funcionar o Centro de Coordenação da Indústria Naval, criado pelo Decreto-Lei 598/76, de 23/7/76; desenvolver uma indústria siderúrgica capaz de fornecer o aço necessário à indústria naval; criar e desenvolver indústrias portuguesas de material a incorporar na construção naval, de modo a que a parte nacional suba de 50 por cento para 90 por cento e remodelar por completo as frotas nacionais de pesca e mercado, de acordo com um plano previamente estabelecido».

Além disso – lembra ainda o cumento – «os trabalhadores podem oferecer melhores perspectivas aos clientes estrangeiros do que os Mellos. Pos exemplo: acabam de aceitar um novo horário de trabalho que, sem aumentar o esforço que dispendem, permite que a Lisnave e a Setenave laborem seis dias por semana, em turnos de cinco dias, um de 2.ª a 6.ª feira e outro de 3.ª a sábado, o que permite aumentar grandemente a capacidade de trabalho dos estaleiros e a sua competitividade internacional em prazos e preços».

Fortalecidos pela justiça da sua luta, pela viabilidade das propostas que apresentaram e pela unidade de que dão provas, os trabalhadores da indústria naval, ao desafiarem, segundo anunciaram, o ministro da Indústria e Tecnologia para um debate público na TV sobre os problemas do sector, sabem que têm do seu lado a Lei Fundamental do País e razões objectivas que contrariam as afirmações do Governo, inclusive, quando este pretende reabilitar a imagem do monopolista Mello apresentando-o como «empreendedor europeu com bons contactos internacionais», necessário à salvação do sector.

Os trabalhadores argumentam, com a razão do seu lado, que «os capitalistas reparam os seus navios onde obtêm melhores condições de prazo, preço e qualidade de trabalho. Os trabalhadores sabem que só podem conseguir importantes encomendas de construção de novos navios nos países em desenvolvimento e nos países socialistas, como são já hoje obrigados a reconhecer os grandes capitalistas europeus deste ramo e como o reconheceram os próprios técnicos da OCDE em relatório apresentado em 1976 ao Governo português».

O sr. Mello nada viria salvar. Nada viria ensinar aos trabalhadores. Viria apenas «relançar» o monopolismo em Portugal. A Constituição não o autoriza. Os trabalhadores também não.

Contra as desintervenções

SAUDAÇÃO E APELO DA DORL DA PCP AOS TRABALHADORES

A DORL do PCP saúda a corajosa resistência e a luta dos trabalhadores contra a entrega das empresas aos patrões que as sabotaram e que hoje voltam animados pelas ideias do passado e da retaliação.

A DORL do PCP saúda ainda todos os trabalhadores que, com a sua activa solidariedade têm contribuído para impedir a concretização de tais manobras.

A prática demonstra que não é entregando empresas que os trabalhadores salvaram da ruína àqueles que foram durante anos e anos os sustentáculos do fascismo que se resolvem os problemas da economia nacional. Bem antes pelo contrário: é a desagregação da produção, como é o caso da COPAM e da LP MENDONÇA e outras; são os despedimentos em massa, muitos deles orientados para os trabalhadores mais destacados (membros das Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais); é o encerramento de empresas, lançando no desemprego milhares de trabalhadores.

O Governo do grupo dirigente do PS tem vindo a praticar uma política inteiramente voltada para os interesses dos grandes capitalistas e agrários. Contra os trabalhadores e as massas populares recorre sistematicamente às forças militarizadas para impor a sua política de direita, chegando mesmo a ordenar o uso de repressão e a prisão dos trabalhadores que se batem contra tal política, como aconteceu em várias empresas, nomeadamente na COPAM e na LP MENDONÇA.

A realidade demonstra claramente que nenhum governo sem o apoio dos trabalhadores está em condições de responder aos graves problemas do país.

A DORL do PCP certa da justeza que assiste aos trabalhadores que heroicamente vêm lutando pela resolução dos graves problemas nacionais, pela defesa dos seus postos de trabalho e das conquistas de Abril, apela a todos os trabalhadores e a todos os democratas da região de Lisboa para que reforcem a sua unidade e manifestem, das mais variadas formas, a sua solidariedade moral, material e activa para com estes trabalhadores, na certeza de que o caminho de Abril será prosseguido.

PELO RESPEITO E CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO!
PELA DEFESA DAS CONQUISTAS DE ABRIL!
VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES!
22 de Setembro de 1977

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português

Legalidade reposta em Vermoim

PATRÃO E ASSALTANTES EXPULSOS PELAS AUTORIDADES

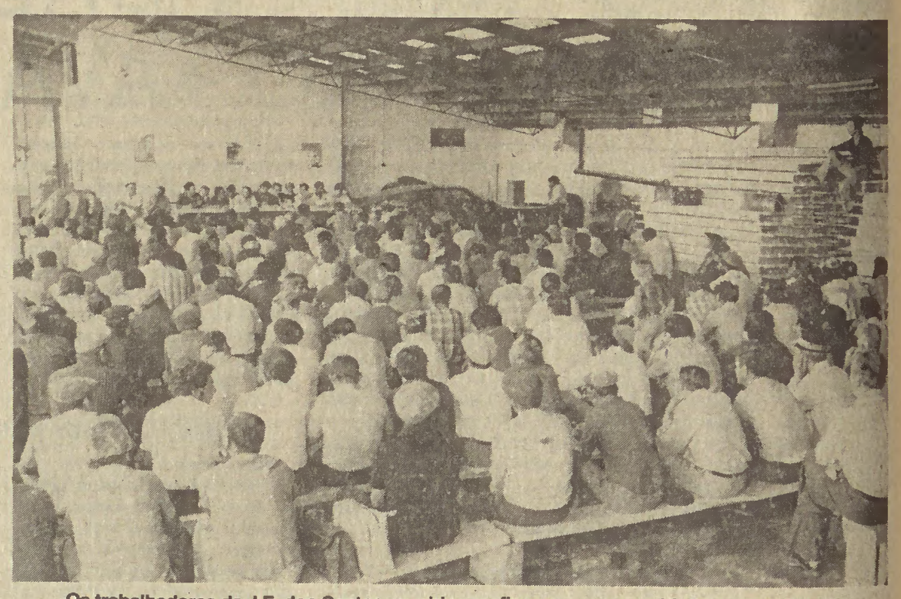
Ao fim de cerca de 18 horas de ocupação ilegal da Empresa Têxtil de Vermoim, concelho de Famalicão, em autogestão desde 1975, foram expulsos pelas autoridades o antigo patrão e outros indivíduos que assaltaram as instalações daquela unidade fabril, alguns deles armados. A firmeza e unidade dos 115 trabalhadores da empresa, salva da ruína graças ao seu esforço, apoiados por trabalhadores de outras empresas e por populares, contribuiu decisivamente para que fosse reposta, ainda que tardiamente, a legalidade.

O recurso à violência é um dos processos mais seguidos pelo antigo patrão, sr. Simões Abreu. Em Maio de 1975, quando se verificou a primeira greve naquela empresa, contratou alguns provocadores, alguns deles ligados ao CDS, que invadiram a fábrica com matracas e "cocktails Molotov", ferindo alguns operários. Mais recentemente, no dia seguinte ao anúncio pelo dr. Mário Soares do "2.º pacote", os trabalhadores da Empresa Têxtil de Vermoim voltaram a ser vítimas de novo assalto promovido pelo sr. Simões Abreu, acompanhado por familiares e cerca de 150 pessoas, na sua maioria arruaceiros contratados. Esta invasão provocou elevados prejuízos.

Na passada segunda-feira, voltaram a registar-se incidentes provocados pelo patrão sabotador que, juntamente com outros indivíduos, tentou impor pela violência o seu regresso à fábrica, depois de esta ter sido recuperada pelos trabalhadores. Os disparos feitos pelos arruaceiros feriram três pessoas, entre as quais uma criança. Certamente estimulado pelo convívio recente do Presidente do Conselho com o "coronel Ramiro Bastos", o sr. Manuel Ferreira, presidente da Junta de Freguesia e afecto ao Partido Socialista, resolveu armar em "jagunço", tendo sido um dos autores dos disparos.

Os acontecimentos em Vermoim não estão de modo algum desligados da ofensiva das forças reaccionárias com o apoio expresso ou tácito do Governo do grupo dirigente do Partido Socialista. Estamos certos de que esses acontecimentos não se teriam repetido caso tivesse sido atendida a pretensão exposta em princípios de Setembro pela Comissão de Trabalhadores da empresa, num ofício dirigido ao governador civil de Braga, onde solicitavam "medidas convenientes à segurança futura da nossa empresa e à garantia do seu normal funcionamento".

Bom será que o Governo e as autoridades extraiam os ensinamentos deste incidente de Vermoim para que, nos termos da Constituição, passem a garantir de facto a ordem e legalidade democráticas, punindo severamente os arruaceiros, os marginais e os fascistas que atentam contra a democracia, à moca, com pasquins e com bombas. Para tal, podem e devem utilizar os recursos repressivos que estão a utilizar contra os trabalhadores da zona da Reforma Agrária e das empresas intervencionadas devolvidas aos sabotadores e que estão seriamente empenhados na superação da crise económica, como o demonstraram abundantemente nas dezenas de empresas salvas, como a "Vermoim", da ruína pelo esforço abnegado dos trabalhadores.



Os trabalhadores da J.F. dos Santos reunidos reafirmaram a sua unidade e determinação

J. F. DOS SANTOS PARALISA CONTRA O REGRESSO DO PATRÃO

Nos termos da lei, invocada em plenário na última segunda-feira, os trabalhadores da Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos declararam «a paralisação da empresa, como forma legal de se vir a obter, através de diligências dos representantes dos trabalhadores junto dos órgãos do Poder, a revogação da resolução do Governo, de 21 de Setembro de 1977, a qual determina a restituição da empresa ao patrão sabotador».

Na proposta que acabámos de citar, aprovada por maioria, com 1 voto contra e duas abstenções, os trabalhadores consideram, nomeadamente, que a decisão do MHUC e do Governo visa sobretudo premiar os sabotadores das conquistas do 25 de Abril, contrariando a Constituição e recusando a proposta, apresentada em Maio findo, «para a formação de uma empresa de economia mista Estado-trabalhadores».

Os trabalhadores asseguram que essa proposta de reconversão da empresa respeita a Constituição, garantindo «o pagamento das dívidas da entidade patronal e da empresa aos trabalhadores», ao mesmo tempo que defende os verdadeiros interesses da economia nacional.

APOIO À LISNAVE

Numa moção aprovada por maioria no mesmo plenário, os trabalhadores da Joaquim Francisco dos Santos «saúdam fraternalmente os seus camaradas da Lisnave, que lutam contra a manobra miserável de repor nas mãos dos antigos exploradores o domínio sobre a empresa».

Numa manifestação de solidariedade, os trabalhadores da JFS «protestam contra mais esta tentativa de destruir as conquistas do 25 de Abril, através do ataque às nacionalizações, garantidas pela Constituição, que o Povo português exige que seja cumprida».

SOLIDÁRIOS COM OS COMPANHEIROS DA COPAM

Numa outra moção, aprovada também por maioria e, como a anterior, com duas abstenções, os trabalhadores da JFS «reafirmam a justeza da luta dos trabalhadores da COPAM e, avaliando bem a etapa dura que defrontam, protestam contra a repressão de que estão sendo vítimas e reforçam o seu voto de solidariedade e apoio».

CONTRA O REGRESSO DO SR. PIMENTA

Saudando a luta dos trabalhadores da J. Pimenta contra o regresso do patrão, o Plenário da JFS aprovou, ainda, por unanimidade e aclamação, um outro documento, onde afirmam a dada altura que «o Governo ao serviço do patronato ataca as nossas duas empresas, mas engana-se se julga que ficaremos de braços cruzados. A nossa luta é a mesma – acrescenta a moção – pela defesa do direito ao trabalho, pelo pão para os nossos filhos, contra o regresso dos patrões sabotadores, em defesa das conquistas de Abril. Por isso, estamos convosco – concluem os trabalhadores da JFS – na certeza de que, unidos e firmes, poderemos vencer».

À venda O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
NESTE NÚMERO: **A importância do desenvolvimento do trabalho ideológico** ● Grandiosa festa popular ● **Promoção Conquistas de Abril** ● Problemas de organização dos intelectuais e quadros ● **Lutemos paciente e persistentemente para que os camaradas cumpram as condições para se ser membro do Partido** ● Experiências e ensinamentos de um curso de formação ideológica ●

No Porto

1500 DELEGADOS SINDICAIS PROPÕEM A INTENSIFICAÇÃO DA LUTA EM DEFESA DAS CONQUISTAS DE ABRIL

Cerca de 1 500 delegados sindicais encheram completamente, na passada sexta-feira, as instalações do cinema Vale Formoso, no Porto, onde decorreu um plenário distrital, promovido por 40 sindicatos e pela USP/CGTP-IN, com o propósito de serem estudadas acções a empreender contra o desemprego e os despedimentos, no âmbito da campanha nacional contra os despedimentos, promovido pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional.

O reforço da unidade dos trabalhadores e do movimento sindical, de iniciativas de solidariedade activa em defesa de trabalhadores despedidos, a formação de associações próprias destes, a intensificação das acções de massas, através de manifestações, comícios e outras formas superiores de luta (paralisações e greves) figuram entre as principais conclusões aprovadas no decurso da reunião durante a qual foi unânime o repúdio do conjunto de medidas imposto pelo FMI ao Governo e eufemisticamente chamado por este de «2.º pacote».

LUTA PARA MODIFICAR A SITUAÇÃO ACTUAL

Cerca das 15 horas iniciava-se a reunião que se prolongaria durante quatro horas. Na mesa encontravam-se, além de três membros do Secretariado da USP/CGTP-IN e de Armando Teixeira da Silva, do secretariado da CGTP/IN, representantes das quatro dezenas de sindicatos que convocaram a reunião. Em vários pontos da sala, estavam afixados cartazes com palavras de ordem, nomeadamente, «pela unidade dos trabalhadores», «contra os despedimentos e o desemprego»; «pela defesa das conquistas de Abril».

Durante o plenário, foram escutadas mais de trinta intervenções proferidas por delegados e dirigentes sindicais, exprimindo o repúdio dos trabalhadores, face à política de recuperação capitalista seguida pelo Governo do grupo dirigente do Partido Socialista que, somente no distrito do Porto, já lançou no desemprego ou possibilitou o despedimento de 3 740 e de 3 500 trabalhadores, respectivamente, nos primeiros oito meses do ano corrente. Além disso, aumentam diariamente os preços e são congelados os salários, intensifica-se a repressão patronal e policial. Como foi, várias vezes, frisado, as dificuldades actuais dos trabalhadores derivam da política suicida do Governo, que a procura agravar ainda mais, através da aplicação do «2.º pacote».

As consequências nefastas para os trabalhadores da aplicação do conjunto de medidas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Executivo presidido por Mário Soares, foram analisadas por um membro do Secretariado da USP, Ventura. No início da sua intervenção, este acentuou que, embora o número de trabalhadores afectados pelo «2.º pacote» já se conte por milhares, «não demorará muitos dias para que as suas consequências se façam sentir de uma forma tremendamente dolorosa para todos os trabalhadores».

Como frisou aquele dirigente sindical, o «2.º pacote» vai provocar uma quebra acentuada da actividade económica, o agravamento dos principais problemas económicos, financeiros e sociais, o aumento dos despedimentos e do desemprego, o abaixamento do nível de vida e das condições de trabalho, o ataque ao conteúdo democrático das nacionalizações e o aumento da submissão ao imperialismo.

«As medidas do «2.º pacote», disse o membro do secretariado da USP, «não deixam a possibilidade de qualquer «contrapartida» para os trabalhadores, pois a sua lógica é promover a recuperação capitalista, agrária e imperialista». Contudo, como assinalaria a concluir a sua intervenção, unidos e organizados dentro do movimento sindical unitário, os trabalhadores vencerão, lutando para modificar a situação actual.

DEFENDER A CONSTITUIÇÃO E AS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

Neste quadro, assumem particular importância as medidas apontadas nas conclusões do plenário de delegados sindicais do distrito do porto, que recomendam aos trabalhadores o reforço da sua unidade nas empresas, nos sectores e nos sindicatos; a tomada de posições de solidariedade para com companheiros doutras empresas ameaçados de despedimento que «poderão ir desde simples tomadas de posição escritas, até às concentrações-manifestações junto das empresas onde haja despedimentos».

Por outro lado, o plenário propôs a participação massiva dos trabalhadores nas comemorações do 7.º aniversário da CGTP-Intersindical, a realizar no próximo sábado, «como primeira manifestação de massas contra a degradação das nossas condições de vida, os despedimentos e pela defesa das principais conquistas dos trabalhadores».

Visando o fortalecimento da organização sindical, as conclusões da reunião sugerem às direcções sindicais o «desenvolvimento de acções descentralizadas de esclarecimento, nas empresas e nas zonas de maior concentração de trabalhadores», o aumento da difusão da imprensa sindical, a formação sistemática de delegados e activistas sindicais, auscultação permanente da opinião dos trabalhadores e, ainda, o apoio e estímulo à organização dos despedidos e desempregados, visando a sua participação autónoma na luta pelo direito ao trabalho.

Por último, atendendo «à disposição de luta que os trabalhadores manifestam face à situação insustentável» em que se encontram, os cerca de 1 500 delegados sindicais do distrito do Porto sugeriram à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical, juntamente com todos os sindicatos — filiados ou não — a definição de «novas manifestações e outras formas superiores de luta, nomeadamente paralisações e greves, para que a Constituição e as principais conquistas dos trabalhadores sejam respeitadas, para que sejam melhoradas as condições de vida e cessem os despedimentos».

NA AMADORA E EM ALVERCA PELAS CONQUISTAS DE ABRIL

Convocados pela União dos Sindicatos de Lisboa, decorreram, ainda no último fim-de-semana, plenários de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, em Alverca e na Amadora. Os representantes dos trabalhadores da zona da capital analisaram vários resultados concretos dos ataques às conquistas de Abril e ocuparam-se das tarefas que cabem às organizações da classe operária e das restantes classes trabalhadoras no actual momento político.

Os delegados sindicais dedicaram-se ainda às iniciativas a promover no âmbito das comemorações do 7.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional e salientaram os objectivos da luta, nomeadamente contra os despedimentos, o desemprego, o congelamento da contratação colectiva, a ofensiva contra a Reforma Agrária e, na generalidade, pela defesa intransigente das conquistas democráticas e revolucionárias dos trabalhadores que interessam a todo o povo português.

EM COIMBRA E LEIRIA

Com mais de uma centena de delegados, reunia, entretanto, em Coimbra, um plenário convocado pela União dos Sindicatos do distrito. Os representantes dos trabalhadores atentaram sobretudo na vaga de despedimentos que assola a região. A política do Governo PS, que permite e estimula o desemprego, foi condenada.

Foram aprovadas três moções. Nelas se indicam os objectivos da luta dos trabalhadores do distrito de Coimbra contra a política de recuperação capitalista, latifundiária e imperialista que norteia a actividade do grupo dirigente do PS e do Governo.

No distrito de Leiria, e pelos mesmos objectivos, incluindo os que presidirão ao 7.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional, houve também vários plenários sindicais.

Na Marinha Grande, os trabalhadores decidiram «reclamar do Presidente da República, Conselho da Revolução e Assembleia da República a imediata intervenção no sentido de o Governo do grupo dirigente do PS respeitar o programa de Governo e a Constituição da República».

Entretanto, outros plenários e reuniões se realizaram e realizarão por todo o país para análise e debate dos problemas locais e os objectivos a atingir com as comemorações do 7.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional, que decorrem no próximo dia 1 de Outubro.

VILA REAL «A CONSTITUIÇÃO SERÁ CUMPRIDA!»

«A prática governamental é, em tudo, contrária ao espírito libertador do 25 de Abril e da Constituição da República, recorrendo sistematicamente a uma política de violência antidemocrática sobre os trabalhadores para impor a vontade do grande capital e do imperialismo», sublinha uma moção aprovada por delegados e dirigentes sindicais reunidos em Vila Real, por iniciativa da respectiva União dos Sindicatos, no passado sábado.

Na reunião estiveram presentes em elevado número delegados e dirigentes sindicais e, ainda, membros de Comissões de Trabalhadores. Foi analisada a situação actual, estudados documentos aprovados pela Assembleia da República e criticada a posição do Governo do grupo dirigente do PS.

Na moção aprovada por unanimidade, é manifestado o total apoio «a todas as medidas que venham a ser adoptadas pela CGTP-IN, como forma de combater a feroz ofensiva contra os trabalhadores portugueses, na certeza de que a Constituição será cumprida».

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SERVIÇO DE ASSINATURAS

Avisamos todos os camaradas e amigos que o serviço de assinaturas do «Avante!» mudou para a Avenida Santos Dumont, 50 — Lisboa 1 com o telefone 763701

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL

AMEAÇA NA MUNDET — Em plenário geral das fábricas do Seixal e Montijo, os trabalhadores da Mundet protestaram contra a tentativa governamental de devolver a grande empresa corticeira ao patronato. Numa proposta aprovada por unanimidade e aclamação e enviada ao Presidente da República, presidente da Assembleia da República, Conselho de Ministros e Conselho da Revolução, os trabalhadores «protestam com a maior veemência contra semelhante resolução e repudiam tal medida, que consideram integrada na despudorada recuperação capitalista de que os trabalhadores portugueses estão a ser vítimas, contrariamente ao que estabelece a Constituição». Os operários e os restantes trabalhadores da Mundet mantêm-se «firmes no cumprimento da deliberação que tomaram, em plenário geral de 2 de Fevereiro findo, no sentido de ser constituída uma empresa mista Estado/trabalhadores».

A COPAM RESISTE — Num comunicado de 23 do corrente, A CT da COPAM reafirma a decisão dos trabalhadores no sentido de continuarem a luta «pela defesa das conquistas do 25 de Abril» e contra a entrega da empresa «ao fascista Carmona», pois que, na prática, isso «significa o desemprego, a fome e a miséria». Congratulando-se com a solidariedade recebida, os trabalhadores acusam o Governo do PS de «introduzir na empresa cerca de 30 arruaceiros contratados pelo patrão para substituir os trabalhadores em greve, expulsando membros da CT, delegados sindicais e trabalhadores».

CABOS ÁVILA PELO ACT — Num plenário efectuado durante a paralisação de trabalho, os trabalhadores desta fábrica de condutores eléctricis resolveram endurecer a luta contra os expedientes da administração que pretende, ilegalmente, fazer aplicar na empresa a PRT do material eléctrico, recusando-se a negociar o novo ACT com os representantes dos trabalhadores. Contra a interpretação do próprio Ministério do Trabalho, os patrões tentam retirar regalias e direitos já conquistados.

RATIFICAÇÃO NA LPM — Desintervencionada e entregue ap ex-patrão, a Luís Pedro Mendonça continua em greve contra a decisão ilegal do Governo. Entretanto, o patrão contrata arruaceiros para substituírem os trabalhadores — atitude ilegal que as autoridades protegem. A greve foi decretada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa e ratificada pelos trabalhadores da LPM.

REESTRUTURAÇÃO NOS SEGUROS — O Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul convocou para hoje, pelas 21 horas, na Voz do Operário, em Lisboa, uma reunião magna. Reestruturação é o ponto único da ordem de trabalhos.

PLENÁRIO DE CTs — Perante «o agravamento da situação económica, social e política, os secretariados das Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal e das Empresas Intervencionadas convocaram para o próximo dia 1 de Outubro um encontro de Comissões de Trabalhadores, que terá início pelas 9 e 30 nas instalações da Parry & Son, em Cacilhas.

GREVE DA HOTELARIA — Assinado pelos Sindicatos e Federações do sector em todo o país, um comunicado sobre a greve da hotelaria considera que «esta fase da luta pela aplicação do ACTV/PRT» demonstrou «a força, a unidade e determinação dos trabalhadores e dos seus sindicatos que, de imediato, colocaram as entidades patronais na posição de ter que dar o dito por não dito», perante uma adesão entre os 85 e os 95 por cento, no que respeita à greve de 8 horas, e entre os 90 e os 100 por cento quanto aos 15 minutos de solidariedade. Entretanto, na Madeira, cerca de 90 por cento dos trabalhadores do mesmo ramo iniciavam, no último sábado, uma greve pela equiparação dos salários aos dos seus companheiros do Continente.

PLENÁRIOS NOS GRÁFICOS — O Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes convoca os seus associados para vários plenários a realizar a partir de hoje, dia 29, até 7 de Outubro próximo, em Torres Vedras, Mafra, Setúbal, Montijo, Torres Novas, Santarém, Abrantes, Tomar, Évora, Vila Real de Santo António, Beja, Faro, Portimão e Lisboa. Do ponto único da ordem de trabalhos consta a «análise e discussão das tabelas salariais e pontos ainda não acordados do CCTV». Em todos os plenários, com excepção de Lisboa, será analisada e discutida a carreira profissional dos trabalhadores gráficos.

REPRESSÃO NA SECS — Por «distribuir informações sindicais nas horas de serviço» foi levantado um inquérito a um delegado sindical da Secretaria de Estado da Comunicação Social. Num comunicado, a Comissão de Trabalhadores e os delegados sindicais da SECS protestam contra essa atitude que reprime as liberdades sindicais e consideram que o inquérito enferma de várias irregularidades.

ACT DOS FERROVIÁRIOS — Os trabalhadores «tudo farão para defender o legítimo direito a uma negociação livre que lhes permita melhorar as condições de vida e de trabalho», adverte a Comissão Negociadora Sindical (CNS) dos ferroviários a propósito do impasse verificado, por culpa do Conselho de Gerência da CP e do Governo, na negociação do Acordo Colectivo de Trabalho para a classe. No seu documento, a CNS propõe, por outro lado, um plano nacional dos transportes, cuja concretização levaria a uma redução de encargos da ordem dos 400 mil contos.

DIREITO AO SUBSÍDIO DE FÉRIAS — O Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos protesta contra a recusa do pagamento do subsídio de férias por parte das empresas de teatro comercial aos trabalhadoresseus contratados e exige o cumprimento desse direito constitucional, «aliás, expressamente reconhecido pela Direcção-Geral do Trabalho, em ofício de 18 de Abril de 1977, provocado por uma consulta deste Sindicato, cujo teor foi comunicado a todos os associados e às empresas teatrais».

DELEGADO SINDICAL DESPEDIDO — Defensor intransigente dos direitos dos trabalhadores, José Manuel Freire, da União Panificadora Central de Mafra, foi despedido por ter deixado queimar uma fornada de pão — erro de que, provadamente, não lhe cabe a culpa. Os companheiros elaboraram um abaixo-assinado de protesto e manifestaram-se dispostos a testemunhar o facto a favor do companheiro despedido.

CONTRA O PACOTE 2 — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa fez publicar uma moção, aprovada na Assembleia de Delegados Sindicais, na qual, após vários considerandos, denuncia «o carácter anticonstitucional, reaccionário e antipatriótico» das medidas do pacote 2 e afirma «o seu compromisso de não pactuar e de lutar contra a sua aplicação, usando para isso toda a sua capacidade de organização e unidade».

«PÃO DE AÇÚCAR», DESEMPREGO E MISÉRIA — Reunidos no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, os trabalhadores do «Pão de Açúcar», do Porto, protestaram veementemente, num telegrama para a Presidência da República e para os outros órgãos do Poder, contra a desintervenção e a declaração da empresa em crise, o que provocará o desemprego e a miséria para centenas de trabalhadores. Os únicos beneficiados — acentua o telegrama — «serão capitalistas sobre quem pendem participações de crime por actos praticados até à intervenção estatal».

UJC e UEC promovem Encontro Nacional

PELO DIREITO AO TRABALHO CONTRA O DESEMPREGO PELAS SAÍDAS PROFISSIONAIS

As organizações da Juventude Comunista – UJC e UEC – certas de interpretarem as mais profundas aspirações da juventude e dos jovens trabalhadores e estudantes desempregados, vão realizar um Encontro Nacional a 29 e 30 de Outubro, em Lisboa, sob o lema: «A Juventude pelo direito ao Trabalho, contra o Desemprego, pelas Saídas Profissionais».

Foi anunciando este Encontro que se deu por iniciada a Conferência de Imprensa que levou à sede da UJC, em Lisboa, jornalistas de alguns dos órgãos de Imprensa mais representativos. Na mesa encontravam-se jovens dirigentes comunistas, da UJC e da UEC, tendo o documento-base da Conferência sido lido pelo membro da Comissão Executiva do CC da UJC Horácio Rufino, também membro do Comité Central do PCP.

Outros membros, de uma ou de outra organização de jovens comunistas encontravam-se na mesa, durante a conferência que incidiu principalmente sobre os objectivos do Encontro a levar a cabo.

O desemprego foi classificado de situação dramática, atingindo hoje muitos milhares de jovens. Tema do Encontro, o desemprego, que atinge, segundo algumas estimativas, um total de 504 milhares de pessoas, engloba neste número cerca de 300 mil jovens – 60 por cento –, considerando-se que há cerca de 200 mil jovens que hoje procuram o seu primeiro emprego.

A resolução deste grave problema juvenil vai ao encontro dos interesses do País e da satisfação de uma das mais profundas reivindicações da juventude consagrada na Constituição da República Portuguesa – O Direito ao Trabalho –diz o documento na Conferência. E prossegue:

O País não pode dispensar o braço e a inteligência, a vontade de milhares de jovens dispostos a trabalhar e a contribuir para o aumento da produção nacional e para a resolução da grave crise económica e financeira que o País atravessa.

Depois de referir-se à ausência de medidas de fundo, por parte do Governo PS, e às medidas que, por outro lado, o actual Governo tem tomado, todas elas lesivas dos interesses dos trabalhadores e portanto dos jovens, o documento define o Encontro Nacional a levar a efeito como **a primeira grande iniciativa deste tipo a ser realizada no País** e (que) **tem lugar após o desenvolvimento das acções de denúncia e protesto de vastas camadas de jovens trabalhadores e estudantes contra o desemprego.**

A preparação do Encontro entra agora numa fase mais dinâmica, aberta e de acções de massas. Enquanto prossegue o trabalho dos grupos de estudo a nível central que recolhem e elaboram dados gerais e dos grupos e comissões de trabalho regionais, distritais e locais que desenvolvem o estudo das situações concretas e sectoriais, numerosas iniciativas como colóquios, debates, exposições, projecções de filmes, etc., estão programadas por todo o País, ao mesmo tempo que se organizam as excursões que trarão ao Encontro, em Lisboa (Pavilhão do Sacavenense), milhares de jovens delegados eleitos e convidados.

O Encontro será uma contribuição séria e responsável dos jovens comunistas para a resolução dum grave problema que interessa a toda a juventude e o País, foi afirmado no final da leitura do documento.

Entretanto quisemos saber como se encontra, actualmente, a preparação e a organização do Encontro, qual será a representação dos jovens e as iniciativas já desenvolvidas. Foi ainda Horácio Rufino quem respondeu, afirmando considerar fundamental que na preparação do Encontro participem jovens de variadas tendências partidárias. A elaboração dos estudos a apresentar à Comissão de Redacção caberá a grupos de jovens, tornando, desde o início, o Encontro num trabalho colectivo que reflicta as preocupações dos mesmos e a sua participação. Os delegados ao Encontro serão eleitos entre os membros da Juventude Comunista, prevendo-se, entretanto, muitas centenas de convites feitos não só a militantes da UJC e da UEC mas também a jovens que não pertençam a estas duas organizações. A participação de muitos outros jovens poderá melhorar as conclusões do Encontro, foi afirmado.

Quanto à participação de raparigas no Encontro, foi esclarecido que se trata de uma iniciativa da maior importância para a organização, já que são as raparigas as primeiras a serem despedidas e é no sector das jovens que se verificam as maiores dificuldades de emprego. Há condições para que a participação das jovens seja significativa.

Por outro lado foi sublinhado que a participação dos estudantes comunistas num Encontro cujo tema é o do desemprego se encontra relacionado com o problema das saídas profissionais e o do primeiro emprego. Assim, os estudantes que terminam o ensino secundário vêem-se face a uma situação extremamente difícil – milhares de jovens são lançados no mercado do trabalho com qualificações incapazes; os estudantes do ensino médio e superior, por seu lado, debatem-se com as limitações crescentes ao ensino – agravadas com o decreto que permite ao ministro a fixação arbitrária do *numerus clausus*.

É falso dizer-se – afirmou Pina Moura, da UEC e membro do CC do PCP – **que não há falta de profissionais de saúde, ou de técnicos e quadros para a agropecuária.**

Não é limitando o acesso ao ensino, efectivamente, que se resolvem problemas de carências, na produção, de quadros devidamente qualificados.

O que queremos provar, continuou o dirigente da UEC, **é que existe uma outra política de ensino e de desenvolvimento económico e social.**

Definir uma política que possa resolver os problemas da juventude, trazer a esse trabalho os jovens que sentem e compreendem esses problemas, tal é a finalidade do Encontro.

Neste sentido – finaliza o documento – **convidamos todos os jovens, independentemente das suas opções partidárias, a participar nos trabalhos preparatórios e no Encontro, com a certeza de que quanto maior for o seu contributo mais positivos serão os resultados desta iniciativa.**

QUEM SÃO OS QUE O MAP ATACA? QUAIS OS «CRIMES» QUE COMETERAM?

São homens e mulheres que trabalham a terra tal como seus pais e avós o fizeram antes. São, por isso, homens e mulheres que não nasceram ontem para a luta, que ainda meninos viram os seus serem explorados, sentiram o desemprego no pão que minguava, no desespero dos pais, sentiram os baixos salários nos pés descalços, nas escolas que muitos não frequentaram. São homens e mulheres que sabem, por dolorosa experiência, o que é a exploração. Por isso mesmo são homens e mulheres que não quebrarão forças na resistência ao regresso dos tempos de antigamente.

Qual o crime destes homens e mulheres que os toma réus aos olhos do MAP que contra eles envia outros homens munidos de armas e cães?

Foi crime destes homens e mulheres o tomarem terras ao abandono, terras que queriam pôr a produzir para todo o Povo. Foi crime tomarem terras que já trabalhavam a mando de quem pagava salários de fome e não deixava aproveitar todas as potencialidades do solo. Foi tomarem as terras, onde os senhores sabotavam e conspiravam após o 25 de Abril, e nelas aumentaram a riqueza do País.

Cada UCP e Cooperativa de produção agrícola constituída pelos trabalhadores é um exemplo deste "crime". Analisemos, somente como amostra, alguns dos actos que tornam estes homens e mulheres culpados face ao MAP e à sua base de apoio constituída por latifundiários.

Por exemplo na UCP "A Luta é de Todos" em Mora, Évora, assaltada na semana passada por técnicos – que levaram alfaias agrícolas, 15 vacas e 2 bezerros que entregaram a um dos antigos proprietários das terras hoje englobadas pela UCP –, qual o "crime" que aqui praticaram os trabalhadores?

QUAL O SEU "CRIME"?

Ocuparam as terras que constituem a "Luta é de Todos" entre Agosto e Outubro de 1975. Eram 80 trabalhadores no tempo em que os agrários mandavam nessas terras. São hoje 560, mais 480, ou seja mais 700 por cento!

Aumentaram em 80 por cento a área de regadio destas terras, investindo 1600 contos; mais 3000 contos foram aplicados na construção de três barragens nas herdades de Gralheira, Montinhos e Castelhana.

Em máquinas e alfaias agrícolas investiram cerca de 7000 contos adquirindo oito tractores (um de lagartas), uma ceifeira debulhadora, três atrelados, dois camiões, uma carrinha, e muitas dezenas de alfaias. Cerca de dois mil contos foram investidos na oficina de mecânica.

Quanto aos gados, conseguiram ter 3352 cabeças de ovinos e 920 de gado vacum (à data da ocupação eram respectivamente de 1800 e 392). Conseguiram ainda 400 cabeças de suínos entretanto reduzidas a cerca de 50 por causa da peste.

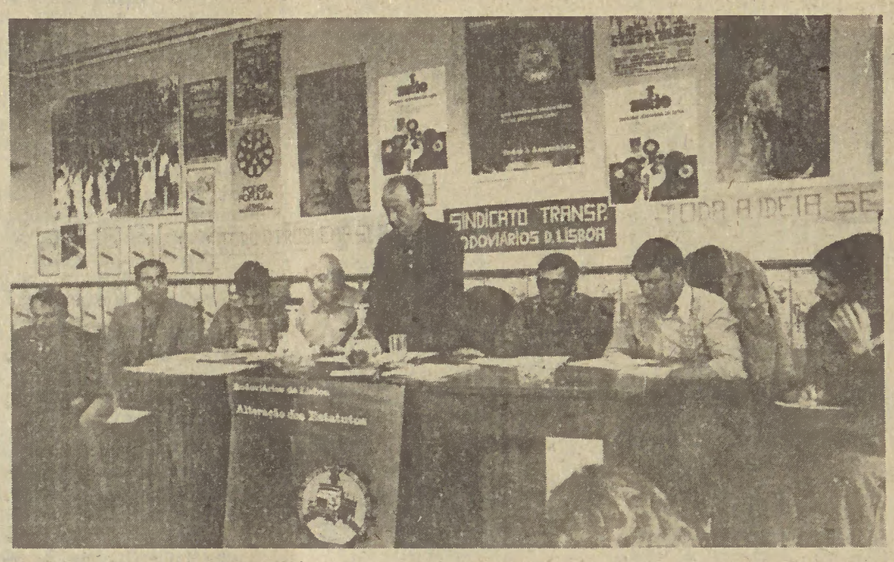
Criaram uma cooperativa de consumo aberta a toda a população, praticando preços muito mais baixos (até comerciantes nela se abastecem), onde os trabalhadores podem comprar borregos e novilhos (que comeram pela primeira vez na vida após a ocupação das terras), porcos e frangos.

Como respondeu o Governo PS a estes trabalhadores? Marcando reservas e mais reservas arbitrárias e ilegais que impediram que a UCP avançasse nos planos para fazer estufas para produtos hortícolas; que parte da terra cultivada com tabaco, que tão boas provas deu, fosse parar às mãos de um agrário que revolveu a terra e semeou milho; que os hectares da UCP fossem reduzidos (inicialmente de 10 300 para 8300), de tal modo que a ameaça de desemprego voltou ao horizonte de gente de Mora. Entretanto, com a política de esbulho e repressão seguida pelo MAP, como podem os trabalhadores avançar com os seus projectos para o futuro? O que fica, pois, comprometido com a acção do Governo?

Nada mais nada menos do que estes planos dos trabalhadores da UCP «A Luta é de Todos»: «aumentar a área do regadio através do aproveitamento das nascentes e das águas das chuvas; aumentar a exploração pecuária através da silvo-pastorícia (semeando forragens de leguminosas e de gramíneas) até atingirem um encabeçamento de 6 ovinos por hectare; aumentar a capacidade de engorda de novilhos (já aumentaram a capacidade de 100 para 300 novilhos e têm milho, cevada e fava em quantidade suficiente para fabricarem a respectiva alimentação); plantar vinha em 5 hectares de terra que não dão para outra cultura rentável; aumentar a área de cultivo de tabaco; iniciar a cultura de beterraba dependendo no entanto este projecto da decisão do Governo (recorde-se que atingem três milhões de contos as divisas gastas anualmente na importação de açúcar).

Entre os projectos de ordem social, incluem-se a reconstrução e ampliação do edifício do cinema adquirido pela UCP «A Luta é de Todos» para «montagem do supermercado da cooperativa de consumo, salas de convívio, escritório, salas de cinema e de teatro, sala de reuniões e de biblioteca, creche para crianças, lar para a terceira idade e um refeitório (até agora a UCP tem auxiliado com dinheiro e produtos a manutenção do hospital, do asilo para velhos e da creche, ambos de capacidade insuficiente). Na segunda fase instalaremos lá as oficinas, as estufas para fabrico de enchidos e uma padaria.»

Pelo que realizaram e do que projectam realizar são os homens e mulheres da UCP «A Luta é de Todos» réus de "crimes" aos olhos do MAP. Disto uma única conclusão se salienta: o que é bom para os trabalhadores e para o País é terrível para o MAP porque os interesses que este defende não são, nem de perto nem de longe, os das massas populares mas os dos agrários e capitalistas.



Os trabalhadores alentejanos falando aos jornalistas

Solidariedade mobiliza mais de mil

Em terras do Alentejo, no distrito de Évora, sucedeu, domingo passado, uma autêntica invasão: mais de mil trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal trocaram o dia de descanso pelo trabalho da apanha de tomate em UCPs e Cooperativas de quatro concelhos de Évora.

Correspondendo ao apelo lançado pelo Secretariado Distrital de Évora das UCPs e Cooperativas, secundado pela CGTP-IN, trabalhadores das zonas industriais de Setúbal e Lisboa espalharam-se pelas seguintes cooperativas: «22 de Julho», «Paz e Progresso», «Vale do Melão», «Maria Machado», «Bento Gonçalves», «6 de Agosto» «A Luta é de Todos», «Brotense», «Terra Livre» e a UCP do Reguengo. Do trabalho árduo que desenvolveram resultaram muitas e muitas toneladas de tomate. Mas resultou mais: resultou a reafirmação da força mobilizadora da solidariedade, a demonstração de que quando toca à defesa da Reforma Agrária, e portanto da democracia, os trabalhadores estão prontos ao combate. Mesmo que este combate tenha, por vezes, a forma simples de luta contra o tempo que ameaçava deteriorar o tomate se este não fosse apanhado.

Foram mais de mil. Para a próxima serão mais. Mesmo que certas forças ponham as lentes de diminuir e, fingindo-se míopes, falem de algumas dezenas, como foi o caso do «Diário de Notícias»... Foram mil e mais serão. Sabem-no todos, ficam-no a saber todos e contra a força mobilizadora da solidariedade não há óculos que possam impedir as forças de direita de sentir o seu isolamento e a sua fraqueza.

Que Cooperativa é esta?

Eis o que perguntam os agricultores da região de Barroso descontentes com a actuação da Cooperativa Abastecedora de Batata de Semente de Montalegre que «parece apostada em arruinar os poucos agricultores que restam na região». Na realidade, esta «cooperativa» parece distinguir-se pela ausência dos objectivos do cooperativismo. Que outra coisa dizer de um cooperativa que vende aos seus associados, a farinha e o farelo mais caros do que o comércio, que nunca lhes presta apoio técnico e que, ainda por cima, lhes compra a batata a 10$00 para a revender depois a 24$00? Parece chegada a hora dos agricultores que restam em Montalegre unirem forças para tornarem a «Cooperativa» Abastecedora da Batata uma verdadeira cooperativa...

MAP de braço dado com a nobreza

Na aliança com os agrários sucede, por vezes, que o MAP dá o braço à nobreza. Nada de extraordinário se pensarmos que muitos dos latifundiários receberam as terras dos reis e senhores feudais sustentados por um sistema de servidão que os seus herdeiros tudo fazem por perpetuar. Neste abraço com a nobreza, o MAP não hesita em espoliar de terras e de um tractor comprado pelos trabalhadores, a UCP «Resistência-1.º de Janeiro» em Alter do Chão para brindar a filha do visconde de Botelho que, a par com o dr. Rosa Junior e os herdeiros de Horácio António da Rosa, é assim contemplada com as benesses do ministro Barreto arrancadas aos trabalhadores pela força de 200 GNR.

Neste perfume dos agrários Rosas e da nobreza decadente, fica o preço daquele abraço... Preço que não será o povo trabalhador a pagar...

Quem disse que o MAP espera que os agrários semeiem?

Quem disse ou pensou tal, errOU! Querem uma prova? Aconteceu na UCP «Liberdade» em Graça Divor. Os trabalhadores encontravam-se numa herdade a preparar os alqueives para as sementeiras. Quando eis que chega, por via da GNR, a notificação do MAP: não devem nem podem fazer quaisquer trabalhos na herdade porque nesta está prevista uma reserva...

DOIS CONTRASTES

Com menor ou maior intensidade vêm-se sucedendo as arbitrariedades do Ministério da Agricultura. Somam-se os abusos à sombra de uma lei inconstitucional, cresce a repressão nos campos da zona da Reforma Agrária atingindo níveis que caracterizaram os tempos mais duros do fascismo.

As ilegalidades e violências do MAP e dos senhores agrários, que o apoiam, não têm conduzido a nada. Na realidade, não somente as massas não desanimam, fortalecendo as suas fileiras de resistência aos ataques contra a Reforma Agrária, como até aparecem cada vez mais unidas, conscientes da importância do combate. Como exemplos mais recentes desta disposição, basta pensarmos nos acontecimentos da semana passada: segunda-feira, em Reguengos, eram cerca de três mil os trabalhadores em protesto contra mais uma reserva. No dia imediato, eram mais mil os que resistiram em Arraiolos a mais uma flagrante injustiça do MAP: 4000 trabalhadores estiveram ali, defendendo a UCP «6 de Agosto», opondo-se à desanexação que iria ser levada a cabo.

Ainda sintoma da vontade popular é a imensa onda de solidariedade que, de novo, se intensifica em torno da Reforma Agrária. Não são somente os trabalhadores das UCPs, a população que vive nos campos, que estão dispostos a defender as terras que puseram a produzir para bem da economia nacional e de todo o País. São todos os outros, os que na fábrica, no escritório e na escola tentam a construção de uma nova sociedade, que os acompanham na defesa da Reforma Agrária, na defesa da democracia.

Contrastando com esta crescente e grandiosa resposta de massas, aumenta o isolamento do Governo, surgem, entre os governantes, tensões e desentendimentos. De tal modo que a direita, mais claramente do que nunca, tem de sair à liça na defesa dos seus "heróis" ou seja dos que estão dispostos a avançar no jogo da recuperação latifundista e capitalista. Assim, o jornal "O Dia", voz das mais autorizadas da reacção, na passada segunda-feira, não poupa palavras ao elogio de três ministros que estariam a ser alvo de alguma contestação. São eles Medeiros Ferreira, Cardia e o célebre Barreto, todos, segundo este pasquim, «homens realistas que decidiram sacrificar, aparentemente, alguns votos do partido à eficiência da acção governativa» e cujo «afastamento suscitaria reacções e desencadearia um grande descontentamento nacional que poderia eventualmente ser polarizado e aproveitado pelos partidos da oposição democrática, nomeadamente o Partido Social-Democrata e o Centro Democrático Social».

Fica, pois, bem claro qual o tipo de descontentamento "nacional" que suscitaria, por hipótese, o afastamento de um senhor Barreto...

No entanto, ainda segundo "O Dia" haveria «uma fórmula mágica» para apagar este descontentamento, a qual seria a de substituir o senhor ministro Barreto I pelo senhoir ministro Barreto II...

Será que os governantes não aprendem com a prática quando esta parece demonstrar que os trabalhadores não embarcam neste jogo de troca de pedras de um xadrez viciado?

Enquanto os governantes pensam na mudança de pedras, num jogo cada vez mais solitário, não se apercebem que pelo rumo dos acontecimentos tudo leva a crer que, a prosseguir esta política de investida contra a Reforma Agrária e contra o processo revolucionário, os trabalhadores das UCPs e da indústria, os pequenos e médios proprietários e rendeiros, certamente continuarão a cimentar a sua unidade, a sua aliança de classe numa resposta de massas cada vez mais organizada e firme.

«6 de Agosto» e «22 de Julho»

CONTRA A FORÇA SEM LEI DO MAP TRABALHADORES RESISTEM SEMEANDO

O que o Governo faz, através das decisões do MAP e das armas da GNR, na zona da Reforma Agrária e, nomeadamente na UCP do Reguengo, na «22 de Julho» e na «6 de Agosto», todas elas pertencentes ao distrito de Évora, não é sequer a aplicação da lei Barreto chamada de Bases Gerais da Reforma Agrária. Como pode ser aplicada uma lei que ainda se não encontra promulgada? Por isto mesmo, o que o Governo faz não é sequer a aplicação de uma lei injusta, incoerente com a realidade do País, atentatória dos direitos dos trabalhadores e da nação, inconstitucional e de recuperação latifundista. O que o Governo faz é impor a força sem lei mesmo que, como é o caso, esta lei resulte de um acordo das forças de direita e nada tenha a ver com os interesses das massas populares. O que o Governo faz é um abuso, um esbulho, um roubo de terras e de máquinas, de gado e de alfaias.

Para tal serve-se de diversos artifícios: o «esticar» de pontuações segundo a vontade dos agrários reservatários como foi o caso da UCP «22 de Julho», o arrebanhar de gados e de máquinas, caso da UCP «A Luta é de Todos» em Mora e de tantas outras, o conceder a uma falsa cooperativa, a Fundação Abreu Calado, terras que dela distam mais de 60 km, isto apesar de com esta «desanexação» a UCP «6 de Agosto» ficar sem 15,5% da sua área, a Herdade dos Testos, onde se encontram situados os principais celeiros da UCP e a sua sede.

Em casos semelhantes de desanexações o Governo tem argumentado com a vontade dos trabalhadores. Neste caso nenhum trabalhador, mesmo inclusivamente os que antigamente trabalhavam para a Fundação Abreu Calado, quis ou pediu qualquer desanexação. Trata-se de uma atitude prepotente e arbitrária do Governo, que, como dissemos não tem qualquer base legal, e que se destina a reconstituir o antigo latifúndio da Abreu Calado, sob a capa de uma falsa cooperativa.

Quando o Governo quer destruir as UCPs e Cooperativas argumenta, entre outras coisas, com a sua dimensão dizendo que são demasiado grandes para poderem gerir bem herdades muito distanciadas umas das outras. Mas neste caso os senhores Barreto e Portas não hesitam em desanexar a Herdade dos Testos para a ligar à Fundação Abreu Calado que fica a 60 km de distância!

Estas são palavras de trabalhadores da «6 de Agosto» e da «22 de Julho» presentes numa conferência de Imprensa, realizada a semana passada, na qual participou igualmente o Secretariado das UCPs de Évora e um técnico.

Como leva o Governo a cabo esta política que se baseia, afinal, numa lei ainda não promulgada e que por isso mesmo constituiu uma flagrante ilegalidade, uma violação dos decretos-leis ainda em vigor relativos à Reforma Agrária?

A resposta pode ser dada pelas centenas de trabalhadores que já sofreram agressões da GNR a mando do MAP e do Governo PS. A resposta é dada nos acontecimentos da semana passada pela presença de mais de duas centenas de GNR munidos de sofisticado material bélico, com cães polícias, e até máquinas de filmar (nos helicópteros), provavelmente com a intenção, durante muitos anos seguida no nosso país por outras forças, de registar o rosto dos mais combativos. Só que nesta luta de defesa do pão, do trabalho, da terra, o rosto de cada um é o rosto da multidão, a decisão de cada um é a decisão de todos: lutar contra a repressão, contra os saques, pela defesa da democracia, da Constituição e do futuro, lutar contra o que é uma ilegalidade afrontosa.

É desta vontade de lutar que falaram os trabalhadores na citada conferência de Imprensa, salientando que uma das formas de resistir tão importante quanto as outras, uma das formas que constitui também uma resposta de massas é cumprir a palavra de ordem da Assembleia dos 400 delegados das UCPs e Cooperativas Agrícolas dos distritos de Évora, Beja, Portalegre, Setúbal e Santarém, realizada recentemente em Évora:

«Nem um alqueive ficará por semear!»

Estas palavras serão levadas à prática mesmo que persista esta actuação em que «ao criar uma situação de permanente instabilidade, ao retirar herdades prontas a serem semeadas, ao lançar a GNR sobre os trabalhadores, o Governo parece apostado, de propósito, em impedir que os trabalhadores semeiem e produzam na próxima campanha».

Contra esta aposta do Governo respondem os trabalhadores deste modo:

Decidimos efectuar a próxima campanha de sementeiras com todas as nossas energias e forças, preparando as máquinas, fazendo os alqueives e os atalhos, requisitando sementes, fazendo turnos e trabalhando aos sábados e domingos se necessário.

E assim será feito pelas massas trabalhadoras da zona da Reforma Agrária, apoiadas por uma solidariedade cada vez mais intensa dos trabalhadores dos outros sectores de actividade. Pese ao senhor Barreto e ao Governo PS. Pese às forças de direita do País e ao imperialismo, uns e outros ansiosos por criar um clima de fome pensando que à base de côdeas podem comprar vontades que não estão nem nunca estarão à venda...

CGTP-IN apela à solidariedade

"O Governo iniciou uma vasta operação intimidativa que já inclui meios aéreos e que tem por finalidade imediata impedir que os trabalhadores rurais possam executar a sua patriótica decisão de proceder a uma grande campanha de sementeiras", afirma o Secretariado da CGTP-IN num comunicado à imprensa, no qual analisa os recentes acontecimentos verificados na UCP "6 de Agosto".

Salientando que esta actuação demonstra quais os interesses de classe defendidos pelo Governo e prova a sua hipocrisia quando fala em "diálogo franco e pacientes negociações", o Secretariado da CGTP-IN "não deixa de referir o contraste entre a actuação repressiva do Governo para com os trabalhadores e a sua posição de cedência perante as ameaças e chantagens da direita reaccionária e fascista. A actuação repressiva do Governo contra os trabalhadores, os ataques constantes às suas organizações de classe e à sua unidade, os ataques às suas conquistas revolucionárias — como é o caso da Reforma Agrária — dão cobertura democrática e estimulam a escalada de direita."

"O Secretariado da CGTP considera que é inconciliável uma política de ataque aos trabalhadores como a necessária recuperação económica do País. O Governo tem consciência disso mas prefere camuflar a sua incapacidade de encontrar as soluções com os trabalhadores com medidas repressivas — as quais mais não são do que um acto de desespero que cada vez o afasta mais das massas populares e do cumprimento da Constituição."

A terminar, o Secretariado da CGTP-IN "reafirma o apelo nacional à solidariedade de todos os trabalhadores para com a Reforma Agrária e seus heróicos obreiros — os trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores, os quais constituem o valoroso testemunho daqueles que patrioticamente estão interessadas no desenvolvimento de uma política de produção e emprego, de verdadeira recuperação da economia nacional, compatível com os princípios da Constituição."

edições Avante!

O DOCUMENTO INDISPENSÁVEL

Em defesa da Reforma Agrária

Um livro com a força da razão

CDL a distribuição

edições Avante!

Reunião sobre autarquias no Porto

APROVEITEMOS TODAS AS POSSIBILIDADES PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DO POVO

«Abrem-se-nos grandes perspectivas de actuação nas autarquias locais e vamos aproveitar todas as possibilidades para resolver os problemas do nosso povo», declarou o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, na intervenção proferida durante a sessão de encerramento do curso de quadros realizado no último fim-de-semana, no Porto, na sede da Rua Aníbal Cunha, por iniciativa da Comissão para o Trabalho nas Autarquias da Direcção da Organização Regional do Norte.

Embora o curso fosse destinado para os comunistas que desempenham cargos nas autarquias locais, entre as cerca de 120 pessoas presentes provenientes dos cinco distritos do Norte, encontravam-se alguns que não pertenciam ao nosso Partido mas mostraram interesse em participar nos trabalhos, que decorreram na manhã e tarde de sábado e domingo, com um intervalo para o almoço.

A mesa que presidiu aos trabalhos

Depois da sessão de abertura, realizada no Pavilhão daquela sede, foi abordado o primeiro tema do curso na sequência de uma intervenção do camarada Carlos Costa sobre «a frente de trabalho nas autarquias, problemas de organização e política de unidade». A discussão deste tema prolongou-se durante cerca de três horas. Na parte da tarde desse dia e na manhã e tarde de domingo, os participantes foram divididos por três grupos para aprofundarem a discussão acerca dos restantes seis temas previstos: «as autarquias e o movimento popular»; «autarquias e legislação – aspectos gerais»; «habitação, transportes e planeamento urbano»; «saneamento básico e electrificação rural»; «intervenção das autarquias nas questões de saúde, educação, cultura, recreio e desporto»; «problemas de informação».

Na sessão de encerramento Carlos Costa, que se encontrava ladeado na mesa pelos camaradas Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, Helena Medina, membro suplente do CC e da DORN, e por outros camaradas responsáveis do organismo promotor da iniciativa, proferiu uma breve intervenção. Salientando o desejo no Partido de transformar a situação herdada de meio século de fascismo e de decénios de exploração capitalista, realçou o esforço feito pelos comunistas no sentido de levar todos os membros dos órgãos do poder local a «actuarem o melhor possível para que os problemas se vão resolvendo».

Depois de ter sublinhado «o nosso desejo profundo de conhecer os problemas para os superar», Carlos Costa apontou a importância da realização desta e de outras iniciativas visando enriquecer os conhecimentos e apetrechar os comunistas com responsabilidades nos órgãos do poder local com uma sólida base de experiências já acumuladas nesta importante frente. Referindo-se ao esforço feito durante o curso pelos camaradas que tiveram de se deslocar ao Porto, salientou que «só a natureza de classe do nosso Partido pode levar a que as pessoas assim sejam».

«Tudo isto valeu a pena», acrescentou. «Isto é, cada um de nós sai daqui mais preparado, mais habilitado para contribuir para aquilo que é o nosso objectivo: ajudar a resolver os problemas». Mais adiante frisou que deve ser feita uma busca interessada e incessante para serem encontradas as soluções mais adequadas para os instantes problemas das populações. Nesse sentido, os comunistas que desempenham funções nas autarquias devem recusar firmemente «a politiquice», não se deixando embrulhar em discussões estéreis que «gastam e queimam». A concluir esta parte da sua intervenção, Carlos Costa frisou que a nossa orientação é «apoiar as soluções justas para os problemas, venham elas donde vierem».

Pouco depois terminava este primeiro curso de quadros realizado no Norte para os camaradas com funções nas autarquias que regressaram às suas residências muito mais apetrechados, mais confiantes e com uma disposição cada vez mais forte de nos respectivos lugares levarem à prática o lema que norteia, norteou e norteará sempre e Partido e os seus militantes: servir, servir sempre os trabalhadores, o povo e o nosso País.

Câmara de Lisboa

DELIBERAÇÕES CAMARÁRIAS ESQUECIDAS NA GAVETA

Realizou-se na passada segunda-feira a 37.ª reunião pública da Câmara Municipal de Lisboa, onde foram debatidos problemas relacionados com a aprovação de empreitadas para a construção de casas de carácter social, a cedência de um terreno para a Comunidade Islâmica e a formação de uma sociedade de economia mista para a exploração da Feira Internacional de Lisboa (FIL).

No período antes da ordem do dia, o vereador Silva Graça, da FEPU, interrogou o presidente da Câmara, entre outras coisas, a propósito do Plano Director da cidade de Lisboa, o qual, segundo deliberação da Câmara aquando da sua aprovação, deveria ser imediatamente revisto e levado à discussão das populações, nomeadamente através das Juntas de Freguesia do concelho de Lisboa.

A resposta do presidente do município, Aquilino Ribeiro Machado, a esta questão foi altamente preocupante, pelo que deixa adivinhar de disposição de fazer desta decisão camarária uma mera declaração de intenções que não se pensa levar a cabo. Com efeito, foi com profundo espanto que se ouviu afirmar que a revisão do Plano se faria apenas à medida que as decisões sectoriais fossem sendo tomadas, face a questões pontuais. O que implica, obviamente, que não se pensa de forma alguma proceder à completa revisão de fundo de um plano do tempo do fascismo. Como não se pensa permitir que a população o discuta, pois também a propósito o presidente se manifestou de forma pouco convincente, para não dizer dúbia, afirmando não encarar o Plano como uma opção espartilhante e que as populações seriam certamente ouvidas sempre que necessário.

Quem vai decidir quando é que será necessário ouvir as populações, se todos os problemas ligados com o Plano dizem directamente respeito às massas populares do concelho de Lisboa?

O público estava na Câmara. A ele caberá agora obrigar o município a não voltar atrás, ou a esquecer, a deliberação anteriormente tomada.

Outro vereador da FEPU, Anselmo Aníbal, abordou por seu turno a questão do descongelamento das rendas de casa, tema altamente preocupante para a maioria dos habitantes da capital. A propósito, Aquilino Ribeiro Machado afirmou desconhecer que se esteja a preparar qualquer diploma nesse sentido, que em última análise será da competência da Assembleia da República. Reconhecendo embora que a actualização das rendas não deixará de criar graves situações e de assumir aspectos negativos, o presidente da Câmara opinou, por outro lado, que as rendas baixas têm impedido os senhorios de realizar os melhoramentos necessários em casas que se encontram degradadas e que constituem já um perigo para os locatários. A própria Câmara, disse, enfrenta problemas deste tipo.

Cabe aqui perguntar, sem prejuízo de uma análise mais aprofundada, se a maioria das casas que hoje se encontram degradadas não teriam chegado a este estado precisamente porque os senhorios (incluindo a própria Câmara) nem sempre cumpriram as suas obrigações no que toca a obras de restauração. Quanta especulação não se encontrará por detrás de todo este estado de habitação degradada?

Ainda no período de antes da ordem do dia usou da palavra o vereador Nandim de Carvalho, do PPD, que falou de questões ligadas ao turismo, e Paulo Loureiro, da FEPU, que alertou a Câmara para a necessidade de se abrir mais ao público, nomeadamente através do esclarecimento da população do modo de funcionamento dos diversos serviços camarários, autênticos labirintos para a maioria dos utentes.

Já dentro da ordem de trabalhos, cabe salientar a discussão gerada em torno de um pedido da Associação Industrial Portuguesa (AIP), no sentido de ceder a exploração da FIL a uma sociedade de economia mista, a constituir. A Câmara Municipal de Lisboa, que é proprietária do terreno onde se situa a FIL, cedeu a sua exploração por trinta anos (até ao ano 2001) à AIP, mediante o pagamento de uma renda actualizável de cinco em cinco anos. A Associação Industrial pretende agora autorização para que a exploração passe a ser feita por uma sociedade em que seria detentora de 50% do capital e em que os restantes 50% seriam do Estado, sem que fossem alteradas as condições do contrato inicialmente feito com a Câmara.

O pedido da AIP, apoiado pelo CDS e pelo PS, foi contestado por Nandim de Carvalho, que considerou que a Câmara não se devia demitir da defesa dos seus interesses e por isso deveria participar na sociedade a constituir, nem que fosse apenas com 1% do capital, e também pela FEPU, que defendeu a criação de uma comissão para estudar o assunto.

Porque o CDS (afirmando defender a iniciativa privada) e o PS (declarando que a Câmara Municipal de Lisboa não está vocacionada para feiras) mantiveram a sua posição, a proposta acabaria por ser aprovada, com três votos contra da FEPU e uma abstenção do PPD.

Para situar melhor esta questão, Silva Graça lembrou que o contrato com a AIP data de 1971, altura em que o poder local não passava de uma correia de transmissão do Governo. Basta dizer que a renda actual paga pelos exploradores da FIL é de 13 900$00. Pouco mais que uma renda de casa!

Outro dos assuntos debatidos que despertou vivo interesse refere-se à atribuição de terrenos camarários às cooperativas de habitação. A controvérsia levantou-se sobretudo em torno das condições gerais para a atribuição dos terrenos que, segundo o PPD e a FEPU, seriam interferências abusivas da Câmara nos princípios legais do cooperativismo.

Idêntica posição viria a ser tomada pelos representantes das cooperativas que assistiam à sessão, que acusaram o município de ignorar as estruturas populares, nomeadamente as comissões de moradores. A Câmara, disseram, deve contactar com as populações e ouvi-las nos seus mais prementes anseios e direitos.

O problema acabou por ser adiado e remetido para a próxima sessão.

Na parte dedicada à intervenção do público, falaram diversos munícipes, sobretudo mulheres, que deixaram bem claras as suas profundas preocupações acerca das acções de despejo, apelando para que a Câmara tome medidas urgentes no sentido de resolver tão grave problema.

GOVERNO PRETENDE DESCONGELAR AS RENDAS DE CASA

Foram recentemente anunciadas, no âmbito das medidas económicas e financeiras decretadas pelo Governo a mando do Fundo Monetário Internacional, medidas legislativas sobre habitação que não podem deixar de suscitar a maior preocupação entre os trabalhadores — denuncia a Secção de Informação e Propaganda do Comité Central do PCP, num comunicado recentemente distribuído.

Tais medidas, adianta o comunicado, tiveram já como uma primeira concretização a portaria n.º 548/77, de 30 de Agosto, que vem permitir a actualização dos valores das casas de renda limitada. A aplicação de tal portaria poderá permitir que rendas de 1110$00 subam para um valor quatro vezes superior.

A aplicação de tal portaria poderá permitir que rendas de 1110$00 subam para um valor quatro vezes superior.

A legislação anterior — prossegue a SIP do PCP — em particular o Decreto-Lei 293/77, que levantou a suspensão dos despejos consagrada depois do 25 de Abril, e a presente portaria são bem reveladoras das intenções do Governo PS em matéria de habitação: é o descongelamento das rendas de casa que tais medidas anunciam e que poderá vir a concretizar-se a breve prazo com a publicação de um já anunciado decreto-lei sobre rendas. Tal decreto-lei, a ser aprovado, acarretará um aumento da grande maioria das rendas de casa, constituirá uma medida profundamente desestabilizadora e antidemocrática, em tudo contrária às disposições constitucionais sobre direito à habitação.

Após assinalar que estas medidas, contrariamente ao que o Governo procura fazer crer, em nada contribuirão para a promoção dos investimentos privados na construção civil, antes estimularão a especulação imobiliária, o documento considera que elas revelam, uma vez mais, a completa incapacidade do Governo PS de encarar os problemas e situações fora da lógica da recuperação capitalista, assim como a sua opção de classe, a sua capitulação ante a reacção e o capitalismo, o seu desrespeito pelos seus compromissos, programas e promessas, o seu desprezo pelos interesses do povo e do País e pela Constituição.

Depois de recordar que na sua Conferência Nacional o PCP apontou soluções concretas para os mais prementes problemas da situação económica e financeira e que na última reunião do seu Comité Central foram apresentadas ao País propostas políticas para a defesa da democracia, o documento termina, afirmando:

O PCP considera que o agravamento das condições de vida do povo português, a deterioração da situação económica e financeira, a agudização das tensões sociais constituem gravíssimas ameaças contra a democracia e colocam cada vez com mais premência na ordem do dia a necessidade de se pôr em prática a única alternativa à política actual que corresponde aos interesses dos portugueses e de Portugal: a formação de um Governo que respeite a Constituição, que faça sair Portugal das dificuldades actuais e que torne possível a concretização dos grandes ideais de liberdade, justiça e progresso social da Revolução de Abril.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA

PODER LOCAL

à venda o N.º 3

Neste número

•REGIÕES ADMINISTRATIVAS
•HABITAÇÃO: QUE POLÍTICA?
•PLANO DIRECTOR DE LISBOA
•ESTUDOS LOCAIS: ÉVORA

ESTA É A REVISTA QUE É IMPORTANTE ASSINAR. RECORTE E ENVIE PARA CDL — DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA — AV. SANTOS DUMONT, 50 – LISBOA 1

CDL a distribuição

CONTINENTE E ILHAS (10 números) Via superfície 180$00 Via aérea 195$00

Nome .....
Morada .....
Localidade .....
reguesia ..... Concelho ..... Distrito .....
Profissão .....
DESEJA ASSINAR A REVISTA PODER LOCAL por ... NÚMEROS A PARTIR DO NÚMERO ...
Para o respectivo pagamento remeta a importância de Esc. $00
em cheque / vale de correio n.º ..... sobre Banco / estação de correio
DATA ...../...../..... (Assinatura)

Cadernos

PUB.

PODER LOCAL

à venda o n.º 1

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS (Legislação anotada)

Uma nova colecção da editorial CAMINHO

A colecção necessária

Preço 50$00

AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

Vereador socialista agredido e repreendido

A Câmara Municipal do Vimioso decidiu repreender o vereador Pimentel, do PS, que na sessão realizada em 30 de Agosto foi agredido a murro pelo presidente do município.

A curiosíssima decisão baseia-se no facto da Câmara considerar que o agredido foi «o único responsável pelo lamentável incidente». Segundo um comunicado da vereação do Vimioso sobre o assunto, a Câmara decidiu não só «verberar o procedimento do vereador Pimentel», mas também reiterar toda a sua confiança no seu presidente.

Um pequeno pormenor a salientar: o comunicado da vereação é assinado pelo próprio agressor do vereador Pimentel, o «social-democrata» Joaquim do Nascimento Marrão, presidente da Câmara.

Coisas do pluralismo!

Presidente socialista demite-se

O presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, Valdemar Queirós Gomes, do PS, renunciou ao cargo que ocupava naquele município desde Novembro de 1974, inicialmente como presidente da Comissão Administrativa e em seguida como primeiro elemento da lista mais votada nas eleições para as autarquias.

O sr. Valdemar Gomes, que será substituído pelo sr. Gaspar Miranda Teixeira, também do PS, afirmou num comunicado dirigido à população que sempre havia procurado concretizar as aspirações populares e dar realidade a sonhos que os negros anos do fascismo impediam de realizar.

No comunicado salienta-se ainda que as conquistas alcançadas em Cabeceiras de Basto servirão para mostrar às gerações futuras que os ideais expressos no 25 de Abril também chegaram àquela freguesia do distrito de Braga.

Num momento em que o Governo PS se afasta cada vez mais dos ideais de Abril, o que levará os socialistas que neles acreditaram a renunciarem aos mandatos das massas populares?

Um abaixo-assinado em Oliveira de Azeméis

Há nomes de ruas que incomodam os fascistas. São geralmente nomes que recordam a esperança no futuro sem exploradores nem explorados, que invocam os que sempre militaram pela democracia e pelo socialismo. Nomes que incomodam quem vive a sonhar com o passado.

Em Oliveira de Azeméis existe uma avenida 25 de Abril, uma rua 1.º de Maio, outra gen. Humberto Delgado, entre outras com nomes progressistas. Tanto basta para que saudosistas ponham a correr um abaixo-assinado à Câmara Municipal a fim de mudar o nome das ruas, substituindo-os pelos de conhecidos fascistas que ajudaram a manter o concelho no obscurantismo e subdesenvolvimento.

Será que os autores da iniciativa pretendem, como sucede incompreensivelmente em Vila Nova da Baronia, ter uma rua chamada dr. Oliveira Salazar?

Desenvolvimento turístico não é só propaganda

A partir de Janeiro do próximo ano a Câmara Municipal de Portimão passará a reter 50% das receitas do imposto de turismo cobrado no concelho, sendo a verba utilizada apenas para fins de desenvolvimento turístico.

A decisão, tomada com a aprovação de uma moção apresentada por vereadores do PS e da FEPU, baseia-se no facto de a Comissão Regional de Turismo dever àquela Câmara cerca de dois mil contos «sem se preocupar com o seu pagamento, mau grado as diligências efectuadas nesse sentido»; por outro lado, não obstante o município entregar este ano cerca de quinze mil contos à Comissão de Turismo, esta não se tem preocupado com os problemas turísticos da cidade. **Desenvolvimento turístico,** salienta a edilidade, **não é fazer propaganda das nossas praias, do nosso clima e oferecer festinhas a estrangeiros, tal como no tempo da outras senhora, mas sim construir acessos condignos às zonas de interesse turístico, proceder à limpeza e embelezamento dos locais de estadia e visita.**

A Câmara Muncipal de Portimão, aceitando embora a Comissão Regional de Turismo como organismo coordenador das actividades turísticas do Algarve, propõe que dela façam parte igualmente representantes das autarquias de barlavento e sotavento, eleitos democraticamente pelas respectivas câmaras.

Um «tacho» do PPD e do CDS

O presidente da Câmara de Viana do Castelo e três vereadores têm recebido vencimentos de tempo inteiro, malgrado continuem a exercer as suas profissões habituais. Estes eleitos do PPD e CDS têm recebido igualmente ajudas de custo e subsídios de transporte.

Dado que se desconhece que os referidos elementos possuam o dom da obicuidade e que ainda não provaram poder estar em dois sítios ao mesmo tempo (neste caso no emprego e ao serviço da Câmara), o menos que se pode dizer é que o «tacho» camarário representa uma ilegalidade, lesiva dos interesses das populações e da legalidade democrática. Assim, a FEPU, apoiada pelo PS, decidiu apresentar uma moção de censura aos «tachistas», que não foi aprovada dados os votos contra do PPD e do CDS, o que só vem confirmar quanto aqueles partidos pluralistas desprezam o cumprimento da lei.

A FEPU irá recorrer para o Provedor da Justiça.

Assembleia de Abrantes solidariza-se com a MDF

Por proposta da FEPU, foi aprovada na Assembleia Municipal de Abrantes uma moção de repúdio **pela única forma que o Governo encontra para resolver o problema da Metalúrgica Duarte Ferreira** (despedimentos e outras medidas repressivas).

Na moção aprovada exige-se que **seja reconhecida a importância da empresa na economia do concelho e do País,** manifestando a Assembleia a **convicção de que outra solução é possível e se impõe, a bem do Tramagal, do concelho e de Portugal.**

Já no final da sessão e no período destinado à intervenção do público, usou da palavra o operário da MDF, Afonso Campante, que se dirigiu em especial ao vereador socialista Manuel Dias que se havia referido à moção em termos pouco correctos. **Foi com profunda amargura** – disse o trabalhador – **que te ouvi classificar de chavões palavras que nasceram da luta dos trabalhadores, dos seus problemas, da incerteza do futuro que o teu partido lhes veio trazer. Lamento, mas tenho que te fazer recordar a tua origem de classe.**

Julgaria o PS que passadas as campanhas eleitorais as suas promessas seriam esquecidas pelo povo?

O PODER DO POVO SERVE O POVO

– Importante discurso de Samora Machel sobre a situação em Moçambique e as eleições das Assembleias do Povo

Pela primeira vez no seu país independente, o povo moçambicano participa em eleições livres, no decorrer de um processo eleitoral iniciado no passado domingo e que culminará em 4 de Dezembro, com a eleição da Assembleia Nacional Popular. Até lá, serão eleitas, sucessivamente, as Assembleias de Aldeia, de Cidade, de Distrito e de Província, realizadas sob a palavra de ordem: **Vamos eleger as Assembleias para consolidar o Poder Popular e melhorar a nossa vida.**

Sublinhe-se que o processo eleitoral em curso – que surge no cumprimento do que estabelece a Constituição e das decisões do III Congresso da Frelimo – coincide com uma data de grande significado, a que já nos referimos no último número do "Avante!": a passagem, no dia 25, do 13.º aniversário do início da insurreição armada contra o colonialismo e o fascismo.

O arranque para as eleições das Assembleias do Povo foi dado durante uma reunião da Assembleia Popular Provisória, realizada em 31 de Agosto e 1 de Setembro, no decorrer da qual o Presidente Samora Machel pronunciou um importante discurso, bem significativo da firmeza e da determinação do povo moçambicano em enterrar o passado e construir um futuro socialista.

Dezenas de milhar de moçambicanos serão eleitos para dirigir o Estado e reforçar os laços do povo com o Estado para que este esteja cada vez mais ao serviço do Povo. Nas palavras do camarada Samora Machel, de que a seguir transcrevemos passagens, reflecte-se todo o vigor de um povo para quem **a luta continua**, e para quem também **a vitória é certa.**

O poder da classe operária e o poder dos exploradores

É radical a diferença entre o poder da classe operária e do seu aliado fundamental – o campesinato – e o poder dos exploradores.

A classe operária e o campesinato constituem a maioria esmagadora do nosso Povo, a essência das classes trabalhadoras. O seu poder é o poder da grande maioria, os seus interesses são os interesses da larga maioria do povo. Elas exercem o poder enquanto larga maioria e impõem a sua vontade ao punhado de exploradores.

Um outro aspecto fundamental e talvez principal do exercício do poder pela classe operária, é que esta, ao libertar-se e exercer o poder, não se liberta apenas a si própria, mas liberta e beneficia toda a sociedade. O poder da classe operária conduz ao desenvolvimento harmonioso de toda a sociedade.

(...)

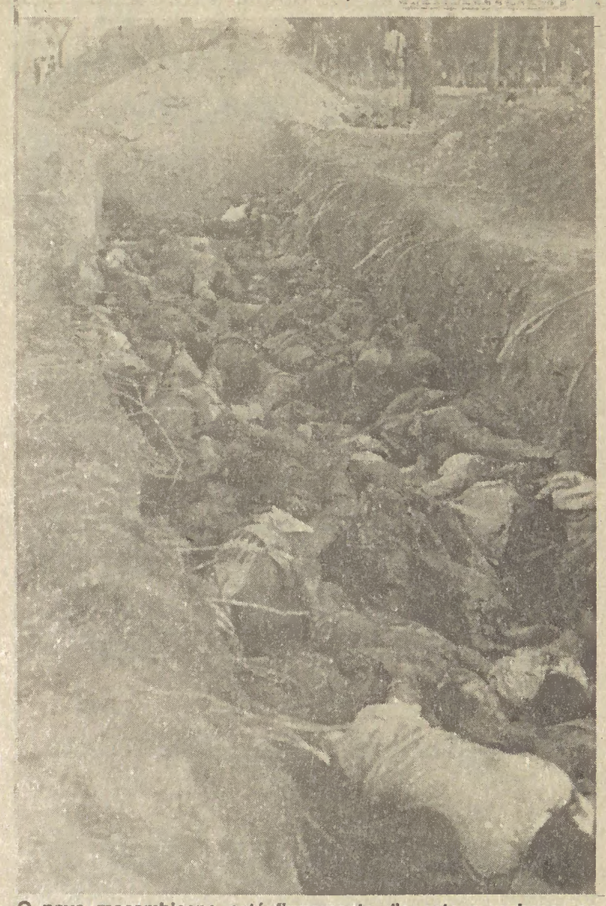
Se avaliarmos as nossas experiências nestes dois anos podemos constatar esta realidade. No nosso País a educação era controlada por interesses privados. Antes de nacionalizarmos o ensino apenas 695 885 crianças, das quais um grande número estrangeiras, frequentavam as escolas. A educação hoje beneficia mais de 1 300 000 crianças. A educação hoje beneficia o povo inteiro. Temos já o ensino gratuito até à 6.ª classe. Depois de nacionalizarmos o ensino o número de escolas secundárias passou de 43 para 103 em dois anos.

O nosso Povo discute neste momento a lei sobre a socialização da medicina, lei essa que vai tornar praticamente gratuita a assistência sanitária. Já neste momento podemos constatar como aumentou a frequência dos nossos hospitais após a nacionalização da saúde, após a conquista da saúde pelos trabalhadores. Por exemplo, o número de consultas para crianças no Hospital Central do Maputo, que era de 3537 nos 6 primeiros meses de 1973, aumentou para 35 488 nos primeiros seis meses de 1977. Portanto um aumento de 10 vezes.

Como foi possível que, apenas dois anos após a independência, nós tomássemos uma medida como a socialização da medicina, objectivo que em muitos países aparece como utópico ou irrealizável?

A resposta é esta: Foi o fim do domínio dos exploradores, foi o poder do povo!

No domínio do abastecimento, apesar das dificuldades e da



O povo moçambicano está firmemente disposto a rechaçar os ataques do imperialismo. Na foto: o resultado de um massacre perpetrado pelas tropas rodesianas

especulação que ainda não conseguimos eliminar, vemos que nas empresas estatais agrícolas, nas cooperativas e nas lojas ou bancas do povo os preços são muito mais baixos, mais baratos. Mesmo em sectores onde ainda não interviemos, como o da roupa e calçado, já podemos no entanto comparar os preços oferecidos pelas lojas do povo e pelas cooperativas de consumo com os preços do comércio privado.

Em todas as cidades e vilas do nosso País conhecemos os preços de aluguer das casas. Hoje, porque nacionalizamos os prédios de rendimento, pagamos rendas muitas vezes mais baratas do que anteriormente. Podemos quase certamente afirmar que em todo o Continente Africano somos dos países com a renda de casa mais barata.

Estes são alguns exemplos dos resultados das conquistas da classe operária no nosso País: são ainda poucos e recentes mas mostram já a todos como as conquistas da classe operária beneficiam a sociedade inteira. As crianças que vão à escola e ao hospital, os cidadãos que vivem nos prédios, não são só operários ou camponeses, pertencem a todas as camadas sociais; isto é, as medidas do poder da classe trabalhadora beneficiam todos, incluindo elementos da pequena burguesia. Só não beneficiam os grandes exploradores.

(...)

Está assim a nascer a liberdade autêntica, a democracia real, não a liberdade de palavras.

Apesar das nossas limitações humanas e em quadros, apesar do atraso herdado no nosso desenvolvimento económico, as massas estão mobilizadas, têm o sentido profundo dos seus interesses e de que lutam para melhorar a sua vida. O terreno é fértil para o progresso da Revolução.

Esta situação determina a natureza do nosso poder, a natureza da ditadura que exercemos: a ditadura democrática revolucionária.

A nossa ditadura, é democrática pela natureza das classes que exercem o poder, a classe operária e o campesinato. É democrática pelas liberdades que são conquistadas e exercidas pelas largas massas trabalhadoras; o nosso Povo, através das Assembleias, vai efectivamente exercer o poder; o nosso Povo está a materializar o direito à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho, o direito a alimentar-se e vestir-se de maneira conveniente, o direito a uma vida melhor, ao progresso. A nossa ditadura é revolucionária porque introduz transformações radicais nas relações sociais de produção, transformações na consciência dos homens, tranformações que permitem a passagem à etapa seguinte – a etapa da ditadura do proletariado, etapa da democracia socialista.

(...)

As manobras dos imperialistas dos racistas e dos sionistas

No período que se sucedeu ao III Congresso da FRELIMO testemunhámos um crescimento significativo do prestígio internacional do nosso Partido e Estado. A nossa política internacional, fundada nos princípios do internacionalismo proletário e da paz, encontra a maior compreensão e apoio na África e no Mundo. Ela tem conduzido a um reforço dos laços de solidariedade com os outros povos e ao desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com numerosos Estados.

As nossas relações diplomáticas e comerciais têm-se ampliado com os países socialistas, os Estados Africanos e o Mundo em geral, na base dos princípios da igualdade, não interferência nos assuntos internos, respeito mútuo e reciprocidade de benefícios. De particular importância têm sido o desenvolvimento das relações íntimas de amizade, cooperação e ajuda mútua com os países irmãos da "Linha da Frente", especialmente com a República Unida da Tanzânia e a República da Zâmbia a quem estamos já unidos por acordos de amizade e cooperação. É nosso interesse, é parte integrante da nossa política, desenvolvermos relações idênticas de amizade e cooperação com todos os Estados que nos são vizinhos. Nesse sentido temos mantido contactos muito estreitos com a República Popular de Angola, a República Malgaxe, os Reinos da Suazilândia e do Lesotho.

A situação internacional evolui favoravelmente à causa da liberdade e independência, à causa da revolução. As novas condições criadas pelas vitórias da luta de libertação nacional e social e pelo fortalecimento do campo socialista, tornam possível aos Povos enfrentarem com sucesso o imperialismo, enveredarem pela via do socialismo e preservarem a Paz mundial.

Os círculos imperialistas, racistas e sionistas tentam todavia contrariar esta evolução. Apoiados pelo imperialismo, os sistemas racistas e sionistas transformam a África Austral e o Médio Oriente nas duas principais zonas de tensão internacional. Nos dois casos, regimes condenados por toda a Humanidade intensificam a corrida aos armamentos e preparam-se para introduzir armamentos atómicos.

O camarada Presidente Samora Machel falando à Assembleia Popular Provisória

Com surpresa e indignação a comunidade internacional constata que os Países Ocidentais, que criaram todas as condições favoráveis para que Pretória possa dispor de armas nucleares, hipocritamente propõem-se agora condenar as experiências nucleares que o regime racista tenciona em breve realizar. Estes mesmos Países Ocidentais forneceram já a Pretória os meios aéreos para que o regime do "apartheid" possa efectuar ataques nucleares contra África.

Combinando as manobras políticas e diplomáticas com a chantagem económica e a agressão militar, as potências ocidentais procuram destruir os regimes populares, particularmente no continente africano.

(...)

Quem são os deputados?

Na nossa Assembleia Popular, os deputados somos nós, nós operários, nós camponeses, nós trabalhadores nascidos do povo explorado.

Temos como objectivo construir a Sociedade Nova que corresponde aos nossos interesses. Os nossos métodos de trabalho devem ser simples e eficazes e as nossas decisões devem ser democráticas no conteúdo e na forma. No conteúdo porque correspondem aos interesses reais das largas massas. Na forma, porque as largas massas participam na elaboração das decisões e sentem-nas como suas.

As Assembleias devem dedicar-se à solução dos problemas concretos da vida do Povo esforçando-se por resolvê-los. As dificuldades no abastecimento de água à aldeia ou bairro comunal, as dificuldades no escoamento dos géneros produzidos pelo povo, a escola que é necessário abrir, a estrada que é necessário rasgar no meio da mata, a loja que deve ser criada, a cooperativa que importa apoiar, as actividades culturais e desportivas que estão desorganizadas, tais são alguns dos problemas que devem preocupar as nossas Assembleias que cada deputado deve estudar e resolver no interesse do Povo. As Assembleias, os deputados devem ter a constante preocupação de controlar o funcionamento e a eficiência de todos os serviços do seu escalão, velar para que cada funcionário, cada servidor público, represente devidamente o nosso Estado, reforçando a unidade entre o Povo e o Estado. As Assembleias devem garantir que os cidadãos recebam junto dos Serviços do Estado um apoio efectivo e uma solução não burocrática para os seus problemas, dentro das possibilidades existentes. As Assembleias deverão punir severamente os funcionários que, pelo seu comportamento, revelem incúria, desleixo, incompetência e indelicadeza para com o Povo.

(...)

No nosso País, nas nossas eleições trata-se de designar os nossos representantes, aqueles que servem o Povo, aqueles que efectivamente vão dirigir o Estado da aliança operário-camponesa, em nome da classe operária e do campesinato. Os futuros deputados vivem e trabalham connosco na fábrica, na empresa estatal, na cooperativa, no quartel, na repartição, na escola, no hospital, na loja, no restaurante, no barco de pesca, na sapataria, em toda a parte onde trabalhamos e vivemos. O nosso deputado é o nosso companheiro da fábrica que nas horas difíceis da confusão e da sabotagem económica nos conduziu na batalha para elevarmos a produção e a produtividade, é o operário que combateu a indisciplina e o desleixo, soube cuidar da máquina para que ela trabalhasse sempre para nós. O nosso deputado é o melhor camponês cooperativista, aquele que mobiliza as massas para se integrarem na aldeia comunal, aquele que eleva a nossa vigilância, aquele que, pelo seu exemplo e palavras nos ensina a produzir mais e melhor. O nosso deputado é o soldado, é o polícia consciente, com uma disciplina de ferro, uma dedicação total ao serviço do Povo e da Revolução, o nosso deputado defende as nossas fronteiras contra invasores criminosos, o nosso deputado garante a tranquilidade e a paz nas nossas ruas e casas contra os reaccionários e bandidos. O nosso deputado é o médico, a enfermeira, a parteira que tudo fazem para que no Hospital o Povo encontre a saúde, que agem continuamente para que nas nossas povoações, bairros, locais de trabalho aprendamos a defender a saúde. O nosso deputado é o professor e o estudante consciente, é o cientista e o artista que combatem para que a ciência e a cultura sejam assumidas pelo Povo, se tornem instrumentos do Povo. O nosso deputado é o funcionário e o empregado, aqueles que, nas repartições e empresas, pela eficiência do seu trabalho, pela delicadeza e respeito no trato, cumprem a nobre missão de servir o Povo. O nosso deputado é o mineiro e o pescador, o empregado de balcão e o criado de hotel, a dactilógrafa e o motorista, o sapateiro e o carpinteiro, o artesão e o pequeno comerciante, em resumo, todos aqueles que servem o Povo pelo seu trabalho exemplar.

A construção da democracia rumo ao Socialismo

SAUDAÇÃO À FRELIMO

O 25 de Setembro é um dia histórico para o Povo moçambicano. A propósito desta data, o CC do PCP enviou ao CC da Frelimo a seguinte saudação:

"Queridos Camaradas:

Por ocasião da passagem do 13.º aniversário sobre o momento histórico do início da insurreição armada em Moçambique, o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome de todo o Partido e certo de interpretar os sentimentos da maioria dos trabalhadores e do Povo português, envia as suas mais calorosas e fraternais saudações revolucionárias à Frelimo e, por seu intermédio, a todo o Povo moçambicano.

O nosso Partido tem seguido com a maior atenção as conquistas políticas, económicas e sociais alcançadas pelo Povo moçambicano nestes dois anos de independência.

Tal como ontem, quando combatíeis de armas na mão pela conquista da independência da vossa Pátria, hoje somos solidários com a vossa luta contra as provocações dos imperialistas, pela consolidação da independência da República Popular de Moçambique e pelo progresso da vossa Pátria.

Podeis estar certos, queridos camaradas, que os comunistas portugueses tudo farão para tornar ainda mais sólidos os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois Partidos e entre o Povo de Portugal e o Povo da República Popular de Moçambique".

O Comité Central do Partido Comunista Português

Guiné-Bissau:

HÁ QUATRO ANOS A INDEPENDÊNCIA

No sábado passado, 24 de Setembro, completou-se o quarto aniversário da proclamação da independência da Guiné-Bissau, em Madina do Bué, no ano de 1973, e que o "Avante!" recordou no último número.

Assinalando este importante acontecimento para o povo guineense realizou-se no Teatro S. Luís, em Lisboa, uma sessão comemorativa promovida pelas Associações de Amizade Portugal-Guiné e Portugal-Cabo Verde e Associações de guineenses e cabo-verdianos.

O embaixador da Guiné-Bissau em Portugal, Júlio Semedo, um dos oradores, fez a análise histórica dos anos de luta contra o colonialismo português, a descrição dos projectos de desenvolvimento já concretizados ou em curso no seu país e a reafirmação dos princípios fundamentais da política externa do PAIGC e que se baseiam no não alinhamento e numa clara política anti-colonialista e anti-imperialista.

O embaixador Júlio Semedo, que recordou o apoio concedido por diversos países à Guiné-Bissau após a independência, manifestou depois o apoio incondicional do PAIGC aos povos da Namíbia e do Zimbabwé, bem como ao povo sul-africano na sua luta contra o terror racista.

Na mesa que presidiu à sessão estavam presentes os embaixadores da República de Cabo Verde e da República Popular de Moçambique, respectivamente Corsino Fortes e Armando Panguene, um representante do MPLA, Zito Van Dunen, o Comissário Político das Forças Armadas, da Guiné-Bissau e membro do Conselho Superior de Luta, Júlio Carvalho, um membro do Comité Português para a Paz e Cooperação, Alcina Bastos, e ainda representantes das Associações de Amizade Portugal-Guiné e Portugal-Cabo Verde.

SAUDAÇÃO DO PCP

Assinalando o quarto aniversário da independência da Guiné-Bissau o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Conselho Superior de Luta do PAIGC uma mensagem de saudação que a seguir transcrevemos:

Queridos camaradas:

Assinalando o 4.º aniversário da proclamação da independência da República da Guiné-Bissau, o Comité Central do Partido Comunista Português envia-vos calorosas e fraternais saudações e, por vosso intermédio, a todo o povo da Guiné-Bissau. Nesta ocasião desejamo-vos, queridos camaradas, os maiores sucessos na vossa luta pela reconstrução nacional e o progresso social, fazendo votos para que continuem a estreitar-se entre os nossos dois Partidos os laços de amizade fraternal e de solidariedade recíproca, no interesse comum dos nossos dois povos.

O Comité Central do Partido Comunista Português

SEMANA INTERNACIONAL

O POVO PALESTINIANO VENCERÁ!

Um dos mais perigosos focos de tensão do globo é a situação no Médio Oriente. As manobras que o imperialismo aí tem desenvolvido e o apoio que tem dado, em termos diplomáticos, políticos e militares, aos sionistas de Israel são uma forte ameaça à paz e à segurança dos povos e um travão à normalização da situação naquela região.

Apesar de todas as manobras, o imperialismo e o sionismo ainda não conseguiram — nem conseguirão — vergar a combatividade e a disposição de luta do povo palestiniano, que luta pela independência da sua pátria, que luta pelo seu reconhecimento como um interlocutor válido e imprescindível nas negociações com vista à resolução da grave crise do Médio Oriente.

Sabe-se como os sionistas se opõem a isto; sabe-se como essa atitude tem tido o apoio do imperialismo americano, que fornece a Israel os meios militares com os quais os sionistas perpetram uma política de agressão contra o povo palestiniano e outros estados árabes; sabe-se como essa atitude dos sionistas ainda foi mais reforçada com a subida ao poder, em Jerusalém, dos reaccionários "falcões" do partido Likud.

Porém, a recusa dos sionistas apenas tem contribuído para aumentar a capacidade de combate do povo palestiniano e da sua vanguarda, a OLP. E de tal modo isto é verdade que há indícios de que, perante esse reforço, o imperialismo americano e a administração Carter encaram a possibilidade de encetar negociações com a OLP, atitude que, por ora, depara com a mais total oposição dos sionistas.

Com vistas a reforçar a sua posição, os sionistas desencadearam nova e brutal ofensiva militar no Sul do Líbano, ao mesmo tempo que Moshe Dayan, o ministro dos Estrangeiros sionista, viajava para Washington, a fim de se avistar com Carter.

O povo palestiniano e as forças de esquerda libanesas têm sabido resistir vitoriosamente ao invasor. Porém, a manobra israelita no Sul do Líbano pode conduzir, a breve trecho, a uma nova guerra generalizada no Médio Oriente, que porá em perigo a própria paz no Globo.

A solução só pode ser uma: o reconhecimento do direito do povo palestiniano a uma pátria independente e o reconhecimento da Organização de Libertação da Palestina (OLP) como elemento imprescindível nas conversações com vista à paz.

A OLP e o seu dirigente máximo, Yasser Arafat, têm dado provas de boa vontade admitindo que o apoio a uma nova resolução da ONU sobre o Médio Oriente, desde que esta expresse claramente o direito do povo palestiniano a uma pátria independente.

Caso contrário, a luta do povo palestiniano continuará seguramente até à vitória final, porque ao seu lado estão todos os povos e países progressistas de todo o mundo, porque ao seu lado estão os amantes da paz, do progresso, da liberdade e da independência dos povos. Com tais forças, as mais poderosas da Terra, a vitória estará certamente do lado da razão.

Jimmy Carter vai viajar

UM OBJECTIVO IMPOSSÍVEL: MELHORAR A IMAGEM DOS EUA NO MUNDO

O Presidente dos EUA, o responsável máximo da CIA e do Pentágono, vai empreender uma das tarefas mais difíceis da vida de qualquer político americano: percorrer, durante dez dias, oito países de quatro continentes. Não é, evidentemente, esta a tarefa ciclópica que aguarda Jimmy Carter. A dificuldade da tarefa reside nos objectivos que a maior parte dos observadores apontam para esta maratona: *melhorar a imagem dos EUA no mundo.*

Vai ser com certeza uma missão difícil — diríamos quase impossível. Perante milhões e milhões de pessoas, será muito difícil ao Presidente dos EUA, *ao responsável máximo da CIA*, melhorar uma imagem que esses milhões de pessoas associam imediatamente às causas dos males que sofrem.

Que o digam as massas trabalhadoras da América Central e do Sul, os povos do Chile, do Brasil, do Uruguai, do Paraguai, da Bolívia, na repressão dos quais o executivo americano colaborou e colabora, apoiando os governos que a praticam; que o digam os povos da Indochina, da África, do Médio Oriente, cujos anseios de liberdade e de independência o executivo dos EUA pretendeu submergir em sangue e violência; que o digam os povos de todos os países do chamado Terceiro Mundo, sujeitos a um regime de dura exploração pelos monopólios americanos, que pretendem sugar a maior parte das riquezas que, legitimamente, pertencem aos povos desses países.

Tarefa, portanto ciclópica, a que se depara em Novembro a Jimmy Carter, quando este iniciar a viagem, precisamente pela martirizada América do Sul — continente onde ainda vigoram sangrentas ditaduras fascistas que beneficiam do apoio de Washington.

A ingerência do imperialismo americano nos assuntos internos dos outros povos é uma necessidade própria do imperialismo, cada vez mais difícil de pôr em prática.

Cada vez mais, os povos de todo o mundo, reforçam a sua consciência e a sua prática anti-imperialista. O imperialismo norte-americano tem vindo a ter — e terá ainda mais no futuro — dificuldades para a execução da sua política de agressão e de ingerência nos assuntos dos outros estados e dos outros povos.

Daí, a escolha do liberal Jimmy Carter para o cargo máximo da política americana; daí, igualmente, a sua tentativa de melhorar o que é muito difícil de ser melhorado — *a imagem imperialista dos EUA*.

As manobras de diversão ensaiadas pelas centrais do imperialismo não resultam: os povos de todo o mundo, nomeadamente aqueles que sofrem na carne os efeitos do apoio imperialista aos regimes ditatoriais que os oprimem, sabem quão oca e vazia de sentido é a campanha de Carter em favor dos direitos do homem.

Esta, apenas serve para atacar os países da liberdade real e esconder os constantes atropelos que o imperialismo americano, tanto nos EUA como noutras zonas do globo, diariamente cometem contra os direitos humanos.

É por tudo isto que a viagem de Carter para melhorar a imagem dos EUA — isto é, dos seus governantes, dos seus monopólios, das suas forças militares e policiais de agressão interna e externa — está condenada ao fracasso; porque cada vez mais condenada ao fracasso está precisamente a própria essência da política imperialista de agressão e de ingerência nos assuntos internos dos outros povos.

A «coerência» de uma política externa

CRIMINOSOS DE GUERRA NAZIS VISITARAM OFICIALMENTE A CHINA QUE APOIA PINOCHET

Já nada pode esconder, perante os olhos dos trabalhadores de todo o mundo, a aliança cada vez mais descarada que as autoridades chinesas mantêm com os círculos mais reaccionários e agressivos do imperialismo e da reacção internacional.

A política externa chinesa tem vindo a constituir, no concreto, um preciso aliado do imperialismo no prosseguimento da sua política de agressão contra os povos de todo o mundo.

Todos ainda recordamos o apoio concedido por Pequim aos grupos fantoches da FNLA e da UNITA que pretendiam impedir a independência da República Popular de Angola; todos ainda recordamos que as autoridades chinesas, ao contrário dos governos progressistas de todo o mundo, não só se recusaram a cortar as relações diplomáticas com o regime assassino de Pinochet, como incrementaram e incrementam o apoio moral e material – nomeadamente em armas de guerra – à junta militar fascista; todos recordamos os esforços que os dirigentes chineses têm feito para impedirem uma política de paz e de desanuviamento, nomeadamente na Europa, incitando para isso os círculos mais reaccionários do Velho Continente a oporem-se decididamente a tal política.

Um dos elementos mais importantes para a execução desta sinistra política externa tem sido o convite que as autoridades chinesas têm vindo a fazer a estranhas delegações para visitarem um país onde, por mais incrível que isso hoje pareça, há 28 anos se realizou uma revolução socialista.

Por isso, não nos podemos já surpreender pela denúncia que a agência noticiosa soviética TASS fez da visita que criminosos de guerra nazis fizeram oficialmente à China. Mas o facto aí está a demonstrar o rumo que as autoridades de Pequim pretendem imprimir à sua política externa: o rumo da agressão, da ameaça ao desanuviamento, à paz e à segurança dos povos.

Uma delegação da RFA deslocou-se a Pequim. Presidia-a Manfred Woerner, especialista da oposição cristã-democrata (CDU-CSU) e presidente da Comissão da Defesa do Bundestag. Integravam essa delegação: o general de reserva da Bundeswher A. von Kielmannseg, que nas fileiras da Wermacht de Hitler ordenou pessoalmente em França execuções de patriotas na Hautesavoie, em Dordogne e em Lille; o general nazi G. Tretner, directamente responsável da destruição, pela aviação nazi, da cidade espanhola de Guernica e de crimes de guerra na Checoslováquia, Noruega, Dinamarca, França, Itália e União Soviética.

Registe-se que a visita desta delegação reaccionária foi precedida pela viagem a Pequim do general de reserva da Bundeswher I. Steinhoff, titular de altas condecorações de guerra da Wermacht nazi e hoje directamente ligado aos meandros da indústria de guerra da República Federal Alemã.

Saliente-se que todas estas delegações têm sido muito bem recebidas pelos dirigentes chineses. E a única coisa que cabe perguntar é a seguinte: para quando a visita a Pequim do fascista Pinochet, a fim de que este possa agradecer o apoio que lhe tem sido concedido pelos responsáveis chineses?

O MASSACRE DOS ÍNDIOS NA AMÉRICA DA «LIBERDADE»

Os Estados Unidos são o país da riqueza, da "liberdade", da vida sem dificuldades, enfim, das maravilhas. Quem acredite na propaganda que é feita no exterior julga ser aquele país um autêntico "eldorado" onde se ganha a vida sem trabalhar.

E na verdade isso sucede... mas apenas uma minoria aproveita dessa situação: os grandes magnates cujas empresas exploram o trabalho e as riquezas das nações subdesenvolvidas e os criminosos que nos EUA dominam as esferas políticas e económicas beneficiando da cumplicidade das autoridades.

Quando o presidente Carter (democrata?) se preocupou com os direitos humanos nos outros países, sem que primeiro tivesse arrumado a casa no que diz respeito à falta de liberdades, e às arbitrariedades que todos os dias são cometidas, ressaltou evidente a manobra política que se pretendia. Mas hoje Carter já não fala nos direitos humanos, por saber que no seu país eles não existem e não convém que venham a existir.

No país da "liberdade" mais um crime foi denunciado: o genocídio oficial dos índios.

Durante a Conferência Internacional para a Protecção dos Direitos da População Indígena da América, que decorreu em Genebra, foi chamada a atenção da opinião mundial para os crimes cometidos.

Denunciando o que se passa no país da "liberdade" alguns dados foram tornados públicos:

– dos doze milhões de índios que antes povoavam o território dos EUA, não restam mais de 800 mil, atirados para as reservas;

– a duração média de vida do índio que habita as reservas é de 43 a 44 anos no Alasca e 33 a 35 anos no Arizona;

– a mortalidade infantil atinge o dobro da verificada nas outras crianças americanas;

– apenas 50 por cento dos jovens índios frequentam a escola secundária;

– nas reservas, o trabalho é praticamente inexistente;

– as raras empresas situadas nas reservas empregam essencialmente mulheres, com salários irrisórios;

– o rendimento anual de uma família índia é o mais baixo do país e não ultrapassa, em média, os 150 dólares (6000$00);

– os índios não têm quaisquer direitos nem podem pronunciar-se sobre questões do seu interesse, nomeadamente arrendamento e venda de terras, ensino e assistência médica;

– cada vez que os índios tentam protestar contra a injustiça das autoridades, a administração dos EUA toma medidas cruéis, que podem ir desde a prisão sumária até à baixa dos ordenados auferidos até então.

Como é agradável viver num país destes!?

PANORAMA DA IMPRENSA CHECOSLOVACA

Na República Socialista da Checoslováquia, com 15 milhões de habitantes, editam-se no total 1189 títulos de jornais e revistas, dos quais 28 diários, 276 semanários e 406 revistas mensais, com a tiragem total de mais de 17 milhões de exemplares. A imprensa periódica é editada pelos partidos políticos, órgãos estatais, organizações sociais agrupadas na Frente Nacional e as instituições científicas e culturais.

Cada partido político tem o seu órgão de imprensa. O órgão central do Partido Comunista da Checoslováquia é «Rudé Právo» (Direito Vermelho), cuja primeira edição saiu a 21 de Setembro de 1920, continuando a tradição progressista do diário central do Partido Social-Democrata, «Právo Lidu» (Direito do Povo), que apareceu em fins do século passado, em 1 de Outubro de 1897. «Rudé Právo» sai em Praga com uma tiragem média de 933500 exemplares. O suplemento dominical de «Rudé Právo» é «Haló Sobota» (Olá Sábado).

O órgão central do Partido Comunista da Eslováquia é o diário «Pravda» (Verdade), cujo primeiro número saiu a 1 de Outubro de 1925. «Pravda» sai em Bratislava com uma tiragem de 335 000 exemplares diários. Um suplemento independente do diário é o «Nedelná Pravda» (Verdade Dominical). «Rudé Právo» e «Pravda» na anterior etapa não socialista do país foram censurados e perseguidos com grande frequência, especialmente nos tempos em que se aproximavam as mais agudas lutas da classe operária. Por isso a história de «Rudé Právo» e «Pravda» é a imagem dos combates da classe operária checoslovaca.

O Partido Popular da Checoslováquia edita o diário «Lidová Demokracie» (Democracia Popular) e sai em Praga; o Partido Socialista Checoslovaco edita o diário «Svobodné Slovo» Palavra Livre), em Praga; o Partido do Renascimento Eslovaco edita o diário «Lud» (Povo) que sai em Bratislava e o Partido da Liberdade edita o semanário «Sloboda» (Liberdade) que também sai em Bratislava.

Em todas as regiões publicam-se diários dos comités regionais do Partido Comunista da Checoslováquia. Entre os jornais de maior importância contam-se os diários sindicais «Práce» (Trabalho) que sai em checo em Praga, e «Práca», que sai em eslovaco em Bratislava. A União Socialista da Juventude edita o diário «Mladá Fronta» (Frente Jovem) em checo em Praga e «Smena» (Turno) em eslovaco em Bratislava.

O Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia edita um semanário sobre política, cultura e economia, o «Nové Slova» (Nova Palavra) que sai em Bratislava. O Ministério da Agricultura e Alimentação da República Socialista Checa edita o diário «Zemědělské Noviny» (Jornal Agrícola) orientado, para além das notícias gerais, para a problemática agrícola.

As revistas mais populares são constituídas pelos semanários gráficos «Květy» (Flores), «Život» (Vida) e «Svět v Obrazech» (O Mundo em Imagens), o semanário «Svět Práce» (O Mundo do Trabalho) e a revista quinzenal «100+1 Zahraniční Zajímavost» (100+1 Curiosidades do estrangeiro).

Gozam dum grande interesse as revistas para as crianças e a juventude. As mais conhecidas são – «Sluníčko» (Solinho), «Matěřídouška» (Tomilho), «Ohníček» (Foguinho), «Sedmička pionýruu» (O Sete dos Pioneiros), «ABC», «Pionýr» (Pioneiro) e «Mladý Svět» (Mundo Jovem), que saiem com uma tiragem total de 1 730 000 exemplares. Estes dados demonstram que a educação da jovem geração não se deixa ao acaso e possui um bom nível.

Para as mulheres, a União Checa de Mulheres edita a revista «Vltava» que sai desde o ano de 1947 em Praga e a União Eslovaca de Mulheres a revista «Slovenka» (Eslovaca) que começou a aparecer um ano mais tarde em Bratislava.

Publica-se em checo o semanário de política exterior «Nová Doba» (Tempos Novos) e a revista mensal teórica e informativa dos partidos comunistas e operários «Otázky Míru a Socialismu» (Problemas da Paz e do Socialismo). O «Týdeník Aktualit» (Semanário de Actualidades) em língua checa é editado pela agência da imprensa soviética «Novosti».

Os membros das minorias nacionais na Checoslováquia familiarizam-se com a vida política e económica do país por intermédio dos jornais «Új Szó» (em Húngaro, em Bratislava), «Glos ludu» (em Polaco, em Ostrava), «Prager Vokszeitung» (em Alemão, em Praga), etc.

Na Checoslováquia são publicadas também centenas de revistas especializadas e científicas que tratam dos mais diversos problemas e temas e são destinadas aos institutos científicos, escolas superiores e ao público profissional.

Na Checoslováquia trabalham duas agências de imprensa. A Agência Noticiosa Checoslovaca que assegura todo o tipo de informações sobre os acontecimentos no país e no estrangeiro. E, em Julho de 1977, foi constituída a agência de imprensa «Orbis» que se dedica à informação sobre a Checoslováquia no estrangeiro.

na PUB. REVISTA INTERNACIONAL N.º 7 DE 1977

Neste Número:

B. PONOMARIOV

a coesão dos comunistas garantia do êxito da causa da paz e do socialismo

H. HONECKER

sessenta anos de luta pela paz e felicidade da humanidade

LEIA ASSINE E DIVULGUE

PARA ASSINATURAS CONTACTE O DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA DA

CDL CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA

Avenida Santos Dumont n.º 50

BREVES NOTÍCIAS DOS PAÍSES SOCIALISTAS

• Na União Soviética trabalham e estudam mais de 93 por cento das mulheres válidas para trabalhar; 59 por cento dos professores universitários e de escolas técnicas são mulheres, como também são mulheres mais de meio milhão dos directores de complexos industriais, obras de construção e empresas agrícolas.

• Com a ajuda da União Soviética estão a ser instalados laboratórios, estações locais e postos de quarentena nos portos e aeroportos de Cuba, assim como um instituto de investigação, no âmbito da prevista ampliação do Serviço Fito-sanitário; insectos daninhos e doenças vegetais já são detectados nas oito estações locais que se encontram em funcionamento, ao mesmo tempo que dão orientações para o seu combate.

• Em cada cinco habitações que se constroem no mundo, uma é na União Soviética; em 1976 entregaram-se, na URSS, 2,2 milhões de vivendas prontas a habitar e nos últimos dez anos 110 milhões de cidadãos soviéticos receberam uma nova casa.

• Foram expostos por empresas checoslovacas 10 000 novos modelos de roupa de vestir na 22.ª Feira de Liberec, na Checoslováquia, que decorreu de 22 de Julho a 7 de Agosto. Nesta Feira, que é a maior exposição checoslovaca de vestuário, foram também exibidos artigos de campismo e de desporto.

• Na Cuba de hoje há mais de 50 Casas de Cultura; dispõem de salões de música, salas de exposição, bibliotecas e pequenos teatros.

• Cerca de 48 milhões de trabalhadores soviéticos e seus familiares passam férias, anualmente, em casas de repouso e sanatórios do país; os sindicatos da URSS põem à disposição de tais objectivos a verba de 1,18 mil milhões de rublos anuais.

Mercenários para Ian Smith

Enquanto o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, David Owen e o representantes dos EUA na ONU, Andrew Young, procuram impor, ao povo do Zimbabwé a "solução" para a Rodésia, mercenários de países ocidentais apoiam Ian Smith na corrida às armas.

Ainda há poucos dias foi aberto, em Salisbúria, um centro para 200 mercenários americanos. A Imprensa anúncia, entretanto, a chegada de mais 200 mercenários.

Os sodados dos EUA que mais se distinguiram na luta contra o povo da Coreia, do Congo e do Vietname são agora "o fulcro das atenções" neste centro, informou um certo Robin Murrey, autor dos "Boinas Verdes".

Aquando das aberturas, Robin Murrey convidou a Grã-Bretanha e os EUA a estabelecerem relações diplomáticas com o regime racista de Smith, afirmando ser possível colocar um exército armado de mercenários estrangeiros, na Rodésia, capazes de acabarem a luta do povo africano.

O negócio dos EUA: vender armamento

As exportações de armas atingiram um número "record" nos Estados Unidos, no ano financeiro de 1977: 11,1 biliões de dólares.

Segundo o "New York Times", este desenvolvimento do "comércio da morte" entra em contradição com as declarações da Casa Branca no sentido da limitação das vendas de armamento ao estrangeiro.

O Irão vem à cabeça dos clientes do Pentágono com um volume de negócios na ordem dos 5,5 biliões de dólares. Actualmente, a administração Carter procura fazer passar no Congresso um projecto de entrega a este país de sistemas de alerta e controlo aéreo num total de 1,2 biliões de dólares.

URSS e EUA: duas políticas de habitação

Na União Soviética constrói-se um quinto dos 10 milhões de alojamentos que se edificam todos os anos no mundo.

No ano passado, 2,2 milhões de apartamentos foram construídos na URSS, o que representa uma vez e meia mais do que nos Estados Unidos.

Em dez anos 110 milhões de soviéticos mudaram para novos apartamentos. Os créditos para construção são concedidos na sua maior parte pelo Estado que canaliza vários biliões de rublos para o Fundo de Habitação.

O número de soviéticos que recebe novos apartamentos é cinco vezes superior ao crescimento demográfico. No último quinquénio (1971-1975) 56 milhões de soviéticos melhoraram as suas condições de alojamento, enquanto o crescimento demográfico foi de 11 milhões.

O direito dos cidadãos à habitação, que existe desde os primeiros anos do poder soviético, foi incluído no novo projecto de Constituição. O Estado garante a concretização deste direito concedendo alojamentos gratuitamente, pelos quais apenas recebe uma renda que não ultrapassa os 5 por cento do ordenado dum operário, percentagem que se mantém há cerca de cinquenta anos, ou seja, desde 1928.

Entretanto, nos Estados Unidos, a habitação atravessa uma crise profunda. Segundo a Universidade de Harvard, 13 milhões de famílias americanas vivem em casas privadas do mínimo conforto, devido à falta de alojamentos. Ao mesmo tempo, as rendas de casa sofrem uma alta constante. O próprio Ministério do Comércio dos EUA reconhece que o seu aumento foi de 90 por cento nos últimos dez anos.

A situação das crianças no capitalismo

Uma das manifestações mais bárbaras do capitalismo reside no tratamento desumano das crianças. Milhões de crianças, sem qualsquer condições, têm de enfrentar a fome, a miséria, a brutalidade e a perversão impostas pelo capitalismo.

Mais de meio milhão de crianças na RFA têm de viver com os seus pais em abrigos toscos, pois não têm outra possibilidade de se alojar. Em 14,1 milhões de crianças, 750.000 não têm casa própria. Calcula-se que 1000 crianças são assassinadas e 30.000 maltratadas por ano.

As estatísticas publicadas noutros países capitalistas desenvolvidos mostram-nos um quadro semelhante.

Nos países em desenvolvimento, explorados pelo imperialismo, a situação é ainda mais deplorável. Na América Latina, cerca de 2000 crianças morrem de fome *por dia*. Os dados oficiais indicam que, nesta região do mundo, apenas 50% das crianças atingem os 15 anos. No Brasil, em 100 recém-nascidos, 44 não passam do primeiro dia. Segundo as organizações especializadas da ONU, a subalimentação atinge permanentemente 300 milhões de crianças nos países capitalistas e provoca a morte de 15 milhões com menos de 5 anos.

Um dos exemplos mais flagrantes do carácter desumano do imperialismo em relação às crianças é a exploração dos mineiros, em que tira proveito da situação difícil dos pais. Em Itália, meio milhão de filhos de mineiros procuram melhorar o rendimento familiar, desempenhando as tarefas normais mais penosas nas fábricas e estaleiros, vendendo jornais e trabalhando nas colheitas.

Todos os anos esta situação é responsável pela morte de um milhão de crianças.

A economia do «mercado livre» tira também os seus lucros do *comércio de bebés*. Nos Estados Unidos calcula-se em 100 milhões de dólares o volume anual de negócios dos comerciantes de vidas humanas que se aproveitam do desespero das mães. Os bebés são seleccionados e distribuídos segundo o seu sexo, a cor dos seus cabelos e os seus olhos.

Os camaradas Blanqui Teixeira e Albano Nunes, durante as conversações no Luxemburgo. Ao meio, o camarada René Urbany, presidente do Partido Comunista do Luxemburgo

BLANQUI TEIXEIRA FAZ O BALANÇO DA VISITA A CINCO PAÍSES EUROPEUS

Durante dez dias, uma delegação do PCP visitou cinco países europeus, nos quais teve conversações com delegações dos respectivos partidos comunistas. Para um breve balanço do que foi essa viagem e dos seus resultados, registámos declarações do camarada Blanqui Teixeira, membro da Comissão Política, que chefiou a delegação do PCP.

– Acabaste, camarada, de regressar duma viagem por alguns países do ocidente europeu. Podes dizer-nos alguma coisa sobre o objectivo dos encontros que foram realizados?

– Claro que sim. Uma delegação do nosso Partido, constituída pelo camarada Albano Nunes, membro do CC e responsável pela Secção Internacional, e por mim, realizou encontros com delegações dos Partidos Comunista Francês, Alemão, da Bélgica e Luxemburguês e do Partido do Trabalho da Suíça. Em algumas dessas conversações, a delegação do PCP contou com a participação de camaradas que têm contactado com os emigrantes portugueses. Este conjunto de encontros realizado pela delegação do PCP integra-se no aprofundamento das relações de amizade e cooperação com os partidos irmãos citados.

Trocaram-se informações sobre a situação política existente nos respectivos países e sobre a orientação dos partidos. Aproveitou-se também para se falar de alguns problemas da emigração portuguesa, dando a este aspecto das conversações uma importância de acordo com o relevo que aqueles problemas assumem em cada um dos países.

– Podes concretizar as diversas delegações com que a delegação do nosso Partido se encontrou?

– Em primeiro lugar, em Paris e na continuação de encontros anteriores, estivemos com os camaradas Jean Colpin, membro da Comissão Política e do Secretariado, Jacques Denis, membro do Comité Central e Charles Barontini, da secção da mão-de-obra emigrada.

Tivemos aí oportunidade de realizar uma visita guiada à sede do PCF, obra de vulto e de excelente funcionalidade, cuja conclusão deverá começar a ter lugar em breve.

Igualmente vivemos algum tempo o clima político intenso que caracteriza este semestre anterior às importantes eleições legislativas de Março de 1978. As questões relacionadas com a unidade das forças democráticas, das forças de esquerda, estão assumindo, como se sabe, um relevo muito grande.

Na República Federal Alemã, a delegação do DKP era constituída pelos camaradas Kurt Fritch, membro da Comissão Política e do secretariado, Werner Cieslach, e Karl Heinz Schroder, membros da Comissão Política.

O conhecimento da situação política neste país, onde se trava uma importante luta contra as interdições de emprego na função pública, adquire um maior relevo quando pensamos que o Primeiro-Ministro português aponta como objectivo do "seu socialismo" a actual sociedade na Alemanha Federal.

Teria interesse a divulgação do que pensam sobre este "socialismo" mesmo elementos do Partido Social Democrático daquele país.

A delegação do Partido Comunista Belga era formada pelos camaradas Claude Renard, vice-presidente do PCB e Albert De Conninck, membro do Secretariado.

Tomámos conhecimento de algumas particularidades da situação existente na Bélgica e da posição do partido em relação a alguns dos problemas internos e internacionais mais importantes.

Após um pequeno passeio por alguns locais de Bruxelas, deslocámo-nos para o Luxemburgo.

Com o Partido Comunista do Luxemburgo realizou-se o primeiro encontro oficial entre os dois partidos e os nossos camaradas desse pequeno país dominado praticamente por um grande monopólio – ARBED – quiseram dar a este encontro um especial significado.

A delegação era constituída pelo Presidente do Partido, o camarada René Urbany, pelos membros do Comité Executivo Aloyse Bisdorff, Fernand Hübsch e Marianne Passeri, e pelo colaborador do CC Jean Rhein.

Tem interesse referir que no período em que nos encontrávamos no Luxemburgo (actualmente dirigido por um primeiro-ministro socialista) foi desmascarado no órgão central do Partido irmão ("Zeitung Vum Lëtzebuerger Vollek) o envio de uma carta da ARBED aos grandes investidores americanos a apregoar as excelentes condições para a aplicação dos seus capitais. Talvez possa ajudar a compreender essas condições o saber-se que actualmente, no movimento sindical que é dominado pelos socialistas, se discute a expulsão dos comunistas.

À gentileza dos nossos camaradas do Luxemburgo deve-se uma visita à região mineira do Sul do país, onde pudemos ver, a céu aberto, a riqueza das suas jazidas de minério de ferro.

Finalmente, na Suíça, estivemos num encontro com os camaradas Armand Magnin, membro da Comissão Política e do Secretariado, Karl Odermatt, redactor em chefe do "Vorwartz" e Louis Sidler, redactor em chefe da "Voix Ouvriere", também membros da Comissão Política.

Foram de muito interesse as informações colhidas sobre o actual desenvolvimento do capitalismo na Suíça, sobre o constante recurso ao voto directo (tipo referendum) para questões que, por vezes, têm um interesse muito diminuto, sobre as dificuldades da luta dos trabalhadores.

Escusado seria dizer que, nas intervenções que fizemos, procurámos dar, em resumo, as características fundamentais da situação política em Portugal e das posições defendidas pelo nosso Partido e julgamos que foi útil essa informação. Respondemos também a várias perguntas que nos foram feitas sobre o processo democrático em Portugal.

– Referiste anteriormente questões relacionadas com a emigração. Seria talvez de interesse dizeres se houve contactos com os emigrantes portugueses.

– Só o facto de termos um horário muito cheio (em menos de dez dias percorremos cinco países da Europa) nos impediu um contacto maior com os emigrantes portugueses. Apesar disso, aproveitámos esta viagem para nos encontrarmos com emigrantes em todos os países onde estivemos. A última reunião, com cerca de 60 emigrantes, foi realizada em Genebra, na Suíça, exactamente o país que visitámos onde a emigração portuguesa tem menor importância.

As diversas conversas que tivemos ocasião de realizar foram, para nós, de um grande interesse. Quero destacar em particular a preocupação do regresso e a ideia generalizada de que os problemas e anseios dos emigrantes não têm a compreensão e uma resposta positiva da parte das autoridades portuguesas.

Se quisermos citar mais um exemplo concreto contra o qual os emigrantes protestam posso apontar o que me disseram em Paris: os consulados estão a cobrar para o pagamento de despesas em escudos, uma quantia em francos franceses equivalente ao câmbio de 1 FF por 5$00, quando actualmente é de 1 FF por 8$00. Isto significa que, por exemplo, para pagar 600$00 os emigrantes têm de desembolsar 120 FF quando deveriam ser cerca de 75 FF.

Compreende-se que ao falarmos sobre a nossa situação actual, que os emigrantes fazem tudo por acompanhá-la através da imprensa progressista (tão difícil de obter), não pudemos dar uma resposta que satisfizesse todos aqueles que quase exigem de nós que lhes abramos as portas do regresso.

É a compreensão cada vez mais clara da evolução política em Portugal que está fazendo com que um número crescente de emigrantes portugueses procure reforçar os seus laços de unidade, as suas associações e a sua acção em relação aos problemas do país.

Os operários portugueses que mourejam no estrangeiro sentem bem que continuam a fazer parte da classe operária portuguesa. Todos os trabalhadores emigrantes portugueses estão profundamente unidos aos que trabalham em Portugal. A sua acção é uma contribuição que se soma à actividade geral do povo português.

DIRIGENTES DO PCP NA HUNGRIA, ROMÉNIA E CUBA

A convite do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro e do Comité Central do Partido Comunista Romeno, partiu para a República Popular da Hungria e a República Socialista da Roménia uma delegação do CC do PCP composta por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC e por Américo Leal e Carlos Aboim Inglês, membros do Comité Central.

Durante a sua estadia naqueles países, a delegação do PCP efectuará conversações com delegações do Partido Socialista Operário Húngaro e do Partido Comunista Romeno.

Estas visitas inserem-se no quadro das relações de amizade e cooperação fraternal existentes entre o Partido Comunista Português e aqueles dois partidos irmãos.

Por outro lado, a convite dos Comités de Defesa da Revolução (CDR) deslocou-se a Cuba o camarada José Magro, membro do Comité Central.

José Magro participou no Congresso dos CDR, que se realizou em Havana de 24 a 28 de Setembro.

ANI PAVLOVA LEVOU SAUDADES

Ani Pavlova, laureada como artista emérita da Bulgária, esteve entre nós na Festa do "Avante!", onde todos tivemos oportunidade de apreciar a qualidade superior de uma artista com dez anos de actividade, conhecida no país e no estrangeiro como excelente intérprete de canções folclóricas, políticas e patrióticas.

Ani regressou ao seu país. Mas levou saudades. E enviou-nos uma simpática mensagem, em que manifesta a sua **grande alegria por ter participado na Festa.** Acrescenta: **Assisti com grande emoção ao discurso do camarada Álvaro Cunhal e sensibilizou-me a aprovação com que foi acolhido.** Depois de assinalar o prazer com que conviveu com grandes artistas internacionais, Ani sublinha que foi recebida calorosamente pelo público e recorda os espectáculos em que participou, depois da Festa, em Lisboa e no Barreiro, onde o público **aplaudia com grande entusiasmo e gritava: Bulgária, Bulgária!**

E Ani termina: **Quero de todo o meu coração desejar à direcção do "Avante!", aos leitores do jornal e a todos os nossos amigos portugueses muitos novos êxitos.**

Obrigado, Ani Pavlova!

Bulgaria 77

UMA DATA MEMORÁVEL NA HISTÓRIA DA IMPRENSA OPERÁRIA BÚLGARA

Neste mês de Setembro, a Bulgária socialista comemorou, com toda a solenidade, o triplo aniversário de três prestigiados órgãos da sua imprensa operária.

Em 1892, há 85 anos, 10 anos depois do nascimento de Dimitrov e apenas seis anos depois da insurreição de Abril contra o jugo do império otomano, surge o primeiro jornal operário — o "Rabotnik" — que iniciou a difusão das ideias do marxismo entre os trabalhadores da Bulgária.

Cinco anos após sucede-lhe um outro — o "Rabotnicheski Vestnik" — órgão do Partido Social Democrata Búlgaro, da sua ala revolucionária, depois da cisão de 1903.

Finalmente, em 1922, aparece à luz do dia o "Rabotnichesko Delo", órgão central do Partido Comunista Búlgaro.

O "Rabotnichesko Delo" surge em consequência da transformação do Partido Social Democrata em Partido Comunista. Um ano depois, exactamente em Setembro de 1923, passa à clandestinidade em consequência da derrota da insurreição popular antifascista.

O órgão central do Partido de Dimitrov, a voz do Partido Comunista Búlgaro, foi uma poderosa arma na luta contra o fascismo búlgaro e, depois, contra os ocupantes hitlerianos.

Em 1944 é constituída a República Popular da Bulgária e, desde então, o "Rabotnichesko Delo" está estreitamente associado à exaltante tarefa de construir o Estado socialista búlgaro, ao processo de transformação da velha Bulgária predominantemente agrária num país socialista desenvolvido.

Estre triplo aniversário da imprensa comunista e operária búlgara não é um acontecimento do interesse restrito dos trabalhadores e do povo da Bulgária. O meio centenário do "Rabotnichesko Delo" foi um acontecimento que suscitou o interesse de toda a imprensa e de todo o movimento comunista e operário internacionais.

Em 16 de Setembro uma grande sessão solene a que assistiu o camarada Todor Jivkov, Primeiro-Secretário do CC do Partido Comunista Búlgaro, teve lugar no grande anfiteatro do Comité Central, culminando outras realizações comemorativas. Yordan Yotav, historiador do movimento operário búlgaro e actual Director do "Rabotnichesko Delo" proferiu um discurso referindo o significado político e histórico do triplo aniversário da imprensa comunista e operária búlgara.

O "Avante!" esteve representado nas comemorações pelo seu Director, camarada Dias Lourenço, que fez entrega da saudação do nosso jornal ao órgão central do partido irmão da Bulgária.

A história do "Rabotnichesko Delo" como órgão da imprensa operária e voz dos comunistas búlgaros é muito rica. Tão rica como a luta heróica do povo da Bulgária, antes contra o regime feudal e o fascismo, depois na luta contra os ocupantes hitlerianos cuja derrota permitiu a criação da Bulgária socialista — dizia-se na saudação do "Avante!".

E mais adiante: **A amizade entre os nossos dois povos, os nossos dois Partidos e os nossos dois órgãos centrais é forte e duradoura. Desenvolver e fortalecer mais ainda os nossos laços internacionalistas de amizade e solidariedade é uma tarefa comum que da nossa parte levaremos à prática com alegria.**

Tal como na Festa de "L'Humanité", o "Avante!" esteve presente com um *stand* na Festa do "L'Unità", que foi visitado por dezenas de milhar de pessoas

O «AVANTE!» NA FESTA DE «L'UNITÁ»

Modena, a segunda cidade da Emília-Romagna, a região vermelha da Itália, foi cenário, de 3 a 18 de Setembro, da Festa Nacional de «L'Unità», órgão central do Partido Comunista Italiano, encerrando de forma espectacular as 8 000 Festas de L'Unità, pequenas e grandes, de bairro, de aldeia, cidade e região que este ano se realizaram em toda a Itália, representando sem dúvida a maior iniciativa política e cultural de massas que se realiza neste país.

A escolha de Modena obedeceu certamente a considerações políticas bem precisas. É capital de uma província onde o PCI tem uma organização sólida, de 80 000 inscritos, administrada desde a guerra pelos comunistas, onde são nítidos os benefícios dessa gestão, uma das províncias que pouco foi atingida pela crise económica, e onde é evidente pelo contrário uma solidez do seu desenvolvimento, o pleno emprego, e um nível de vida dos mais consistentes de Itália.

Por outro lado, numa Itália onde a provocação anticomunista, o terrorismo, as agressões violentas às forças democráticas e aos comunistas, são dia-a-dia para criar insegurança, instabilidade nas instituições democráticas e, sobretudo, impedir uma viragem à esquerda na qual os comunistas joguem um papel importante, **Modena** dirigida pelos comunistas aparece assim como zona tranquila, segura e próspera.

A Festa Nacional do Unità em Modena reflectiu essas exigências: iniciativa política, organização, eficiência, capacidade da realização, segurança. Um exemplo que o PCI apresenta orgulhoso a toda a Itália.

Numa área de cerda de 450 000 m², durante 15 dias muitas centenas de milhares de italianos visitaram os *stands* políticos, restaurantes, assistiram a espectáculos e participaram em debates políticos, conferências e comícios. Entre os temas políticos abordados contam-se: as propostas do PCI para sair da crise, o problema dos jovens e do desemprego, a mulher; a problemática europeia, o 60.º Aniversário da Revolução de Outubro, a luta dos povos da África Austral.

No comício de encerramento o camarada Enrico Berlinguer Secretario Geral do PCI falou a uma multidão de centenas de milhares de pessoas.

O nosso Partido e o «Avante!» também estiveram presentes na Festa do Unità: com um próprio representante oficial e um *stand* de 144 m² onde foi apresentada uma exposição fotográfica sobre a luta e as propostas do PCP, foi distribuído um pequeno «Avante!» em italiano, e onde se vendiam publicações nossas e artesanato.

O PRESTÍGIO DA NOSSA REVOLUÇÃO

O camarada Vítor Neto, da Secção de Informação e Propaganda, representou o nosso Partido e o «Avante!» na Festa Nacional do Unità. Pedimos-lhe as suas impressões sobre a nossa presença nesta iniciativa do PCI.

A dimensão e a localização do nosso pavilhão na Festa reflectia bem, creio eu, a importância que é reconhecida à luta do nosso povo e dos comunistas portugueses, e o prestígio da nossa Revolução.

Muitas dezenas de milhares de pessoas passaram pelo nosso pavilhão, sendo evidente o calor, a simpatia e a emoção com que os italianos acompanharam o 25 de Abril ao acidentado processo que se seguiu. Notava-se preocupação em muitos deles sobre o futuro da situação portuguesa, sobre a possibilidade de defender a Reforma Agrária e as outras conquistas, mas ao mesmo tempo muitas provas de confiança e de encorajamento pela nossa luta. É significativa a generalizada a crítica e a condenação da política do Governo Soares, e apercebemo-nos que é forte e viva a curiosidade em relação à nossa luta.

Os comunistas, e os democratas italianos seguem com interesse a nossa situação e estão ao nosso lado. Pelo nosso pavilhão passaram dezenas de italianos que visitaram Portugal, que conhecem Centros de trabalho nossos, que visitaram UCPs, que assistiram aos nossos comícios, e que ficaram impressionados com a influência do nosso Partido e entusiasmo dos comunistas portugueses.

Sobre os ecos em Itália da Festa do «Avante!», onde esteve presente também o L'Unità, disse-nos o camarada Vítor Neto: **Falei com vários camaradas italianos que estiveram em Lisboa e que ficaram deslumbrados com a nossa Festa. Aliás o «L'Unità» publicou uma notícia em que referia o grande êxito que representou. O semanário «Rinascita», do PCI, também referiu o acontecimento.**

A terminar o camarada Vítor Neto disse-nos: **Penso que é justo deixar aqui uma palavra de reconhecimento aos camaradas do PCI de Modena que com espírito fraterno nos ajudaram e contribuiram para o êxito da nossa presença, particularmente os camaradas da Federação de Modena do PCI e os camaradas da Secção Alcide Cervi do PCI de Modena.**

O saldo da presença do nosso Partido e do «Avante!» em Itália é, sem dúvida, largamente positivo. Contribuiu certamente para um melhor conhecimento por parte dos comunistas italianos da nossa realidade, da nossa luta e do nosso Partido.

DELEGAÇÃO DA UJC NA ROMÉNIA

Partiu no domingo passado, dia 25, para a Roménia, uma delegação da União da Juventude Comunista (UJC), que se desloca àquele país a convite da União da Juventude Comunista Romena. Compõem a delegação Aníbal Domingos, da Comissão Executiva da UJC e António Ramos, da Comissão Central.

Durante a sua estadia na Roménia, a delegação da UJC manterá contactos com a direcção e organizações da UJC romena e contactará com aspectos do trabalho e da vida da juventude romena.

Esta visita insere-se no âmbito do reforço dos laços de cooperação e amizade que ligam a UJC portuguesa e a UJC romena.